

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA- PPGEHIST
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA- POFHISTÓRIA
CAMPUS ARAGUAÍNA

RAFAEL DA SILVA ASSIS

OS ÍNDIOS DO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E
ENSINO

ARAGUAÍNA – TO

2016

RAFAEL DA SILVA ASSIS

**OS ÍNDIOS DO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E
ENSINO**

UFT

2016

RAFAEL DA SILVA ASSIS

**OS ÍNDIOS DO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E
ENSINO**

Dissertação apresentado a Universidade Federal do Tocantins – UFT,
como parte das exigências do programa de Mestrado Profissional em
Ensino de História – PROFHISTÓRIA, para obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros

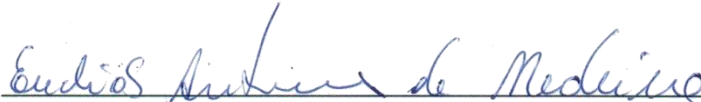
ARAGUAÍNA – TO

2016

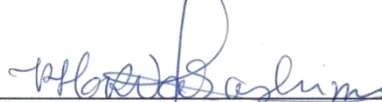
RAFAEL DA SILVA ASSIS

**OS ÍNDIOS DO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E
ENSINO**

Aprovada em 02 de setembro de 2016


Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros – UFT (Orientador)


Prof.^a Dr.^a Thaís Leão Vieira – UFMT– (Avaliadora externa)


Prof.^a Dr.^a Rosária Helena Ruiz Nakashima – UFT (Avaliadora interna)

ARAGUAÍNA – TO

2016

A848

Assis, Rafael da Silva.

OS ÍNDIOS DO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO
/ Rafael da Silva Assis. – Araguaína, TO, 2016.
101 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins
– Campus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional
em Ensino de História, 2016.

Orientador: Euclides Antunes de Medeiros

1. Índios. 2. Território Serra da Capivara. 3. Memória. 4. Ensino de história indígena. I.
Título

CDD 980

Dedico a Milk- Elson Deusderio (*in memoria*)

Agradecimentos

A minha família motivo de força, fé e coragem.

Ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros.

Agradeço a equipe que compõe o Núcleo de Estudos do Sudeste do Piauí na pessoa do Professor José Arimatea.

A Professora Déborah Gonsalves que coordena o laboratório de história da UESPI, pelo empréstimo de livros e pela amizade.

Ao professor Luiz Gonzaga Baião Filho pelos conselhos oportunos.

Ao Professor Gabriel Frichiane pelo incentivo.

A diretora do Colégio Edith Nobre, Alix Galvão e a Coordenadora Isabel Cristian.

Aos meus amigos e colegas de turma do PROFHISTÓRIA.

As minhas queridas colegas e amigas da república de Araguaína (Manu, Magna e Elineyde).

Aos meus amigos Mike-Elson e Jorge Medeiros.

As minhas amigas do Feudo (Nayanne, Georgea, Taiane, Simone, Fernanda)

Aos meus amigos Andrade, José Orlando, Rafael.

Aos meus amigos de Socorro do Piauí (Iomar, Vicente, Eduardo, Alice e Riceli).

Aos meus amigos Juliano Arão, André, Bartolomeu, Ramon, Luiz Gonzaga, Kleber.

El Matador

De sangue e de fogo se fez o nome. No sangue e no fogo se desfaz a história de muitas vidas. A sangue e fogo a ferro e fogo um homem liquida seus semelhantes. No sangue a crueldade desnecessária. No sangue a violência contra os desarmados. Ao preço de tantas vidas sua vida se perde do consumo do tempo. Não matador de touros. Toureador da morte. Vencedor dos verões. Matador de índios. Sua glória triste pesa sobre nós. Sobre a sua memória pesa a morte inglória das nações Tapuias. Tenente coronel dos auxiliares João do Rego Castelo Branco. Chefe da tropa. Senhor dos trabalhos castigos e desgostosos matador de índios. Sem firmeza nos ajustes de paz firme na guerra a todos os índios. Rápido na guerra Lança os proclamas. As derramas de gente, farinha, cavalos e bois, índios e ouro. Seu sonho execrando. A lagoa dourada o rio do Sono se resolve em sangue a sede de ouro. Os corpos no campo Para os pastos das feras passados à espada Acoroazis, Pimenteiras, Gueguezes. Raça extinta, lembrança extinta. Nomes nações apagados no próprio sangue Matador de índios a fúria de seu nome sua memória em sangue se repete.

H. Dobal (Hindemburgo Dobal)

Resumo

Esta pesquisa apresenta um diálogo entre obras acadêmicas e o ensino básico, e um confronto entre história oficial e memória subterrânea. Durante muito tempo, ouvimos não existir mais índios no estado do Piauí. As narrativas escritas dão destaque ao extermínio, considerando o século XIX como marco do fim dos indígenas no estado do Piauí. Investigando as narrativas da tradição oral percebemos divergências entre narrativa oral e escrita, subterrânea e oficial (POLLAK, 1989). Acreditamos que há um abuso de memória a cerca do extermínio das populações indígenas do Piauí. As narrativas trabalhadas principalmente em sala de aula contribuem para a formação de uma identidade que se distancia, silencia e esquece os povos nativos como elemento de formação do povo piauienses. Nessa perspectivas problematizemos três obras acadêmicas, que são recorrentemente usadas no ensino básico, por seguinte trabalhamos com as memória subterrâneas que divergem com a história oficial, nesse sentido recorremos a uso de entrevistas. Em um terceiro momento trabalhamos com o ensino de história indígena e como os professores trabalham a temática na disciplina de História do Piauí.

Palavras-Chave: Os índios do Território Serra da Capivara. História. Memória. Ensino.

Abstract:

This research presents a dialogue between academic works and basic education, and a confrontation between official history and underground memory. For a long time, we hear no longer exists Indians in the state of Piauí. The narratives written accent to extermination, considering the nineteenth century as marking the end of the natives in the state of Piauí. Investigating the stories of the oral tradition perceive differences between oral and written narrative, underground and official (Pollak, 1989). We believe there is a memory of abuse about the extermination of the indigenous populations of Piauí. The narratives mainly worked in the classroom contribute to the formation of an identity that moves away, silent and forget the native peoples as training element of Piauí people. In this perspective problematizemos three academic works that are repeatedly used in primary education, by following work with the subterranean memory that differ with the official story, accordingly we resorted to the use of interviews. In a third time we are working with the teaching of indigenous history and how teachers work the theme in the discipline of History of Piauí.

Keywords: The Indians Território Serra da Capivara. History. Memory. Learning

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí.....	13
Foto 1- índios Fulni-ô na pedra furada	55
Foto 2- entrada do assentamento Saco.....	60
Foto 3- liderança indígena da etnia Tabajara.....	81
Desenho 1- estereótipos: índios na floresta	79
Desenho 2- indígenas plantando	80
Desenho 3- alunos no Museu do Homem Americano	83
Desenho 4- Guerra aos Pimenteiras.....	84
Desenho 5- índios cativos	85
Desenho 6- armas de fogo contra arcos e flechas.....	86
Desenho 7- indígenas plantando e preparando beiju	87
Desenho 8- indígena na casa de farinha	88
Desenho 9- oralidade indígena	89
Desenho 10- Dona Luiza	90
Desenho 11- indígena pega por vaqueiros.....	91
Desenho 12- Dias-Marreca	93
Desenho 13- Atual geração dos Dias-Marreca	94
Desenho 14- Zé Assentamento Saco	95
Desenho 15- Zé Dias	96
Desenho 16- Dona Pulú.....	97

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I.....	19
1. A escrita da História: construção do extermínio dos índios do Piauí.....	19
1.1 Primeiras narrativas: <i>O índio no solo piauiense</i>	24
1.2 Primeiras narrativas: <i>Pesquisas para história do Piauí</i>	30
1.3 <i>O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência</i>	39
Capítulo II.....	48
2. Memórias de um imbuzeiro	48
2.1 Os indígenas na memória coletiva.....	50
2.2 Tradição oral e os lugares de memória	57
2.3 Memória e identidade social.....	70
Capítulo III	75
3. Ensino (d)e História indígena: abordagens, pesquisas e possibilidades de ensino	75
3.1 Consciência política e histórica da diversidade	77
3.2 A presença indígena no Piauí :fortalecimento de identidades e de direitos	80
3.3 Os Dias-Marreca: ações educativas de combate ao racismo e às discriminações	90
Considerações finais	98
Referências	100

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema “Os índios do Território Serra da Capivara: história, memória e ensino”, apresentando um diálogo entre obras acadêmicas da historiografia piauiense e a educação básica, e um confronto entre história oficial e memória subterrânea. Ao passo serão apresentadas as justificativas e, por seguinte, os objetivos de cada capítulo, sua perspectiva teórica e os caminhos do método.

Em relação ao título da pesquisa, trata-se do *locus* de pesquisa, o território Serra da Capivara faz partes dos Territórios de Desenvolvimento (imagem 1) que constituem as unidades de planejamento da ação governamental do estado do Piauí. O território Serra da Capivara está localizado no sudoeste do estado, abrange 18 municípios sendo São Raimundo Nonato, cidade sede, além disso dispões de duas unidades de conservação: o Parque Nacional Serra da Capivara, patrimônio mundial pela UNESCO, e o Parque Nacional Serra das Confusões. A economia do território é marcada pela agricultura familiar destacando-se cultivo de feijão, milho e mandioca; criação de pequenos animais, apicultura, cajucultura, turismo arqueológico e artesanato de barro.

Imagem 1: Mapa dos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí



SEPLAN, 2016.

Durante muito tempo ouvimos dizer que não existem mais índios no estado do Piauí. As narrativas escritas dão destaque ao extermínio, considerando o século XIX como marco do fim dos indígenas no Estado. A colonização do Piauí pode ser considerada um evento tardio. A região é ocupada na segunda metade do século XVII, a partir do processo de expansão do gado nos leitos dos rios, e assim fundamentada no sistema jurídico das sesmarias.

A primeira referência histórica acerca das populações indígenas data do relato do Padre Miguel de Carvalho, em 1696, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Cabrobó, citando a existência de 36 “tribos” indígenas na região, Baptista (2009) afirma que a população indígena era de 369 mil pessoas naquela época, sendo reduzida pelo extermínio até a segunda metade século XIX.

As fazendas de gado foram o fato de consolidação da ocupação. O gado ocupava grandes faixas de terras e com pouca necessidade de mão de obra, assim os indígenas se defendiam atacando as fazendas e matando o gado. No fim do século XVIII e início do XIX várias expedições punitivas foram enviadas para esse combate, emergindo a figura de João do Rego Castelo Branco, “El matador”, e do cabo José Dias Soares, os grandes responsáveis por mortes e perseguições dos indígenas do “Sertão das Pimenteiras”.

A região que compreende hoje o Território Serra da Capivara, até o século XVII era geograficamente quase desconhecida, o que se sabia era da existência de três grandes lagoas que formavam o Sertão das Pimenteiras. A região se posiciona próxima ao vale do rio São Francisco e aparece também denominada de “Alto Sertão do São Francisco”.

Como já dito, o território que compreende o Piauí foi o último reduto nordestino a ser colonizado pelo homem branco. A colonização tardia foi um dos fatores para consolidar os vales piauienses como um corredor migratório, e uma grande diversidade de populações indígenas. O território piauiense está entre uma área de transição, de um lado a bacia do rio São Francisco, região de caatinga, do outro lado está a bacia amazônica. Os índios fugidos da Bahia, Pernambuco, Ceará e de outras regiões do nordeste colonizadas entre os séculos XVI e início do XVII, se refugiavam em terras piauienses. Transitavam entre o vale do São Francisco, vale do Parnaíba e vales da bacia amazônica.

Os grupos indígenas que estavam alocados na região durante a chegada do colonizador, foram nomeados de Pimenteiras, em alusão à região das lagoas acima mencionadas. A guerra aos Pimenteiras, a que consta nos documentos oficiais (diários de oficiais, correspondências ao palácio do governo, devassa, carta ao governo etc), vem das mortes de gado dos fazendeiros. Tais mortes eram atribuídas aos indígenas. Além disso,

pensava-se também que a resistência do grupo indígena levou diversos fazendeiros a abandonarem as fazendas deles.

Durante o século XIX, as bandeiras contra os povos indígenas foram mais enérgicas, tanto que em 1815 o governo do Piauí decreta a extinção dos Pimenteiras. Os documentos também revelam que ao invés de matar os índios do sexo feminino e crianças, o colonizador fazia o que se chamava de “amansamento”, uma espécie de domesticação do “índio brabo”. As mulheres e as crianças indígenas serviam para a labuta dos afazeres domésticos nas fazendas.

Compreendemos que a prática de “amansamento” servia até certo ponto para a manutenção da vida do indígena. Acreditamos que o extermínio não se consolidou, percebemos a manutenção indígena, por meio das mulheres cativas que foram inseridas no convívio com colonizador. Coube às mulheres levar o sangue, a cultura indígena e o nome. Nas certidões de casamento localizados na Diocese de São Raimundo Nonato encontramos o registro de três casamentos de indígenas com colonizadores. Margarida, Puã e Marreca, índias Pimenteiras e únicas com nomes registradas em documentos.

Na medida em que crescia o número de fazendas em solo piauiense, a população nativa via-se perdendo espaço nas áreas mais férteis da região. O vale do rio Piauí antes habitado por numerosos grupos indígenas, passou a ter como paisagem as edificações das fazendas. O gado tornou-se símbolo de prosperidade e riqueza. A memória oficial utilizou-se da redução e do isolamento das comunidades indígenas, para pregar sua extinção.

A memória, a história e o esquecimento, três partes que comportam e delimitam a obra do filósofo francês Paul Ricoeur, o percurso, em seu veleiro de três mastros, compreende-se em um ritmo ternário. A memória sob a égide da fenomenologia; a história decorre de uma epistemologia das ciências históricas; e o esquecimento de uma hermenêutica da condição histórica. A obra *A memória, a história, o esquecimento* foi elemento inspirador para a pesquisa, que trata sobretudo de abusos de memória.

A memória é pragmática, posto que seu exercício, a busca, insinua-se o seu uso, portanto insinua-se também seu abuso. O que nos permite dizer que o gatilho que nos faz acessar a memória nas profundezas do tempo é o gatilho do homem que sofre e do homem capaz da ação. Posto isso, acreditamos que em cada capítulo que dissertamos, insinua-se este valor pragmático no uso da memória. O posicionamento de Ricoeur infere que “o exercício da memória é seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da “mimética incorreta”. O primeiro abuso vincula-se ao excesso de uma memória ligada ao extermínio dos indígenas e ausência de outra memória, a memória da

resistência. O segundo abuso tem influências do primeiro abuso, recaímos sobre o trauma de uma memória. No terceiro abuso, a memória está a serviço da identidade e suas fragilidades, que se relacionam com o tempo, o confronto com o outro e herança da violência fundadora.

Inspirada na obra citada de Paul Ricoeur, a pesquisa intitulada *Os índios do Território Serra da Capivara: história, memória e ensino*, tem origens em diversas preocupações que serviram de justificativa para percorremos os rituais que a academia impõe. As preocupações pessoais vêm de uma impotência no ofício de professor de história na educação básica, visto que na minha formação como professor sempre ouvi falar no extermínio dos indígenas e, até pouco tempo, nunca tinha posto a prova o que ouvia dos meus professores. Minha segunda preocupação, de caráter científico, foi percebida nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História ao compreender, que o excesso de memória do extermínio dos indígenas vincula-se a construção de identidades dentro do discurso e produzidas em locais históricos e institucionais específicas. Então se trata da ausência de pesquisas sobre a temática indígena referente ao Estado do Piauí, ou pelo menos, rasuras da temática que muitas vezes são trabalhada de forma tangencial, sem um diálogo como a história, a memória e o ensino.

No primeiro capítulo *A escrita da História: construção do extermínio dos índios do Piauí* organizou-se sua estrutura em três pontos, nos quais analisamos e refletimos sobre a escrita da história e a construção do extermínio dos índios do Piauí. No primeiro ponto, fizemos o exercício da hermenêutica com a obra: *O índio no solo piauiense*, publicado em 1952 por Monsenhor Chaves. No segundo ponto discutimos a obra *Pesquisas para história do Piauí*, publicada entre 1966-1972, por Odilon Nunes. Já no terceiro ponto investigamos a obra contemporânea de Ana Stela de Negreiros de Oliveira, *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*, pesquisadora da temática indígena da região.

Fizemos uso do método que busca a compreensão de uma obra, ancorados em Paul Ricoeur e na hermenêutica como instrumento de compreensão do discurso. Além disso, nossas preocupações recaem sobre os abusos da memória e são ancorado na fenomenologia da memória que Ricoeur nos ajuda a pensar:

a fenomenologia da memória inicia deliberadamente por uma análise voltada para o objeto de memória, a lembrança que temos diante do espírito; depois, ela atravessa o estágio da busca da lembrança, da anamnésia, da recordação; passa-se finalmente, da memória dada e exercida à memória refletida, à memória de si mesmo. (RICOEUR, 2007, p. 17-18).

O Segundo capítulo, *Memórias de um imbuzeiro*, tem-se como pretensão compreender as nuances das memórias dos povos indígenas da região estudada, sistematizadas em três pontos. O primeiro discutirá *Os indígenas na memória coletiva*. O caminho foi a investigação da memória traumática. Em seguida, em *Tradição oral e os lugares de memória*, percorremos o confronto entre memória oficial e a memória subterrânea, que estamos trazendo à tona a partir de depoimentos produzidos em conjunto com os descendentes dos indígenas *Pimenteiras* na comunidade *Saco*, na zona rural do município de Caracol, e em fazendas no entorno dessa comunidade. Já no terceiro ponto será trabalhada *Memória e identidade social*, discorreremos sobre a problemática da memória e a construção da identidade social.

Para compreendermos partes da sociedade indígena do Piauí, faz-se necessário analisar as memórias de pessoas historicamente marginalizadas. Como aporte teórico na compreensão das memórias marginalizadas, fizemos uso de Michael Pollak, que discute as memórias subterrâneas em *Memória, esquecimento, silêncio*. Em seu trabalho está em voga o conflito e a competição entre memórias concorrentes. Diante disso o autor entende que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989).

Os caminhos para a construção deste capítulo teve como subsídios participações em congressos, simpósios, seminários e oficinas, ligados à problemática da pesquisa. Percebendo que o uso da oralidade como recorrente, fizemos como primeiro passo um curso de curta duração de História e oralidade; História, Memória e Oralidade em eventos realizados na Universidade Estadual do Piauí. No Simpósio Nacional de História (ANPUH 2015) e a partir da oficina *História Oral e Performance: Sensibilização e exercício dos sentidos para a condução de entrevista*, que trabalhava com sensibilização dos sentidos em entrevistas com personagens envolvidos ao uma memória traumática, nos possibilitou perceber um método importante, tanto para o desenvolvimento quanto para a produção de material didático que constituirá o capítulo III: o uso de imagens conjugadas aos depoimentos dos descendentes dos *Pimenteiras* entrevistados.

Ainda sobre o ensino de história do Piauí, problematizamos como os professores da rede básica abordam a temática indígena em sala de aula e como é a recepção dos conteúdos

pelos alunos, a partir de entrevistas e oficinas realizadas com professores e alunos. Como nos ensina Paul Ricoeur, que a memória está a serviço da identidade, e também sabendo que o ensino age no constructo de identidades, refletimos ensino e identidade fundamentando nossas discussões como Tomaz Tadeu da Silva, enfatizando que:

No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de ‘identidade’ ou de ‘subjetividade’. [...] Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. [Portanto,] [...] além de uma questão de conhecimento, o currículo é uma questão de identidade. (SILVA, 2014, p. 15).

O terceiro capítulo, *Ensino (d)e história indígena: abordagens, pesquisas e possibilidades de ensino*, trata de, a partir das problematizações dos capítulos anteriores, produzir um material didático constituído de imagens, depoimentos que contraponham as representações oriundas de uma “memória oficial” às representações contidas nos depoimentos e imagens dos descendentes dos indígenas Pimenteiras. Tal material, assim, como a própria dissertação, além de subsidiar os professores que com ele tiverem contato em termos de reavivamento de seus conhecimentos, poderá ser utilizado como instrumento didático por esses professores na forma de oficinas, debates, ou mesmo como incentivo para os alunos se dedicarem à pesquisa da questão indígena.

Valer-se de imagens e entrevistas dos descendentes indígenas, bem como das visões de professores e alunos, transformadas em material didático, é entendido por nós como uma contraposição a uma memória e história oficial que, baseada no próprio extermínio físico “relativo” dos indígenas piauienses, está contribuindo para o extermínio também da memória de seus descendentes.

A participação em eventos correlacionados ao andamento da pesquisa contribuiu para pensar as abordagens de ensino. No Simpósio Nacional de História, foi apresentado na mesa *Histórias e culturas indígenas: saberes, abordagens, pesquisas e possibilidades de ensino* a seguinte proposta:

Esta mesa busca refletir acerca de dimensões das Histórias, Saberes e Culturas Indígenas, incentivando e divulgando estudos e pesquisas sobre os povos originários, constituindo relações com o ensino através da Lei 11645/2008. Busca-se assim relacionar os saberes tradicionais indígenas à pesquisa histórica, considerando, além das fontes escritas, a oralidade e os

sentidos de temas como memória, identidade, territorialidade, religião/religiosidade e cultura. (ANPUH, 2015).

Diante disso, percebemos que a história ensinada, a história do currículo oficial, é resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir este currículo. Fomos ensinados que não existem mais índios no Piauí, não importa nossa herança cultural: forma de vestir, de comer, de falar, de pensar, de se relacionar. Ricoeur problematiza as fragilidades da memória e da identidade, quando é manipulada e legitimada por um “Estado”, a resposta para “o que sou eu?” é legitimada pelo estado “eis o que somos, nós. Somos tais, assim e não de outro modo”.

Para Hall(2012, p. 109), “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.

Nesse sentido há uma série de imagens “montadas” com indígenas de outros estados, especialmente do maranhão e Pernambuco, “vestidos a caráter” em “locais-símbolo” do Piauí, como a Serra da Capivara, Museu do Piauí, e especialmente o Museu do Homem Americano, dentre outros num “falso reavivamento” de uma realidade indígena piauiense que não existe, o que reforça a “teoria do extermínio” tão presente na História Oficial. Se essa é uma estratégia da história oficial, temos a pretensão de que o material didático resultante de nossa pesquisa, que constitui na verdade praticamente todo o capítulo III, seja uma estratégia no sentido contrário e que possa ser utilizada por qualquer professor que se interesse pelo tema. Acreditamos que as problemáticas levantadas nos posicionam a novas nuances, novas perspectivas nos ensino de História do Piauí, perceber os povos indígenas não como povos do passado, exterminados e/ou figuras decorativas de museu. Nossa proposta é então re-colocar na cena histórica os indígenas do Piauí por meio da mobilização, seja de uma memória oficial problematizada, seja das memórias de seus descendentes no interior da sala de aula.

CAPÍTULO I

1. A escrita da História: construção do extermínio dos índios do Piauí

O que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do seu estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta; o que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas. (CERTEAU, 20013, p.45).

Durante muito tempo, ouvimos não existir mais índios no estado do Piauí. As narrativas escritas dão destaque ao extermínio, considerando o século XIX como marco do fim dos indígenas no estado do Piauí. Investigando as narrativas da tradição oral percebemos divergências entre narrativa oral e escrita, subterrânea e oficial (POLLAK, 1989).

Em a Escrita da História, Certeau nos chama a atenção sobre o funcionamento da escrita ocidental, a “escrita conquistadora”, os colonizadores fizeram da América, um livro em branco “para nele escrever o querer ocidental”.

Este capítulo busca analisar e refletir sobre a escrita da História, e a construção do extermínio dos indígenas do Piauí. Busca-se, assim, relacionar a pesquisa Histórica no universo acadêmico, considerando as fontes escritas e o ensino de História como mecanismo para reforçar o discurso oficial, o discurso do extermínio indígena. Acreditamos que as narrativas invocadas sobre a representação do passado é uma forma de criar identidades, e é nesse ponto que inserimos as narrativas usadas no ensino de História. As narrativas ensinadas, na educação básica, sobretudo na disciplina de História do Piauí, dão destaque ao um índio genérico do passado e selvagem. Narrativas construídas entre o século XVII ao XIX, e até hoje disseminadas nas escolas:

Os índios começaram a povoar os livros escolares desde o século XIX, simbolizando, inicialmente, o selvagem antropófago que dificultava a civilização apesar dos esforços dos missionários. Foi apenas a partir do século XX que, pelo ideário do Romantismo, o índio se tornou um dos símbolos da nacionalidade. (BITTENCOURT, 2013, p.200).

Um dos objetivos centrais do ensino de História relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades. A História do Brasil, a canônica, tornou-se alvo de críticas, os historiadores que se dedicam ao ensino, trazem à luz a problemática do ensino visando

construir um passado homogêneo, sem conflitos, omitindo as desigualdades e as diferenças das sociedades que compõem o Brasil.

A História oficial dos índios do Piauí, omite, esquece e silencia o papel dos indígenas na formação do Piauí, dando destaque apenas visões preconceituosas. As narrativas enfatizam a violência e a selvageria praticada pelos povos tradicionais. Os indígenas passam a ser vistos como “outro”, povo de violência endêmica, matadores de gado e de gente, empecilho do progresso. No século XVII, iniciam-se os primeiros preamentos de índios; no século XVIII, disseminam-se o ódio coletivo para reprimir os indígenas; no século XIX oficializa-se o fim dos indígenas no Piauí; em nosso tempo usamos os documentos oficiais, documentos/monumentos dos “opressores” para ensinar a história dos “oprimidos”:

Quando se afirma que as populações indígenas estão em vias de desaparecimento ou já fazem parte do passado, utiliza-se frequentemente a palavra “extermínio”, decretando o fim de sua existência e de quaisquer possibilidades futuras. Outras vezes é apresentada uma visão conservadora, na qual a cultura indígena aparece ligada ao uma tradição milenar, estabelecendo uma resistência absoluta que ignora as mudanças inerentes às relações humanas. Mesmo quando transformações culturais são percebidas, por vezes o índio é retratado como um mero remanescente que teve sua cultura destruída ou descaracterizada. Essas são posturas essencialistas, pois pensam o indígena como pertencente a uma cultura ideal e estática, ora como se as relações fossem – em uma perspectiva claramente reducionista – uma guerra contínua entre vencedores e vencidos, na qual ninguém se transforma. (WITTMANN, 2015, p.14).

A omissão sobre a história indígena piauiense se manifesta circunscrita. A problemática da função da História escolar, e a importância na escolha dos conteúdos e como são introduzidos na escola. Por que abordar a história indígena na escola? E o que abordar no ensino de História? As problemáticas levantadas são pontos cruciais para compreender a fenomenologia da memória que pontuaremos nos três tópicos iniciais que compõem esta pesquisa. Os indígenas são sujeitos históricos da experiência brasileira, e também da experiência piauiense, portanto constituídos de História. Com o advento da lei 11.645, de 2008, “torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Referente ao elemento indígena, o ensino deve abordar assuntos como: a luta dos povos indígenas no Brasil; a cultura indígena brasileira e o índio na formação da sociedade nacional; contribuições sociais, econômicas e política.

A ausência de estudos sobre História indígena nos períodos contemporâneos é uma das maiores lacunas no sistema educacional do Piauí. Os índios são apresentados apenas nos

conteúdos de *pré-história* e *história colonial*, e ainda fazendo um desserviço para o ensino. Os danos causados pela ausência de estudos e ensino, como também o excesso de uma narrativa em que os indígenas são colocados com inferiores, acabou por permitir a criação de uma série de estereótipos que dificultam a criação de uma identidade positiva. A história indígena se encerra no Piauí colonial. Na república não se percebe mais os indígenas na História, são esquecidos, ou melhor, sua saga chega ao fim nos anos iniciais do século XIX, quando oficialmente os índios são exterminados:

Ainda hoje, quando são lidos alguns livros didáticos de História, tem-se a impressão de que as populações indígenas pertencem exclusivamente ao passado do Brasil. Os verbos relacionados aos índios invariavelmente estão no pretérito, e a eles são dedicadas apenas algumas poucas páginas, geralmente na chamada “pré-história” e/ou no “cenário do descobrimento”. A partir da chegada dos portugueses ao continente americano, os indígenas “desaparecem”, os alunos não fazem a mínima ideia do que teria ocorrido nos séculos seguintes com os diferentes grupos (bem como seus descendentes) que habitavam as terras que viriam a se tornar o território brasileiro. (SILVA, 2015, p. 21).

A matriz disciplinar, que trata do ensino de História no Estado do Piauí, orienta o ensino de História no Piauí, “o que deverá ser aprendido; o que deverá ser ensinado; como deverá ser ensinado; o que deve ser avaliado”.

No primeiro ano do ensino médio, nos primeiros conteúdos referentes à pré-história, deve ser aprendido como diferenciar a organização do trabalho, caracterizando as formas que assumem ao longo do tempo, e os movimentos sociais em diferentes contextos e deverá ser ensinada a humanidade antes da escrita, ressaltando as comunidades primitivas no Brasil e no Piauí. Deverá ser ensinada, realizando debates a partir dos textos trabalhados, e avaliada a capacidade de analisar e discutir textos e documentos históricos.

Além disso, no contexto que compreende as cidades do Território Serra da Capivara, é comum os professores realizarem aulas-passeio, levando os alunos ao Museu do Homem Americano e/ou no Parque Nacional Serra da Capivara na cidade de São Raimundo Nonato, ou no Parque Nacional Serra das Confusões na cidade de Caracol. A região é o berço do “homem Americano”, foi palco das primeiras experiências sociais no continente americano, se constituiu tanto com grupos “pré-históricos” quanto grupos históricos. O ensino acabou se concentrado mais nos indígenas do passado, os indígenas pertencentes ao subsolo e peça de museu.

No segundo ano do ensino médio os alunos “devem” aprender compreender a questão da terra, comparando as diversas formas de propriedade ao longo da história, bem como a organização fundiária e os movimentos ligados a ela. E serão ensinados os conflitos entre indígenas e colonizadores; as lutas entre sesmeiros e posseiros; a formação do Piauí; estrutura econômica, social e política do Piauí colonial e a escravidão no Piauí. Como caminho para o ensino, “deve-se” identificar diversas expressões culturais e formas de representação e avaliar as habilidades de fazer a leitura criteriosa de mapas, fotografias e pinturas para entendimento de fatos históricos. Ainda referente à segunda série devem ser ensinados assuntos como a separação de Portugal. O processo de independência no Piauí. A constitucionalização do Império. A regência; disputas entre as correntes políticas: centralismo e federalismo, as rebeliões regenciais. A Balaiada no Piauí; O segundo Reinado no Brasil: a economia cafeeira. A crise da pecuária no Piauí. A estruturação urbana e a transferência da capital para Teresina. A navegação do rio Parnaíba; A educação das relações Étnico-Raciais e o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana. A História da cultura Afro-brasileira e a formação social piauiense. História de lutas e resistência.

Já no terceiro ano, deve ser ensinados assuntos como: o Piauí na República Oligárquica, a crise da República Oligárquica, a classe social e o movimento sindical, cangaceiros e fanáticos, a Coluna Prestes no Piauí, tenentismo, e os movimentos culturais; O Piauí no contexto da Revolução de 1930, o Estado Novo e sua implicação no cotidiano piauiense, as interventórias, a crise extrativista e de navegação fluvial do Parnaíba, Piauí e integração, Piauí e integração nacional, e os movimentos sociais.

Publica-se a história do processo de independência no Piauí, e o índio não aparece; publica-se a o Piauí na República Oligárquica; e o índio não aparece; publica-se enfim a história do Piauí, e o índio pouco aparece. Os indígenas, que tanto contribuíram para a formação do povo piauiense, quase não aparecem na história ensinada.

Conhecer a História indígena é condição para o entendimento da formação da sociedade piauiense. Os conteúdos selecionados para o ensino da história dos índios do Piauí, via de regra, apresentam-se reduzidos a uma extensão da história do colonizador e etnocêntrica. Os indígenas vistos com culturas exóticas, selvagens, sociedade do passado. O ensino de história foi um dos instrumento para silenciar identidades, que devido ao trauma quer subverte-se ao esquecimento.

O ensino de História lançou mão de obras acadêmicas construídas sob a égide dos documentos escritos, pautado principalmente no discurso oficial, dos séculos XVII, XVIII e XIX. A hegemonia da cultura letrada, juntamente com a recorrência de narrativas escrita que

ênfatizam o extermínio das populações nativas do Piauí, nos levou a interrogar tais narrativas, com a pretensão de evidenciar o seu lugar de produção e o tempo e espaço que as essas narrativa escritas querem representar.

Tentando compreender as nuances desta hegemonia, recorreremos ao historiador galês Rymond Williams que considera a hegemonia como:

um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentido e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. [...] Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerado como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (WILLIAMS, 1979, p.113).

Hegemonia vai além de manipulação e doutrinação, não é um caminho singular e sim uma prática complexa, que se renova continuamente, sofrendo resistências e desafiada por pressões (WILLIAMS, 1979).

No que diz respeito às “operações miméticas as quais nos possibilitam entrar em contato com o mundo”, fizemos uso do filósofo francês Paul Ricoeur, dialogando com o tempo e as narrativa. “a experiência temporal e a operação narrativa se enfrentam diretamente, ao preço de um impasse sobre a memória e, pior ainda, sobre o esquecimento, esses níveis intermediários entre tempo e narrativa” (RICOEUR, 2007, p. 17). Iniciaremos a discussão com três obras que serão fontes para entender a problemática dos abusos de memória, na celeuma das narrativas do extermínio.

Duas obras acadêmicas, acerca da temática indígena piauiense, nas disciplinas de Historiografia do Piauí, são recorrentes. Trata-se da obra *O índio no solo piauiense*, publicado em 1952 por Monsenhor Chaves e *Pesquisas para história do Piauí*, publicada entre 1966-1972 por Odilon Nunes. Configuram-se entre as primeiras narrativas, e ao tempo que se consolidaram entre as grandes obras da historiografia piauiense. Para destacar o *locus* de estudo pontuemos como discussão a tese de doutorado de Ana Stela Oliveira, *O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*.

1.1 Primeiras narrativas: O índio no solo piauiense

“Pergunta-se até onde vão minhas terras?” A Casa da Torre responde, “siga até onde a vista alcançar”, foi com essas palavras que simbolicamente foi construído o Piauí, considerado na época de sua “colonização” o maior latifúndio do nordeste, assim como a “História do Brasil, a canônica”, a do Piauí não foi diferente, começa inevitavelmente pelo “descobrimento” (CUNHA, 1992).

A Casa da Torre, mais do que uma fortaleza edificada no litoral da Bahia, pertencente à família de Garcia D’Ávila, foi o principal empreendimento na perseguição de indígenas do Nordeste. Seu alargamento em terras nordestinas, deu-se à custa de guerras contra os índios, com intenção de usá-los como escravos nas plantações de cana de açúcar. Fundamentado no regime jurídico das sesmarias, a Casa da Torre se tornou um importante latifundiário do nordeste. Perseguindo os índios, as bandeiras que representavam o empreendimento dos D’Ávilas, cada vez mais expandia seu território, cada vez mais nos sertões de dentro.

A bandeira da Casa da Torre que vamos destacar era liderada por Domingos Afonso Mafrense, conhecido também como Domingos Sertão. Foi um dos principais rendeiros de terras da Casa da Torre, em sua trajetória foi responsável por dezenas e até mesmos centenas edificações de fazendas nos vales do rio São Francisco, rio Piauí e rio Gurgueia. “Siga até onde a vista alcançar”, a cada passo de Domingos Sertão, abria-se um novo horizonte, dava-se mais dois passos, e assim mais terras podia se avistar. Por volta de 1674, conquista praticamente a metade do território do Piauí.

Domingos Sertão não foi o único bandeirante a “desbravar as terras distantes” que hoje é o Piauí. A saga do “período heroico da história do Piauí”¹ foi construída na “aventura de dois bandeirantes”², o outro descobridor trata-se da figura de Domingos Jorge Velho. Liderando a bandeira paulista, foi o primeiro homem “branco” a entrar nas terras do Piauí, foi perseguindo os indígenas que desbravou os sertões nordestinos, muito embora seja mameluco, descendente de índios, suas feições no imaginário coletivo, é retratado como a de um imponente homem branco.

Acabamos de citar alguns personagens que aparecem na obra de Joaquim Monsenhor Chaves intitulada *Os índios em solo piauiense* publicado em 1952. Chaves traz para a historiografia piauiense como personagens principais, os indígenas do Piauí, em uma

¹ Forma como o Odilon Nunes referencia o período de entrada dos bandeirantes Domingos Velho e Domingos Afonso Mafrense em território piauiense. (NUNES, 2007:178).

² Trecho do hino do Estado do Piauí, letra: Antônio Francisco da Costa e Silva Música de Firmina Sobreira Cardoso e Leopoldo Damascena Ferreira foi adotado pela Lei 1078 de 18 de julho de 1923.

perspectiva humanista, Chaves é o primeiro historiador ou o pelos menos o mais contundente na defesa dos indígenas, ressalta a importância e a participação dos indígenas na formação étnica do povo piauiense. Em suas narrativas faz críticas aos primeiros governos do Piauí e sua política de extermínio. Pontua também a importância dos jesuítas na manutenção da vida dos indígenas, interrompida posteriormente em 1759 com na expulsão dos jesuítas pela política de Marques de Pombal.

Nossa intenção ao comentar figuras como Jorge Velho e Domingos Sertão, tem como mote situar as intenções da escrita de Monsenhor Chaves, e principalmente como os indígenas aparecem em sua escrita. Salientamos que nossa abordagem, sobre os diversos personagens envolvidos que vai do autor (Monsenhor Chaves) que narra a partir de um tempo (meados do século XX) representando outro tempo (século XVII e XVIII) e dos personagens que Chaves narra, estão envoltos a uma “estrutura de sentimento”, Williams nos esclarece que:

O termo é difícil, mas “sentimento” é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de “visão de mundo” ou “ideologia”. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas (WILLIAMS, 1979, p.134).

As relações de experiências são variáveis, e constitutivas, tomamos sentimento como uso, para relacionar a uma consciência prática, uma consciência viva continuamente. As relações dessa consciência que se transforma que sobre tudo é viva (sentimento) estão emersas as tensões das experiências sociais que estão em movimento.

Analisando a obra *Os índios em solo piauiense* na perspectiva de compreender a construção da narrativa, o contexto e lugar de produção, percebemos as narrativas como arraigadas de interesses e instrumento de poder. Segundo Le Goff “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*”, ancorados na discussão de que todo documento é um monumento, que é um instrumento de poder, que o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso. Cabe mostrar as condições de produção do documento, evidenciando o tempo e o espaço social da narrativa.

Monsenhor Chaves evidencia elementos importantes, para nossa problemática, ao passo que iniciaremos nossa discussão com uma de suas obras, “o índio em solo piauiense”,

publicada em 1952, está entre as primeiras narrativas escritas que trata do elemento indígena. A obra está dividida em seis partes: *O Piauí no século XVII*; *Piauí, corredor de migração*; *Índio do solo piauiense*; *Hostilidades de Domingos Jorge Velho*; *As guerras da conquista*; *Última fase da conquista*.

Então, problematizamos a obra.

Ancorado nessas discussões, do caráter temporal das narrativas e suas representações do tempo da experiência humana. Referenciamo-nos a região conhecida no século XVII como “Alto Sertão do São Francisco”, atual estado do Piauí. A região foi o ultimo reduto nordestino a ser colonizado pelo homem branco. A colonização tardia foi um dos fatores para consolidar os vales piauienses como um corredor migratório, de variadas populações indígenas.

O território piauiense está entre uma área de transição, de um lado a bacia do rio São Francisco, região de caatinga, do outro lado está a bacia amazônica. Os índios fugidos da Bahia, Pernambuco, Ceará e de outras regiões do nordeste colonizadas entre os séculos XVI e início do XVII, se refugiavam em terras piauienses. Transitavam entre o vale do São Francisco, vale do Parnaíba e vales da bacia amazônica. Monsenhor Chaves considera que:

Esta configuração determinou, sem dúvida, a transformação deste vasto território num corredor de migração para as tribos selvagens, que se deslocavam da bacia do S. Francisco e do litoral nordestino para a bacia do Amazonas e vice-versa. [...] Tupis, Tapuias e Caraíbas, em guerras e contínuas migrações, pisam o solo piauiense cruzando os dois sentidos. (CHAVES apud DIAS, 2010, p.42).

O primeiro ponto que problematizamos, refere-se a uma fala recorrente na historiografia piauiense, aborda também por Monsenhor Chaves, trata-se que o solo piauiense era habitado por inúmeros grupos indígenas, e vertiginosamente o numero de habitantes ia aumentando, devido à fuga dos índios dos vales da Bahia e Pernambuco para os vales piauienses. Nos primeiros tempos da colonização os “índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí”. No fim do século XVIII e começo do XIX, praticamente não existiam mais. Em nosso tempo é recorrente a ideia de extermínio.

Embora, a discussão de extermínio seja recorrente dentro da historiografia piauiense, pensamos que os depositários de tais prerrogativas exageram nas falas, muitos até mesmo se tornam contraditórios, ou dão como verdades os documentos oficiais. Monsenhor Chaves, homem da igreja aparentemente buscava as contradições dos documentos oficiais, todavia, contradições referentes à importância dos indígenas na formação do Piauí, os índios ainda são vistos em sua narrativa, como sujeitos do passado.

Monsenhor Chaves, homem da igreja. Envolto as particularidades de seu lugar de fala, por vezes toca no assunto ligado à política pombalina, mostrando seu descontentamento no que se refere a expulsão dos jesuítas. Chaves enfatiza que a perda da tutela dos jesuítas sobre os indígenas, encadeou a “sumaria perseguição, moléstia e extinção “dos povos indígenas.

Os documentos utilizados por Chaves, por vezes documentos oficiais, ou pelo menos de homens ligados a postos oficiais, confirmam suas queixas. Os primeiros governos do Piauí forjaram o extermínio dos nativos: perseguiram, tomaram suas terras, torturam e mataram os indígenas, por fim exterminaram sob o signo da escrita ocidental.

“Historiemos os fatos”.

O início da perseguição contra os índios do Piauí remete ao fim do século XVII. Por volta de 1674, as primeiras bandeiras à procura de índios rebelados do vale do São Francisco, e também de metais preciosos, terras férteis e mão de obra escrava, chegam ao Piauí. Duas bandeiras merecem destaque, uma bandeira paulista comandado por Domingos Jorge Velho, e outra forjada pela Casa da Torre dos Dias Ávila, a bandeira baiana ficou sob comando de Domingos Afonso Mafrense, conhecido como Domingos Sertão.

Monsenhor Chaves nos esclarece que o motivo inicial da vinda dos bandeirantes para terras piauienses, seria essa procura por índios rebelados do sertão baiano.

De 1674 para diante os nossos silvícolas começaram a ser molestados por novas agressões dos brancos, que agora vinham de várias direções. Tribos rebeladas no sertão do S. Francisco trouxeram até aqui, no seu encalço, os guerreiros da Casa da Torre. [...] Perseguindo os Gueguês em retirada, é nessa hora que pisa o solo piauiense um dos capitães e companheiro de conquista de Francisco Dias de Ávila, Domingos Afonso Sertão. (CHAVES *apud* DIAS, 2010, p.49-50).

As narrativas invocadas, nos leva a exercitar uma memória das moléstias acometidos contra o indígena. A pragmática da memória do extermínio é exercitada, é buscada. Segundo Paul Ricouer (2007, p. 71). “lembrar-se é não somente acolher uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa” Chaves aponta vários episódios, destacando a forma violenta que os índios eram mortos.

Os selvagens foram surpreendidos nalgum ponto da costa, do lado do Piauí, e facilmente desbaratados. Mas o branco civilizado enodou a vitória com um ato repugnante de selvageria: consentiu que os índios aliados **exterminassem brutalmente as criancinhas tremembés aprisionadas**. É o próprio Governador, Inácio Coelho da Silva, que relata o nefando crime, em carta para o príncipe regente: “Os índios aliados, travando das criancinhas pelos pés,

mataram-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores, e de uma maloca, de mais de 300 só escaparam 37 inocentes”[grifo nosso](CHAVES *apud* DIAS, 2010, p.50).

Gostaria de esclarecer que, a nossa abordagem é na tentativa de entender os motivos que levaram Monsenhor Chaves a pontuar as agressões sofridas pelos indígenas. Dentro dessa memória exercitada, perceber o uso e no abuso de uma memória que, devido ao trauma, quer ser esquecida. É exercitada e quer ser esquecida. Essa memória choca quando é demasiadamente remetida, quando é demasiadamente convocada, da mesma forma a ausência de memória (o excesso de esquecimento) também indica um abuso de memória, então tanto o excesso de memória quanto ausência de memória (excesso de esquecimento) há um abuso.

Até que ponto o uso da memória no construto das identidades, forjaram de forma coerciva e silenciosa o distanciamento das tradições de um povo? O elemento indígena é a base étnica do povo piauiense. Os costumes, ainda permanecem, todavia, e muito disso no caráter oficial, a identidade não é percebida ou remetida aos povos indígenas. A negação da nomenclatura “índio” seria devido às memórias traumáticas? Estratégia de sobrevivência? Ou o termo “índio” não é significativo para esse povo? Sobre memória e identidade Ricoeur diz:

O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso da memória, em tal região do mundo portanto, abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, por tanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta àquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nesta encontra seu incentivo e seu adjuvante. (RICOEUR, 2007, p. 94).

Continuemos abordagem de Chaves sobre as “moléstias” e sofrimento dos índios. O autor comenta um levante dos indígenas contar os algozes homens branco. Sob liderança de “Manu Ladino”, indígena catequizado por jesuítas, “tribos” indígenas se organizaram numa confederação, tendo êxito em alguns combates, porem sendo derrotada e levando a morte de “Manu Ladino”, em fuga o líder indígena morre afogado quando tentava atravessar o rio Parnaíba. Depois da morte de “Manu Ladino”:

A guerra continuou, porém, encarniçada, no território piauiense, ainda durante alguns anos. Mas aquela fibra de ataque de nossos índios tinha sido

quebrada em toda a linha. A ação enérgica, e muitas vezes desumanas, dos mestres de campo e dos proprietários particulares de fazendas de gado, tinha aniquilado, definitivamente, as confederações de selvagens. Sucedem-se as reduções e os aldeamentos das tribos, umas vezes sob as ameaças armada dos mestres de campo e dos predadores de índios, outras vezes ao simples apelo pacífico dos missionários, ou de alguma autoridade compreensiva e humanitária que com eles negociava (CHAVES *apud* DIAS, 2010, p.51).

Em meados do século XVIII fora criada leis que davam liberdade aos povos indígenas, e o governo teria a tutela desses povos. João Pereira Caldas, o primeiro governador do Piauí “encarregado por sua Majestade de proteger os índios contra os jesuítas, inicia a sua gestão com um pedido singular: fazer uma guerra ofensiva aos seus protegidos” (CHAVES *apud* DIAS, 2010, p.52) em ofício de 1759 tem como queixa que “algumas nações de gentio afligem incessantemente uma grande parte desta consternada capitania, assaltando fazendas, escalando as casas delas e matando toda a gente que encontram” (idem). Seu pedido não foi aceito. Contudo:

Pereira Caldas insistiu: queria uma guerra ofensiva. Isto, pelas leis em vigor, significava guerra geral, escravização legal dos prisioneiros. Ora, a primeira Carta Régia que o governo recebera lhe inculcava coisa muito diferente. Ele deveria secundar os esforços do Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, encarregado por S. Majestade de executar inviolavelmente, na Capitania, as leis de 6 e 7 de julho de 1755, que restituíam aos índios “as liberdades de suas pessoas, bens e comércio”. O rei manda que se repartissem aos índios as terras competentes para a sua lavoura e comércio “nos distritos das vilas e lugares que de novo deveis exigir nas aldeias que hoje têm e no futuro tiverem os referidos índios” ” (DIAS *apud* CHAVES, 2010, p.52).

Chaves chama atenção para “uma cláusula odiosa” das leis de 6 e 7 de julho de 1755. “Não permitireis, por modo algum, que os regulares (isto é, os jesuítas), que até agora se arrogaram o governo secular das ‘ditas aldeias, tenham nelas a menor ingerência” (CHAVES *apud* DIAS, 2010, p.52). A cláusula abriu espaço para uma guerra contra o gentio, no confisco de terras, e perseguição de índios pernicioso para manutenção da coroa em terras piauienses.

Os Tremembés, por exemplo, privados dos seus antigos protetores, viram as suas terras confiscadas por aproveitadores, que para esbulhá-los nos seus direitos, tiveram a complacência daquelas “pessoas idôneas” que o governador nomeara para protegê-los. (CHAVES *apud* DIAS, 2010, p.53).

Nos anos de 1776, João do Rego ataca os Pimenteiras numa guerra que durou quase dez anos, de idas e vindas, com varias excursões contra os perniciosos Pimenteiras, moradores do Sertão das Pimenteiras, a região mais desconhecida pelos predadores de índio. Chaves diz que os Pimenteiras “serão totalmente destroçados em 1783” (CHAVES *apud* DIAS, 2010: 56). O governo do Piauí diz que a partir de 1815 não existe mais índio no território piauiense.

Por fim registramos nossa discordância, tanto de Monsenhor Chaves quanto do governo do Piauí, no que se trata do extermínio dos indígenas. Nossa justificativa vem das próprias conclusões de Chaves, evidenciando partes da nossa sociedade esquecida pela memória oficial. As “tribos mais agressivas” foram apagadas ou expulsas do território piauiense. As mais “fracas” se adaptaram à convivência com o colonizador, disso resultou a razão de mestiçagem, que é a base de nossas característica étnico (CHAVES, 1998).

Acreditamos que o interesse em exterminar as populações indígenas, seja pelo caráter prático, seja pelo caráter simbólico, vincula-se as lutas por território. Primeiro na busca por minérios e mãos cativas, depois por grandiosos latifúndios na criação de gado. O extermínio foi a justificativa para o governo piauiense desconsiderar as leis de 6 e 7 de julho de 1755, “O rei manda que se repartissem aos índios as terras competentes para a sua lavoura e comércio” (CHAVES *apud* DIAS).

1.2 Primeiras narrativas: Pesquisas para história do Piauí

Pesquisas para história do Piauí é uma obra que comporta quatro volumes, o primeiro volume que aqui será tratado, foi sistematizado em outras cinco partes: 1 Pré-história. Primeiros contatos com a terra; 2 Primórdios da colonização. Primeiros currais; 3 Colonização e ausência de governo; 4 Primeiros governos; 5 Oligarquia indígena contra delegados de El-Rei. Obra quase exclusivamente concebida nos arquivos públicos do Piauí, Nunes já vem estudando e sistematizando a história do Piauí desde os anos 30, com cunho pedagógico, construindo compêndios da história regional. O primeiro volume de *Pesquisas para a História do Piauí* tem origem em 1961 em um contrato firmado com o governo do Piauí, e finalmente publicado em “1975”.

Diante de inúmeras possibilidades de iniciarmos nossa discussão sobre a obra mais citada da historiografia piauiense, recorreremos ao ponto que nos faz acreditar que Odilon Nunes se difere de Monsenhor Chaves, recorreremos então à linguagem que constitui sua obra. A linguagem consciência prática imersa sobretudo ao uma ação social nos evidenciam também relações sociais (WILLIAMS, 1979). Em síntese as narrativas de Nunes, nos levam a

perceber visões “pessimistas” da participação indígena na formação do Piauí enquanto sociedade. Nunes afirma que “o Brasil foi primitivamente habitado por grande população de cultura ínfima e de baixo valor na escala antropológica” (NUNES, 2007, p. 60).

Odilon Nunes e Monsenhor Chaves compartilharam pesquisas sobre a história do Piauí, participaram do Centro de Estudos Piauienses. Enquanto Chaves evidenciam, uma linguagem mais humanista, percebendo o indígena como portador de direitos, Odilon Nunes adjetiva os indígenas como portadores de cultura atrasada. Por vezes diz que os nativos foram os primeiros invasores das terras que hoje é o Brasil, e traz o homem europeu como ser responsável pela colonização das terras, e instrumento de levar a educação aos povos indígenas, sobre tudo de desfazer superstições das tradições dos nativos.

Como já pontuamos, acreditamos que a língua é constitutiva, é consciência prática em transformação, é histórica e socialmente construída. E é partindo dessa perspectiva que buscamos os estudos de Raymond Williams, para fazer o elo entre a *linguagem* esboçada por Odilon Nunes e a *estrutura de sentimentos* envolvidos a sua forma de se relacionar com sua pesquisa. Em outras palavras se busca seu lugar de produção.

No prefácio da primeira edição, Nunes, de forma objetiva, esclarece como será produzido sua obra, ao que nos leva a problemática do método. Em linhas gerais suas fontes são quase exclusivas, fontes de arquivos, que para ele são fontes primárias e talvez elemento menos propício às distorções do tempo e dos interesses de grupos. Em certos pontos as fontes são encaradas como portadores da verdade, o que nos faz considerar que Nunes era simpático a corrente positivista firmada no século XIX. A contrapelo, não podemos também referenciá-lo na forma pejorativa que muitas vezes é empregado o termo positivista, não do que segue estritamente o manual de Ranke em que os fatos falam por si.

No possível, fugimos às fontes bibliográficas; no possível, recorremos sempre às fontes arquivais. Trabalho individual, sem subsídios de outrem, talvez venha a ser testemunhada distorção na interpretação de um documento. Se porventura incidimos nessa falha, de já pedimos a clemência dos analistas, pois certamente fomos vítimas do exaustivo trabalho, superior a nossa capacidade, e jamais do propósito de adaptar a peça documental ao conceito duma tese (NUNES, 2007, p.13).

Embora se perceba essa forte influencia do pensamento positivista, podemos aferir também, que Nunes estava ciente de novas perspectivas teóricas e metodológicas. Seu trabalho de pesquisa inicia-se nos anos 30 e vão até os anos 70, período que se evidencia novas perspectivas de pesquisa, exemplo disso é a abordagem da *Revista dos Annales* de

1930. O que sabemos é que Nunes participava de congressos, revisionista da história do Brasil. Ao colocar “panos mornos” em suas eventuais falhas e como ele mesmo diz “novos estudos poderão retificar mesmo passagens deste trabalho. É esta uma das finalidades da História, ciência profundamente revisionista”.

A construção da imagem do índio é uma temática que tange muitas discussões, ora visto como “puro” e “sem maldade”, ora visto como vagabundo, selvagem e malicioso. Nunes (1972) afirma que os índios fervilhavam igual formigas no Piauí e construindo uma visão pessimista do índios no Piauí. Diante das narrativas de Nunes, pontuaremos principalmente a figura de João do Rego Castelo Branco, e o Cabo José Dias Soares, responsáveis pela guerra contra os índios Pimenteiras.

“Historiemos os fatos”.

Os primeiros governos do Piauí, demonstraram grande interesse na perseguição dos indígenas, primeiro com João Pereira Caldas, o primeiro governador do Piauí e depois com Botelho de Castro “um fascinado por Pereira Caldas. Ao assumir o Governo, por mais duma vez, afirmou que, em sua administração, tudo faria para imitá-lo” (NUNES, 2007, p. 169).

Depois da posse de Botelho de Castro, iniciam-se os primeiros confrontos com indígenas nos vales do rio Piauí, que foram apelidados de Pimenteiras, alguns autores acreditam que os Pimenteiras são da etnia caraíba, vindas dos vales do São Francisco. Nunes relata que esses primeiros confrontos vêm de represálias, moradores da região mataram animais de caça dos indígenas.

Logo após sua posse, tribo de índios desconhecidos alarma a ribeira do Piauí, depredando e até mesmo assassinando. A atitude agressiva dos índios, apelidados de **Pimenteiras**, teve caráter de represália. Foi resultado da desfeita que lhe fizeram os moradores ao matarem um de seus cães de caça. Tudo indica que já estavam eles domiciliados em terras que ficavam entre as cabeceiras do Piauí e as do Gurgueia, quando ocorreram esses fatos (NUNES, 2007, p.169).

Sabemos que os interesses em um confronto entre indígenas e moradores de fazendas, serviam para atizar a vinda dos predadores de índios. Os conflitos eram a oportunidade de se fazer uma guerra ofensiva contra os indígenas, pois como bem lembra Odilon Nunes sobre a política dos primeiros governos do Piauí:

João pereira Caldas, desde que chegou ao Piauí, demonstrou grandes interesses na perseguição do indígena isso ficou esclarecido em seu primeiro ofício, de 30 de setembro, ao Capitão – general do Estado. Nesse documento

elogia Francisco Marcelino de Gouveia porque deu sossego à Capitania fazendo prender os facinorosos, e impondo respeito à lei. Mas acrescenta que “essa tranquilidade se não entende pelo que toca aos contínuos insultos com que algumas nações de gentios afligem incessantemente uma grande parte desta consternada Capitania, assaltando várias fazendas, escalando as casas delas, e matando toda a gente que encontram, desordem que me é impossível evitar, principalmente não tendo ordem de S. Majestade para fazer guerra a esses bárbaros, e ainda que creio me virá na próxima frota, não a poderei executar sem necessário concurso dos índios da Serra de Ibiapaba, compreendendo muito bem que sem eles é tudo frustrado” (NUNES, 2007, p. 157).

De acordo com Nunes, os atritos com os indígenas tinham aspectos esporádicos e de pouca durabilidade. Mesmo tendo aspectos eventuais, há uma política intensiva contra os indígenas, é expedida uma escolta de 30 homens para policiar as cabeceiras do rio Piauí. Nesse contexto, por volta de 1771, João do Rego liderando 150 homens fazia rondas nas margens do rio Parnaíba, e tudo isso sem autorização para guerra ofensiva (NUNES, 2007, p.170).

O rio Parnaíba é o acesso do nordeste com a bacia amazônica, todavia, “era finda a missão de João do rego no Baixo Parnaíba. Sua missão histórica seria mesmo nos **agrestes e caatingas**, no **preamento** do índio” (NUNES, 2007, p.157).

Há farta documentação referente aos Pimenteiras, são o grupo indígena mais citado em documentos referentes aos dois primeiros governos do Piauí, quase sempre remetendo-os como excursionista dos veles do Piauí e depredadores de currais (NUNES, 2007. p.176).

João do Rego foi o grande responsável, por levar a guerra aos Pimenteiras, nas literaturas é conhecido como “el matador”. Já se passara o governo de Botelho de Castro, segundo governador do Piauí, agora é estabelecido uma junta trina para governar. A junta trina se dirige a João do Rego, convidando-o para participar dos trabalhos administrativos, todavia, ele alega motivos de saúde, se afastando assim dos trabalhos administrativos.

A política de João do Rego era a mesma dos primeiros governos, pleitear expedições contra os indígenas, levando a guerra contra os Pimenteiras:

Projeta-se, então, uma **entrada** contra os **Pimenteiras**, a qual é confiada a João do Rego, sempre propenso a movimento dessa natureza. Talvez servisse a iniciativa apenas de alvissareiro pretexto aos desajustados compartes de governo, para que celebrassem uma trégua em suas discórdias. (NUNES, 2007, p.178).

Em 15 de abril de 1779, as tropas de João do Rego Castelo Branco saem da Capital do Piauí, Oeiras, e marcha para o vale do rio Piauí a procura dos Pimenteiras, a geografia da região ajuda os indígenas a se resguardarem em terras inacessíveis as tropas de João do Rego. As narrativas de Nunes, nos diz que os Pimenteiras logo depois revidaram, atacando currais, matando gado e gente:

Saíram de Oeiras no dia 15 de abril e marcharam para as cabeceiras do Piauí. Não mantiveram, entretanto, contato com os **Pimenteiras** que se resguardaram em terras inacessíveis, de trilhas quase intransitáveis. Regressam os expedicionários, e João do Rego apresenta um **Diário** da campanha que é enviado ao Capitão-General do Estado. Pouco depois, como se em represália à ostentação de forças, invadem os **Pimenteiras** os currais do Alto Piauí, depredam os campos, matam gado e gente, assenhoreiam-se de toda a região (NUNES, 2007, p.180).

Com esse novo ataque sobre as fazendas das cabeceiras do rio Piauí, os moradores se afugentaram, alguns abandonaram sua fazendas, uns procurando a região do rio São Francisco, outros buscando fazendas próximas. Nunes relata que:

Vêm ordens para promover a Junta nova **entrada** contra os selvagens, e recomendações para agir “pelos meios da suavidade, e com benefícios que lhes façam conhecer as utilidades que se lhes seguirão” por meio da paz. A Rainha não deseja que haja guerra ofensiva. A guerra deveria ser defensiva, e assim não poderiam os índios ser reduzidos à escravidão, e não havia, portanto, compreensão para o gravame da campanha. Protelam, então, a ação punitiva e alegam que há falta de recursos materiais, e que João do Rego já não podia assumir o comando por motivo de saúde (NUNES, 2007, p.180-181).

A cada ação contra os Pimenteiras, logo depois os indígenas reagiam matando gado e moradores das fazendas. A guerra defensiva, estabelecida pela coroa, foi elemento decorativo da legislação da época. Embora às vezes a junta trina que governara o Piauí, adotara regime de policiamento por meio de escoltas de volantes, objetivo era sempre conhecer os Pimenteiras para se possível “amansá-los” ou então matá-los.

Até aqui pontuamos algumas narrativas de Odilon Nunes, na tentativa deliberadamente de narrar algumas de suas falas, principalmente para fazer o exercício de apropriação da linguagem do texto. Obviamente ações deliberadas nos posicionam a descartar partes do texto que consideramos “taxativas”. Desapropriamo-nos, por exemplo, das palavras “silvícola e gentio”. Duas palavras que representam o discurso de um espaço e tempo

transformado em texto. Como nos ensina Paul Ricouer, o texto é todo discurso fixado pela escrita, “o que aparece na escrita é o discurso enquanto intenção de dizer e que a escrita é uma inscrição direta desta intenção, mesmo se histórica e psicologicamente [...] o escrito conserva o discurso e faz dele um arquivo disponível para a memória individual e coletiva” (RICOEUR, 1989, p.143).

“Problematizemos”:

Retornam os **Pimenteiras**, e dessa vez com ferocidade. Matam gados e galináceos, fazem incêndios, assassinos. O Capitão Inácio Rodrigues de Miranda, que vinha prestando serviços desde as primeiras entradas, recebe ordens para preparar tropas e correr fronteiras. De abril a maio de 1790, Miranda consegue aprender onze índios da tribo, e Oeiras recomenda que os **tratem com mimo, amor e fartura**. Em seguida, Miranda remete-os para a Capital (NUNES, 2007, p.181).

A “ferocidade” dos Pimenteiras é algo recorrente na fala de Nunes, “matam gados, fazem incêndios, assassinios”. Já as narrativas que insere o tratamento das volantes sobre os indígenas era outro, “recomenda que os **tratem com mimo, amor e fartura**”. Continua: “Finalmente termina o longo período das juntas governativas, com os fazendeiros a noticiar que os **Pimenteiras** e **Tapacuás** continuavam em suas devastações” (NUNES, 2007, p.182). A fonte de pesquisa de Odilon Nunes são principalmente os documentos da Casa Anísio Brito, talvez acreditando que os referidos documentos expressasse uma maior aproximação com a verdade, Nunes reproduz as falas dos documentos.

Outro destaque nas narrativas de Odilon Nunes é sua aproximação ou gosto por uma história econômica e a primazia de desenvolvimento através de fatores ligados à produção econômica. Na época, isso nos anos 70 do século XVIII, o Piauí era um importante produtor e exportador de gado, abastecendo os litorais do nordeste e parte de Minas Gerais. O símbolo de prosperidade vinha no rastro do boi. Ora se o boi era prosperidade, os indígenas seriam o entrave do progresso para a Capitania do Piauí. A mentalidade da época, evocada pelos documentos se insinuam nas falas de Nunes em que os indígenas eram os grandes responsáveis por esse entrave, já que matavam gado e afugentavam fazendeiros.

Em 1806 Carlos César Burlamaque toma posse como governador do Piauí, dedicou-se ao serviço de colonização dos índios. Em seu governo é tomada novas medidas para exterminar os Pimenteiras. Os pontos que segue a narrativa de Nunes são os derradeiros para “a extinção do mal” causado pelos indígenas a capitania do Piauí:

Em seu Governo, os Pimenteiras fazem nova invasão nos currais do Alto Piauí, e Parnaguá padece também outras incursões dos indígenas. É quando se tomam medidas mais adequadas à extinção do mal que há mais de século vinha conturbando a tranquilidade da Capitania (NUNES, 2007, p.196).

Quando em 1759, marquês de Pombal expulsa os jesuítas, a principal voz destoante da política predatória contra os indígenas, nenhum outro projeto ou grupo se opunha a política predatória. Os indígenas se manifestavam por rebeliões e hostilidades. “Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “brabos”, “desinfestando” os sertões” (CUNHA, 1992, p.134). Como nos esclarece Manuela Carneiro da Cunha, a política de extermínio não se tratava apenas de termos de Piauí, em todo território nacional essa era a solução ou os indígenas se incorporavam a “civilização” ou se deveria usar de violência contra eles. Nas palavras de Odilon Nunes é “Carlos César Burlamaque que vai dar o passo decisivo para a solução desse problema” no Piauí.

Os Pimenteiras, novamente em rebelião, apoderam-se de fazendas e outros grupos indígenas cometem mortes na região do rio Gurgueia, foram organizados expedições com cerca de 200 combatentes para reprimir os indígenas que atormentavam os fazendeiros dos vales piauienses, como destaca Nunes:

Vejamos as ocorrências que precederam a ação desse homem, e após as juntas governativas. Com os primeiros dias do governo de D. João Amorim, as cabeiras do Piauí, Parnaguá e até mesmo Jerumenha foram sacudidas pelo tropel dos indígenas: os **Pimenteiras** apoderaram-se de dezenas de fazendas, os **Tapacuás** cometeram assassinios, e raptos de crianças no Alto Gurgueia, índios não identificados levam a intranquilidade aos campos de Jerumenha. Amorim pretendeu organizar expedição de 150 a 200 combatentes para reprimir a horda de malfeitores. Não encontrou apoio na Metrópole, nem mesmo no Maranhão que aconselhou se fizesse o policiamento das fronteiras e se intentasse a civilização dos indígenas por meios pacíficos. Mas não proporcionou os recursos, e os jesuítas já não missionavam. (NUNES, 2007, p.196).

Bulamaque manda cartas ao General de Estado e ao Príncipe Regente, solicitando ordens para fazer guerra aos Pimenteiras, que estavam no momento com mais de trinta fazenda dos vales do rio Piauí. O Príncipe Regente autoriza Bulamaque e dá ordens para promover ações contra os indígenas.

Com a autorização para efetuar a campanha, a 15 de dezembro publica edital que anuncia a próxima expedição militar e estabelece as medidas necessárias

para o êxito do empreendimento. Pede o concurso de todos os habitantes da Capital, e ordena a todas as câmaras que façam o rateio proporcional às forças de cada um e declarem a cada pessoa o que deve dar, em carne, farinha, cavalos e outros quaisquer gêneros. Concede poderes às câmaras para nomear um almoxarife encarregado de receber as contribuições. E termina, proclamando que espera todos os moradores da Capitania, sejam de que condições forem, corram de tropel a oferecerem as suas pessoas e bens. (NUNES, 2007, p.197).

A guerra aos indígenas ganhou amplitude. Com respaldo do Príncipe Regente todos os moradores da Capitania tinham a incumbência de contribuir com as forças do governo para por fim aos “**malfeitores**” Pimenteiras. Os moradores tinham que contribuir com alimentação dos combatentes, dando-lhes carne, farinha ou com outros gêneros animais, armas, pólvoras, estadia e informações que contribuíssem para a derrocada dos indígenas. Por assim dizer seriam uma ação de todos, contra os “selvagens” Pimenteiras.

Historicamente foi construído uma memória coletiva de animalidade dos índios, mesmo que oficialmente sua humanidade era afirmada, todavia, na mentalidade coletiva reinavam a ideia da bestialidade, os indígenas eram tratados como feras (CUNHA, 1992). Os índios eram caracterizados por sua obediência ou rebeldia. Os indígenas que fora obedientes as leis, os índios aldeados e sedentarizados normalmente eram considerados índios manso, por serem domesticados comumente eram empregado o termo gentio para referenciá-los. Já os indígenas rebeldes, que atacavam fazendas de gado, era o silvícola, índios bravos. Foram justamente os “índios bravos”, que foram os principais alvos da guerra levado pelo homem branco. Manuela Carneira da Cunha endossa nossa fala quando diz:

Para fins práticos, os índios se subdividem, no século XIX, em “bravos” e “domésticos ou mansos”, terminologia que não deixa dúvidas quanto à idéia subjacente de animalidade e de errância. A “domesticação” dos índios supunha, como em séculos anteriores, sua sedentarização em aldeamentos, sob o “suave jugo das leis”. Essa era uma idéia geral, aplicável tanto aos grupos agricultores portanto sedentários, quanto aos grupos caçadores coletores. Na categoria índios bravos, passam a ser incorporados os grupos que vão sendo progressivamente encontrados e guerreados nas fronteiras do Império. (CUNHA, 1992, p.136).

Como pontuamos os moradores do Piauí foram chamados para ajudar na guerra contra os Pimenteiras, além de financiar partes do custo da guerra, os moradores seria soldados da Capitania. Os preparativos para a logística da guerra necessitava de tempo, primeiro com a arrecadação de auxílios financeiros de toda a Capitania, e também o estudo das vias de acesso

da malocas dos Pimenteiras. Para o enfretamento dos indígenas do Sertão das Pimenteiras, nas cabeceiras do rio Piauí fora chamado a Capitão José Dias Soares, em 1807:

José Dias começa suas operações a 1º de abril, apenas com sessenta homens. Penetrou na zona do inimigo, Piauí acima. Faz reconhecimentos. Em julho estabelece presídio em Água Verde, fazenda abandonada desde muito e onde lhe chegam mais reforços. Busca, então, as cabeceiras do rio, e no dia 15 tem os primeiros contatos com o adversário, próximo duma lagoa, provavelmente a lagoa da Formiga, que receberia mais tarde ainda o nome de Bom Sucesso, e onde se fortifica, após aprisionar cinco **Pimenteiras**, em recontro no qual são abatidos dois indígenas. (NUNES, 2007, p.197-198).

No estudo da colonização do Piauí, as narrativas da entrada de José Dias Soares para combater os Pimenteiras, são frequentemente abordadas em trabalhos acadêmicos. Lembramos que os Pimenteiras são o grupo indígena mais citado nos documentos encontrados nos Arquivo Público do Piauí. Para entender o papel do cabo José Dias Soares, é importante salientar que ele foi responsável por de fato colonizar as terras da região estudada (Território Serra da Capivara), transformou as fazendas em núcleos urbanos e se tornou a principal liderança do território que hoje compreende as cidades de Caracol, São Raimundo Nonato, Jurema, Coronel José Dias entre outras, as atuais gerações de sua família ainda moram na região.

As zonas de ataques utilizadas pelos Pimenteiras, foram cada vez mais suprimidas, como estratégia de guerra contra os indígenas, foi feito patrulhamento das fronteiras dessa zonas utilizadas pelos indígenas. As estratégias da guerra contra os Pimenteiras vinham principalmente do patrulhamento das fronteiras de locais usados pelos indígenas. Foi por meio da repressão que se queria “pacificação de Pimenteiras”, com intenção de “estabelecer a tranquilidade nos campos piauienses” (NUNES, 2007, p.199).

Em 1810 José Dias Soares Protege as cabeceiras do rio Piauí, os Pimenteiras fogem e se refugiam em território pernambucano. Ao retornarem para terras piauienses, o plano dos indígenas é frustrado pelas tropas de José Dias, de janeiro a julho, aprisiona 68 índios Pimenteiras (NUNES, 2007).

Nas narrativas de Odilon Nunes, os ataques constantes aos Pimenteiras, feitos pelas tropas de José Dias Soares, consolidou o enfraquecimento da resistência indígena, “estão destroçados, completamente desmoralizados”. Os Pimenteiras não depredavam mais os currais das cabeceiras do rio Piauí, a guerra chegara ao fim com custo de muitas mortes do lado dos indígenas, e muitos se tornaram escravos, como assevera Nunes, “que as presas feitas

fossem reduzidas à escravidão, e como escravos, logo depois eram vendidos, segundo o testemunho de Mártius” (NUNES, 2007, p.199).

Já não existiam mais aldeamentos indígenas no Piauí, a última fundação de aldeamento foi constituído para os Pimenteiras, sem o êxito pretendido e com pouco tempo de duração. Nessa saga, os índios sobreviventes estão dispersos, muitos escondidos nas matas, outros escravos em fazendas, vivendo sob a dureza dos maus tratos:

Os aldeamentos indígenas a que nos referimos anteriormente, já não existem. Seus índios estão quase extintos pela dureza de tratamento, e os poucos que sobrevivem ao regime de escravidão a que foram reduzidos, acham-se dispersos pelas fazendas e vilas. (NUNES, 2007, p.199).

Os aldeamentos indígenas empreendidos pelos primeiros governos ocasionaram prejuízos aos cofres da Fazenda Real, e também prejuízo para os fazendeiros que em parte custearam o empreendimento. Entre os motivos para o fim dos aldeamentos constam as revoltas, as fugas e os conflitos internos entre indígenas.

Quando Mártius passou pelo Piauí, com referência à população de Gueguês e Acoroás, informa que “segundo a nota do vigário, constava apenas de uns 120 pessoas e mesmo estas nem todas de origem sem mistura...” Registra seu “aspecto tristonho” e diz que “vagavam em abstrata inércia”. E com referência aos Pimenteiras que haviam sido estabelecidos em princípio na Lagoa do Sal: “Eles eram dos mais robustos e desempenados entre os índios que até agora nos haviam aparecido, e tinham nos traços de fisionomia, assim como na linguagem muito rica em seus palatinos, um certo desembaraço e firmeza, que debalde procuramos em outros índios aldeados em S. Gonçalo de Amarante”. (NUNES, 2007, p.203).

Odilon Nunes finaliza seu texto, comentando a passagem de Von Martius por terras piauiense, e afirmando que os índios já eram “rebotalhos de gente”. Visitando o Piauí, Martius tem em suas narrativas elementos das características de alguns povos indígenas, inclusive os Pimenteiras, grupo considerado o mais valente e astuto do território piauiense.

1.3 O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência

A historiadora Ana Stela de Negreiros Oliveira é Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e funcionária do IPHAN de São Raimundo Nonato,

discuti em sua tese de doutorado o processo de colonização do Sudeste do Piauí, nos séculos XVIII e XIX, dando ênfase ao combate aos índios Pimenteiras levada ao termo pelo colonizador, analisando também interesses conflitantes entre índios, sesmeiros e colonos, para que sejam identificadas as formas de ação para reprimir e resistir.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos, o primeiro como elemento introdutório, o segundo intitulado *Colonização do Sudeste do Piauí* versa sobre a colonização da região, a entrada dos missionários e a criação da Capitania de São José do Piauí. O terceiro ponto a autora destaca os povos indígenas utilizando também dados arqueológicos para discutir os povos indígenas do sudeste do Piauí, ressaltando os Pimenteiras. Já no quarto ponto a autora discute a guerra aos Pimenteiras destacando a guerra no sertão de dentro, estratégias e táticas de resistências e a campanha de João do Rego Castelo Branco em 1779. Podemos destacar a utilização do “diário de Antonio do Rego Castelo Branco” documento considerado perdido, agora encontra-se digitalizado nos anexos da pesquisa de Oliveira.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2013, p. 47).

Diante disso, partimos das discussões de uma historiadora contemporânea e residente na região de estudo. Para discutirmos a tese de Ana Stela de Negreiros Oliveira, iniciaremos com elementos introdutórios de sua pesquisa, por fim vamos destacar o capítulo quatro, *Guerra aos Pimenteiras*, e as interpretações que autora faz dos documentos como cartas, ofícios, diários e autodevassas.

Oliveira inicia as discussões destacando que os estudos sobre os indígenas do nordeste privilegiavam-se somente os do litoral, ficando os do sertão de dentro poucas informações. E que o conhecimento que se tem desses povos vem sob o olhar distorcido, de religiosos, viajantes e cronistas. A autora ressalta que na história do Brasil predominou a visão do indígena como vítima do sistema colonial, além de percepções de serem sociedades portadoras de culturas exóticas, condenadas ao desaparecimento, justificativa para serem estudadas (OLIVEIRA, 2007).

Ao verificar como os Pimenteiras resistiram a um longo processo de confronto, segundo ela 50 anos. Trabalhou com a hipótese de o grupo ser formado por duas etnias ou mais, vindas da região do vale do São Francisco durante o século XVII. Destaca que o *locus* de pesquisa privilegia a área geográfica do rio Piauí e a bacia do rio São Francisco, um corredor de migração que passa pelo oeste da Bahia e vai até o estado do Tocantins.

Como delimitação temporal a autora faz um recorte da segunda metade do século XVIII à primeira metade do XIX, já que o período é marcado pela guerra contra os índios Pimenteiras e consolidação da colonização da região. Juntamente a isso o período é marcado pela impulsão dos jesuítas do Brasil e a política pombalina

Revela que mestiçagem biológica e cultural criou um tipo novo, os mestiços, que parece ser o principal elementos formador da sociedade piauiense. Oliveira fala que algumas indígenas Pimenteiras fizeram alianças com negros para fugir do jugo do comandante José Dias Soares. Ressalta que a liderança do grupo, coube a uma mulher.

A autora discute as relações múltiplas que envolveram grupos indígenas, companhia de Jesus, diferentes interesses latifundiários e autoridades coloniais. A colonização do sudeste do Piauí é considerada tardio, e que em dois séculos de guerra continua dispersou toda a população nativa, em que as terras foram ocupadas para uma economia baseada na criação de gado.

Segundo Oliveira o projeto colonial para a região sudeste pode ser dividido em duas etapas: 1 ocupação com a chegada do sertanista vindas do São Francisco, durante o fim do século XVII e início do XVIII, dispersando a população nativa (remanescentes agricultores-ceramistas). 2 remonta a segunda metade do século XVIII com a expulsão dos jesuítas e expansão das fazendas de gado, período do início dos conflitos com os Pimenteira, último povo em guerra contra o colonizador na capitania do Piauí. Durante essa fase, ocorreu o abandono de fazendas e posteriormente um processo de povoamento e despovoamento de populações indígenas, fase que vai até o início do século XIX com o controle da região pelos colonizadores e a dispersão dos indígenas (OLIVEIRA, 2007).

O fato da colonização da região foi a pecuária responsável por abastecer a Bahia e Minas Gerais. Citando Monsenhor Chaves, a autora diz que o rio Piauí foi o primeiro a ser povoado isso em 1682. A empreitada para a colonização da região, tem início com os bandeirantes da casa da torre com a família D'Àvila, tornando-se grande proprietária de terras. Todavia, foi Domingos Afonso Mafrense que deixou a obra colonizadora mais durável, em 1697, domingos Sertão e Leonor Pereira Marinho eram os proprietários de todo o interior

do Piauí (OLIVEIRA, 2007). Com a morte de Mafrense em 1711 suas fazendas ficaram a cargo da administração dos jesuítas.

Considera o Piauí como uma área de refúgio de índios perseguidos na Bahia, Maranhão e Goiás pela Casa da Torre. Citando MOTT, diz que no Piauí existiam inúmeras tribos indígenas que fugiam da perseguição dos senhores de engenho da Bahia, Pernambuco e Maranhão. Em 1697 o número de moradores nas fazendas era 438 pessoas e, em 1762 o número era 12.7444 habitantes, o aumento da população intensificou a luta pela terra.

O Estado do Piauí foi, durante muito tempo considerado terra de ninguém. Antes da instalação da capitania do Piauí, a região situada a oeste do rio São Francisco era conhecida como “Sertão de Dentro” ou “Sertão de Rodelas”. A região no início era administrada por Pernambuco, sendo desmembrada somente em 1715, esteve sob a jurisdição da Capitania do Grão-pará e Maranhão. A jurisdição eclesiástica esteve dependente da Bahia. Em 1718 foi criado a Capitania de São José do Piauí, somente instalada em 1758.

O primeiro governador foi João Pereira Caldas, governou de 1759 a 1769, considerado um governador inimigo dos Jesuítas e dos índios. Coube a ele iniciar o processo de criação de vilas e somente a região sudeste permanecia vazio, provavelmente pela presença dos Pimenteiras.

Depois de instalada a capitania em 1759 somente os grupos indígenas: Gueguê, Acroá e Pimenteiras continuavam percorrer sobre o território. Apenas os Pimenteiras estavam em guerra com os colonizadores. Os demais grupos encontravam-se aldeados, dispersos ou dizimados.

Existia uma política de extermínio, contrariando *Directorio* de 1755 aprovado por D. João, proibindo a escravidão e também mandando levantar as aldeias. Foram produzidas alterações na política indigenista, proibindo o uso da língua nativa, proibição da nudez, obrigatoriedade de morar em casas separadas, o combate ao alcoolismo, obrigação de sobrenome. Os povos indígenas são considerados “vassalos livres” da Coroa, abolindo a tutela religiosa das aldeias (OLIVEIRA, 2007).

Os Pimenteiras é o grupo mais citado na documentação do Arquivo Público do Piauí, o grupo era móvel sendo que a área de destaque era o local conhecido como Sertão das Pimenteiras, localizado entre os rios Piauí e Gurgueia, além, do São Francisco.

Citando Estevão Pinto, a autora afirma que os Pimenteiras são Caraíbas, índios vindos dos rios Tapajós e Xingu. Ressalva, porém, que o podem ser ou Karib ou Caraíba.

Aires do Casal registra que em 1685 os Pimenteiras teriam abandonado suas aldeias em Pernambuco e que eles já teriam sido domesticados. Em 1760 estão em terras do Piauí. A

maioria dos autores identifica os Pimenteiras como um grupo que migrou de Pernambuco para o Piauí. Deste modo o Piauí funcionava como um corredor de migração.

A tese de Ana Stela Oliveira trilha as informações do Arquivo Público do Piauí, que difere dos autores citados. Fazendo referência do grupo somente no Piauí e como possibilidade de junção de grupos vindos do São Francisco. Os Pimenteiras aparecem localizados no século XVIII e XIX, entre os rios Piauí e Gurgueia. Há possibilidades de existirem duas etnias, Coripó e Passaniú. O grupo também foi em visto 1773 entre áreas que corresponde a Caracol, São Raimundo Nonato, Parnaguá e o rio São Francisco. Em 1770 estava nas proximidades do riacho conceição, hoje município de Bonfim do Piauí.

Nos séculos XXIII e XIX, a região sudeste era uma área onde existia muitas lagoas. Havia uma lagoa chama da de Pimenteiras, talvez localizada na cidade de Caracol.

Um dos documentos mais completos sobre os Pimenteiras é a devassa realizada em 1770. A devassa foi ocasionada pela morte de um fazendeiro português em 1769, Faustino Ferreira, parece ser o marco que dá início aos conflitos entre Pimenteiras e moradores locais. Foi pelo assassinato de Faustino que os índios passam a existir para o governo, a partir do momento que passa a incomodar e atrapalhar o processo de colonização (OLIVEIRA, 2007).

Com a expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII, o colonizador dá início ao processo de apropriação das terras ocupadas pelos índios, começando um período de constantes hostilidades. A guerra entre os colonizadores e Pimenteiras duraram cerca de quarenta anos, mesmo com a proibição da guerra ofensiva, era permitido o que se chamava de “guerra justa”. Os colonizadores organizaram uma expedição com cerca de 100 soldados em busca dos últimos povos indígenas. A luta pela terra era o principal elemento mobilizador da guerra aos Pimenteiras. As campanhas punitivas contra os Pimenteiras teve início em 1770.

Agora vamos destacar o capítulo 4 intitulado *guerra aos pimenteiras*. A autora sistematiza o capítulo em três partes: *a guerra sertão adentro; estratégias e táticas de resistência; e a campanha de João do Rego Castelo Branco, 1779*. As fontes utilizadas para compor este capítulo são principalmente, cartas, ofícios e diários. É nesta celeuma que a autora recorre a obra *O olho de madeira* de Carlo Ginzburg, para tratar do olhar do estranho, as visões construídos com o contato de outras culturas.

A busca do lugar social, do discurso histórico e as maneiras de fazer história, serão aqui tratadas com base nas interpretações da autora, ou seja na análise de suas fontes.

As primeiras discussões do capítulo são referentes ao “diário dos mais notáveis acontecimentos da guerra aos Pimenteiras, por Antonio do Rego Castelo Branco”, o diário foi escrito por um subordinado e com parentesco de João do Castelo Branco. O diário data de

1779 e refle a política colonial em relação aos indígenas, “limpar o território através da fuga ou morte dos povos indígenas e utilizar os índios como mão-de-obra nos aldeamentos” (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

A narrativa que Oliveira destaca no diário é do dia 30 de julho de 1779 na localidade Lagoa do Tabuleiro. Trata-se um aviso deixado por João do Rego aos Pimenteiras. Direcionando sua palavra aos moradores do “sertão das Pimenteiras”, ou seja, aos indígenas, o aviso diz que já faz três dias que os homens de João do Rego procuram os Pimenteiras para fazer a paz e amizade e que os seus soldados já tinham feito sinais de paz aos indígenas, e “por sinal de amigo” foi deixado junto com o aviso, uma espada e duas facas. João do Rego estaria esperando os indígenas na fazenda conceição para fazer o acordo de paz. João do Rego adverte em tom de ameaça: “e no caso, que vocês não queiram a minha amizade, ponham-se prontos com muita flecha manejar”, o aviso deixado é bem claro ou os indígenas fazem um acordo de paz ou deveria se preparar para uma guerra levada pelos homens brancos, que iam persegui-los, matá-los tornar suas mulheres e filhos cativos:

Moradores deste sertão das Pimenteiras

Tenho procurado a vocês por 3 vezes com esta para a paz, que pretendem os brancos ter com vocês e só agora ultimamente os vim a topar em tempo tal que não pudemos conversar coisa alguma sobre a paz, a qual muito desejo e nem reparem vocês as mortes que houveram de parte a parte a que eu não dei causa, antes os meus soldados fazendo-lhes a vocês sinais de paz, vocês leiam este aviso primeiramente, porém de tudo me esqueço, só por querer a sua amizade, e espero que vocês apenas leiam este aviso, vão os que devem a fazenda da Conceição onde deixo gente para logo logo me irem chamar a minha casa onde moro; e por sinal de amigo com esta carta lhes deixo uma espada e duas facas: **e no caso, que vocês não queiram a minha amizade, ponham-se prontos com muita flecha, trincheiras novas, e toda qualidade de armas, que vocês souberem manejar porque eu infalivelmente para o ver se, aqui os venho procurar para os amarrar, tomar suas mulheres, e filhos, para os entregar ao meu Governador e ultimamente levar chumbo, e bala, a todos os que não quiserem ser amigos dos brancos;** e quando queiram ser nossos amigos, eu os irei arrancar, onde há muita terra, e boa, e há muita gente vermelha; e também tem padre; e o meu Governador dará a vocês toda a qualidade de ferramentas que precisarem, e tudo que vocês quiserem e vejam que isto tudo é verdade. (OLIVEIRA *apud* DIÁRIO, 2007, p. 83 [grifo nosso]).

A fala de Oliveira está circunscrito a não existência de registros da “guerra aos bárbaros” durante o transcorrer da segunda década do século XVIII. Os conflitos eram isolados e associados entre famílias de colonos. Os Pimenteiras representavam o último grupo em guerra com o colonizador, o século XVIII foi marcado pela guerra que durou cerca de 40

anos. Muito embora, a guerra ofensiva estava proibida, contraditoriamente os primeiros governos fizeram uma política de guerra aos Pimenteiras. Destaca que a lei vigente recomenda a primeiramente a “persuasão e a brandura”. Oliveira comenta: “João do Rego e seus soldados inicialmente propõem a paz, falam em amizade, para depois mostrarem que havia uma grande distância entre o que dizia a lei e o que se praticava no período colonial”(OLIVEIRA, 2007, p. 84).

Os Pimenteiras viam fazendo ataques as fazendas das cabeceiras do rio Piauí, matando gado e gente, e tocando fogo nas fazendas. Com os ataques as fazendas estavam sendo abandonadas pelos fazendeiros. Isto seria o fato preponderante para o governo do Piauí levar a guerra contra os indígenas.

O primeiro confronto direto entre colonizadores e indígenas foi registrado em diligencia da Ordem datada de 27 de fevereiro de 1790. A ordem de atacar os Pimenteiras veio de José Pereira da Silva Manoel e José Pereira Brito ao capitão-mor Inácio Rodrigues de Miranda. O texto comentava a chegada das tropas de 50 homens na fazenda Conceição, a tropa teria marchado 4 léguas a procura de uma lagoa. Os rastros deixados pelos indígenas foram percebidos no dia 31 de maio, o encontro com os Pimenteiras foi cruento, mataram-se 4 indígenas com armas de fogo, também relata-se os gritos das crianças indígenas, matando-o os que causavam tumultos e depois colocando fogo nos mortos:

Para dizer V. S^a os incômodos que tive nesta jornada, carece muita atenção e será molestar a V. S^a, cheguei finalmente a fazenda Conceição com 50 soldados, e ouvindo a todos, lhe fiz saber o que V. S^a me recomendava, o que todos abraçaram com gosto sujeitando-se a tudo o que eu mandasse, mostrando-se com muito ânimo de fazer presas, e que assim obraram. Com bem risco de suas vidas, por agradarem a V. S^a e a mim e por esperarem que por via destas presas, e amparo de V. S^a ficarão livres do vexame em que se vêem e risco de suas vidas. Marchei finalmente procurando uma lagoa que fica distante da fazenda Conceição 4 léguas para [...] descendo, procurando o sítio da Aldeia, correndo as fronteiras até o Cavaleiro, cheguei a dita lagoa no dia 30 de maio pelas 8 horas da manhã, e às 2 da tarde do mesmo dia, expedi 40 homens e certos, nomeando por cabo o sobredito José Dias da Costa com as recomendações conforme a ordem de V. S^a, no outro dia 31 de maio deram em rastro fresco do gentio e a poucos passos chegaram a umas roças e logo ouviram rumos de gente, e [...] [...] em duas partes [...] mesma hora tomaram chegada a uma das partes para [...] de um pequeno caminho os guiava e por milagre da Virgem N. S. da Conceição e do glorioso Santo Antonio a que levamos por guia, chegaram sem ser vistos nem ouvidos dos inimigos, tanto a beira das suas tranqueiras, que disparando 4 armas a [...] se arremessara, todos dentro de repente, foi tal o susto que tudo correu, e os soldados foram aprisionando as que se achava mais a jeito, alheio tumultos e gritos das presas; e crianças voltaram os índios com o mesmo ímpeto, que foi necessário o cabo com muito trabalho, e fadiga dos soldados por razão e

a presa e mandar levar fogo ao inimigo, ficando deles 4 mortos e dos nossos 2 flechados, ambos varados os braços e quem dos restos tudo fugiu, e só de longe gritavam muito [...] por cima algumas flechas, o cabo mandou também gritar e dando alguns tiros com que tudo se calou. Cuidaram os soldados de queimar tudo [...] que tinham imensas flechas, algumas [...] trouxeram das quais vão duas para V. S^a ver, e essa de ferro, é a que flechou um dos soldados, vão 2 machados, uma cachapora e do muito que havia, nada puderam trazer por razão da catinga com que se meteram com a presa fugindo do trilho por onde tinham ido por ser ali todo perigo por razão das [...], e chegaram no outro dia 1º de junho onde eu tinha ficado, todos com muito gosto, no qual eu os acompanhei, e agradei (OLIVEIRA *apud* OFÍCIO, 2007, p. 94-95).

A citação lançada à mão por Oliveira é extensa porém, mostra detalhes importantes do calor do confronto. O uso de santos como elemento de proteção para as tropas, e as ferramentas de guerra, nota-se que os indígenas utilizaram uma flecha de ferro no combate. Oliveira destaca em suas narrativas o uso de imagens de santos como guia, e patronos das vitórias contra os Pimenteiras, citando Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio.

Os índios capturados eram principalmente mulheres e crianças, e tinham como destino as fazendas da então capital do Piauí, Oeiras. Na narrativa destacada por Oliveira, comenta-se a precariedade que passava os índios capturados, propícios a pegarem doenças na capital, fora o processo doloroso de enfrentarem uma guerra e depois desbancarem por uma grande distancia entre as cabeceiras do Piauí e Oeiras, muitas vezes carregando crianças:

No dia 11 do presente mês de junho [...] a este [...] [...] bastante molesto, e com as índias muito destroçadas, e umas sem poderem andar por razão das muitas pedras dos caminhos, outras com febre, e catarões, mandando-as conduzir nas garupas dos soldados em muitas vezes com filhinhos nos braços, porque só coração de ferro não terá compaixão de tal miséria lembrando-me ao passo do muito que V. S^a me recomendou respeito e o amor com que haviam de ser tratados, mas o certo é que só o que não for católico, não terá compaixão de tanta miséria (OLIVEIRA *apud* OFÍCIO, 2007, p.95-96).

Além disso, ressalta que foi a primeira vez que conseguiram prender pessoas do grupo, inicialmente os Pimenteiras capturados foram aldeados, colocados junto com índios Acoroá. Gueguê e Jaicó. Todavia, por não conseguirem entender a língua dos Pimenteiras, os mesmos foram realocados em fazendas de Oeiras:

No dia 21 do corrente mês chegaram a esta cidade as presas índias do gentio denominado Pimenteiras cinco mulheres e 6 crianças três machos e 3 fêmeas conduzidas todas por José Dias Soares morador nas cabeceiras da ribeira do

Piauí acompanhado de alguns soldados milicianos e no dia 23 do mesmo corrente mês se distribuíram por ordem de Ilmo Governo nesta cidade pelas casas de famílias seguintes: ao Sargento mor Manoel Pinheiro Ozório duas índias mulheres com 3 crias machos e 1 fêmea por não quererem se separar uma das outras pelo motivo de serem irmãos as quais de tais índias mulheres bem com 1 filho macho a mulher de Antonio José César e [...] uma índia com cria fêmea com a declaração de que a todo tempo que saísse da cidade entregar a dita índia de crias: a José Esteves[...] 1 índia muito velha por pedido do mesmo José Esteves por ter uma preta que entende a língua do Pará para ver se a dita índia velha se confiava alguma notícia daquela gente (OLIVEIRA *apud* DECLARAÇÃO, 2007, p.96).

Havia uma preocupação em entender a língua dos Pimenteiras, posto que índios aldeados de outras etnias foram inseridos entre as tropas do governo. Em 1790 é enviado “doze índios: oito Jaicó e quatro Gueguê”. Na época os Pimenteiras atacaram a fazenda Conceição matando uma mulher (OLIVEIRA, 2007).

Diante dessas primeiras pistas sobre a problemática dos índios do Piauí, em especial os indígenas Pimenteiras, recorreremos novamente a Certeau e a “escrita conquistadora”. Vimos que Odilon Nunes (2007) evidencia uma linguagem “pessimista” da participação indígena na formação do Piauí. Monsenhor Chaves percebe o indígena como portador de diretos em uma visão humanista. Ana Stela de Negreiros nos trouxe elementos importantes, como a perspectiva de resistência. As estratégias de resistência eram varias: matar gado, fugir do invasor, emboscadas, casar com o invasor entre outras. Contudo, as três perspectivas de têm um desfecho comum, o extermínio dos indígenas do Piauí. Por muito tempo a escrita dizia não existir mais índios no Piauí, o poder da escrita ainda ecoa em muitos ouvidos na academia, muito embora, a memória oral vem discordar da escrita em uma onda subversiva, grita: onde há poder há resistência!

Capítulo II

2. Memórias de um imbuzeiro

Memória é vida. Seus portadores sempre são grupos de pessoas vivas, e por isso a memória está em permanente evolução. Ela está sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inadvertida de suas deformações sucessivas e aberta a qualquer tipo de uso e manipulação. Às vezes fica latente por longos períodos, depois desperta subitamente. A história é a sempre incompleta e problemática reconstrução do que já não existe. A memória sempre pertence a nossa época e está intimamente ligada ao eterno presente: a história é uma representação do passado (Pierre Nora, 1984).

Na pequena cidade de São Lourenço do Piauí, os moradores locais contam que, próximo a um imbuzeiro, há aparições de fantasmas ou o que eles chamam de “livursias” [aleivosias], essas assombrações, segundo a tradição oral, contada pelos os moradores mais velhos, seria acometida pelos “cabocos bravos”, os indígenas em questão teriam sido assassinados e enterrados nas proximidades do imbuzeiro. As memórias dos moradores mais velhos estão ligadas com o presente e sua relação como o passado. Os fantasmas do presente, relacionam-se com os traumas do passado, por isso acreditamos que a memória é permeada também pela facticidade, assim como as impressões de quem narra.

Há outras zonas privilegiadas dentro do Território Serra da Capivara³ para se problematizar as memórias dos indígenas, nos subsolos da memória, podemos destacar espacialmente terrenos férteis, como a cidade de Caracol e Jurema, berço dos Dias-Marreca; a cidade de São Braz do Piauí com suas urnas funerárias; as zonas rurais das cidades de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato onde localizamos portadores de fala sobre os indígenas.

Neste capítulo o nosso interesse é problematizar as impressões de quem narra, ao tempo que a história oral será recorrente, e os entrevistados serão de comunidades de remanescentes de indígenas, em especial a família Dias-Marreca, na comunidade Saco, cidade de Caracol, Piauí. Nosso interesse recai, portanto em uma matéria fluida, uma memória viva como é a oralidade.

As narrativas orais que problematizamos nessa pesquisa, estruturam-se na própria vida dos entrevistados: elementos do cotidiano, a história contada pelos mais velhos, a organização social, e apropriada *estrutura de sentimentos* que permeia a vida dessas pessoas. Entrevistá-las foi de grande medida sair das análises e sentir as emoções despertadas pela pelas vozes dos entrevistados. A narrativa oral floresce num campo artesanal, ora tão

³ Usamos o termo/narrativa Território Serra da Capivara como estratégia para divulgação da pesquisa.

maleável quanto a argila que se fabrica a cerâmica, ora tão complexo quanto fabricar um cesto com palha da Macambira. Aqui a oralidade é percebida como uma rede de *estrutura de sentimentos*.

A importância de perceber as linguagens como parte de uma estrutura de sentimento, no campo conceitual que Raymound Williams nos apresenta, como parte das emoções individuais e sociais, as tensões, as disputas, as estratégias sociais e culturais, permite instrumentalizar nosso olhar como pesquisador nesse campo da linguagem oral, da narrativa oral, campo esse, sempre em disputa.

O sentido de um capítulo dedicado sobretudo à memória e a oralidade, vem justamente em perceber as disputas envolvendo a história oficial e uma memória marginal ou subterrânea como aponta Michel Pollak. No primeiro capítulo destacamos a hegemonia da escrita, em lugar medida de uma história oficial. Embora essa história oficial potencialize o silêncio sobre os indígenas no estado do Piauí, recai também sobre ela a subversão, o afloramento de uma disputa que contaria o silêncio ditado pela história oficial:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989).

A oralidade de grupos excluídos, problematizada em nossa pesquisa, traz elementos importantes para perceber a manutenção da organização social e cultural dos indígenas do Piauí, a manutenção da vida dos povos tradicionais, só foi possível graças as estratégias construídas no campo cultural. As relações socioculturais dos indígenas da região durante o século XIX não são as mesmas relações socioculturais dos remanescentes dos povos indígenas de nosso tempo. As narrativas mostram que os indígenas do século XIX são representados como “cabocos” robustos, viviam nus, tinham cabelos longos que iam até na bunda, vivam de caçar pequenos animais e coletar frutas e raízes, também cultivavam pequenos roçados e domesticavam alguns animais, como araras e cachorros.

Os remanescentes dos dias de hoje, são bem diversos em fisionomia, quanto em organização social. Os grupos são reduzidos a pequenos núcleos espalhados por imenso território de caatinga e cerrado, a herança indígena sobrevive na memória das famílias, que de

certo modo transmite a cultura indígena. Em relação ao *modus vivendi*, os remanescentes dos indígenas de modo geral vivem de pequena agricultura, com cultivo de mandioca, milho, abóbora e feijão, da coleta de frutos, da criação de animais e da caça de animais silvestres como tatu, cotia, veado, tamanduá e algumas aves. Nas rodas de conversas entre os moradores é comum de tratarem sobre a seca, o roçado perdido por conta das poucas chuvas.

Em relação à estrutura do capítulo, discutimos memórias conjugando alguns teóricos, a primeira problematização *Os indígenas na memória coletiva*, discutimos as nuances da memória coletiva, principalmente o trauma, a memória manipulada e a memória marginal. A segunda problematização *Tradição oral e os lugares de memória*, discutimos as narrativas orais de remanescentes indígenas, bem como de pessoas que são portadores de uma memória herdada.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 10).

Por fim discutimos a identidade indígena levando em conta os diversos lugares de memória que contribuíram para cristalização de imagens carregadas de estereótipos em relação aos indígenas. A escola é um ponto de contato importante na construção da identidade, é importante considerar que a identidade é produto da memória e cabe o ensino de história considerar seu papel na orientação das experiências que outrora

2.1 Os indígenas na memória coletiva

A constituição da memória coletiva dos indígenas no Piauí tem como característica a pluralidade dos lugares de memória, bem como diferentes formas de apropriação da memória, constituída tanto pelos cânones da historiografia e arqueologia piauiense, como por uma memória que trabalham na subversão. Quando pensamos em discutir a temática indígena, sob a égide da fenomenologia da memória, sobretudo dos índios Pimenteiras do estado do Piauí desenhamos como um dos objetivos discutir a temática sob a perspectiva da história ensinada, portanto, uma escrita para professores de história. E é nesse horizonte de “sala aula” que

vamos fazer as primeiras inferências. Foram nos espaços de ensino que extraímos algumas narrativas recorrentes nas falas de alunos e professores.

A herança que relega os indígenas, na memória coletiva, e nesse sentido destacamos narrativas orais, escritas, imagéticas que percebemos principalmente nos espaços de ensino, recorre a estereótipos comuns no Piauí, assim, como em outros estados do Brasil, bem como a caricatura de um índio nu que mora na floresta; do desaparecimento e extinção dos indígenas; da afirmação que os índios estão perdendo sua cultura. Além disso, nos últimos anos houve um crescente número de pessoas que se autodeclaram como indígena, e há quem pense que estão inventando índios, e agora todo mundo pode ser índio:

Não é de se espantar que ainda se pense que os índios estão desaparecendo, ou mesmo que eles podem ser assim denominados se estiverem vivendo nus no interior da floresta. Afinal, esse não é um assunto corrente nas salas das casas, nas ruas das cidades, nem mesmo nas aulas de que participamos nas escolas. (WITTMAN, 2015, p. 9).

Ao questionar os alunos e professores sobre quem são os indígenas brasileiros, recorre nas narrativas a imagem do índio tradicional, preso ao passado. Em uma das narrativas um professor da rede pública de São Raimundo Nonato diz que “apesar do tempo passar e as coisas mudarem, prefiro ter na minha mente a imagem do índio tradicional”. É justamente na visão que a cultura indígena deva ser milenar, estática e pura, que encontramos um dos principais desarranjos para entender os indígenas do presente. A visão tradicional não aceita as mudanças culturais estabelecidas no decorrer do tempo, e é nesse horizonte que se estabelece também o pensamento do extermínio. Como não existe mais no Piauí o índio representado nos livros, o índio da cultura ideal e estático, o índio que vive nu na floresta, o índio colonial, então se cria uma falsa ideia que não há mais indígenas no Piauí.

[...] há uma dificuldade notável em entender as transformações ocorridas nas sociedades indígenas. Muitas delas, inclusive, foram ocasionadas por relações forçadas a partir da colonização europeia e, conseqüentemente, da escravização indígena e das missões evangelizadoras. As relações assimétricas de poder estabelecidas com não indígenas foram responsáveis até mesmo pela extinção de algumas línguas, etnias e culturas indígenas que aqui habitavam muito antes da chegada dos europeus. Culturas indígenas sempre no plural. (WITTMAN, 2015, p.15).

O passado imutável que a muitos sugere a cultura indígena, corroboram com a memória do extermínio, as narrativas extraídas entre colegas professores e alunos, mostram as

nuanças de como se preserva a imagem do índio preso ao passado. Em uma das narrativas um professor comenta: “indígenas antigamente viviam nas selvas, foram seres que não tinham ganância, viviam apenas da caça e da pesca”. Em nenhum momento a narrativa do professor fala do indígena no presente, ele usa verbos no passado como “viviam”, “tinham” e “foram”. Ao questioná-los sobre os indígenas no Piauí, a resposta é contundente, os índios do Piauí foram exterminados.

Quando se afirma que populações indígenas estão em vias de desaparecimento ou já fazem parte do passado, utiliza-se frequentemente a palavra “extermínio”, decretando o fim de sua existência e de quaisquer possibilidades futuras. Outras vezes é apresentada uma visão conservadora, na qual a cultura indígena aparece ligada a uma tradição milenar, estabelecendo uma resistência absoluta que ignora as mudanças inerentes às relações humanas. Mesmo quando transformações culturais são percebidas, por vezes o índio é retratado como um mero remanescente que teve sua cultura destruída ou descaracterizada. Essas são posturas essencialistas, pois pensam o indígena como pertencente a cultura ideal e estática, ora como vencedor resistente, ora como derrotado pelas mudanças. (WITTMAN, 2015, p.14).

No ano de 2010, dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 2.944 mil pessoas se autodeclararam como indígena no Piauí. Nos últimos anos três etnias indígenas lutam pelo reconhecimento como grupos étnico indígena são eles, os Codó Cabeçudo, em Pedro II, os Tabajaras em Piripiri e os Cariris em Queimada Nova. Em São Raimundo Nonato foram 77 pessoas autodeclaradas com indígenas. Os dados oficiais do IBGE, contribuem para afirmativa que os indígenas do Piauí resistiram a violência tanto física quanto simbólica sofrida por eles durante o transcorrer da história. O “ressurgimento” de povos indígenas é visto por muitos como criação de falsos índios. O que muitos desconhecem é que os indígenas podem se reconhecer com tal, por uma questão genética ou cultural, não cabendo a nós o julgamento da identidade de outra pessoa. A autodeclaração e o reconhecimento como indígena é o parâmetro defendido pra afirmação de identidade.

Ao longo da história do Brasil, foram constantes os mecanismos de violência física e/ou simbólica criados para a integração dos indígenas à sociedade nacional. Hoje ironicamente, exigimos deles – e não de nós mesmos – constância cultural, ao acusá-los de não serem mais genuinamente indígenas. (WITTMAN, 2015, p.14).

A escola é um ponto de contato importante para perceber as representações que se fazem dos povos indígenas, todavia, não é o único lugar. No estado do Piauí os estereótipos são produzidos principalmente em lugares símbolos do estado, como o Parque Nacional Serra da Capivara, o Parque Nacional Serra das Confusões, e Museu do Homem Americano.

Nos conteúdos de pré-história é comum ser realizados as aulas de campo no Museu do Homem Americano, na primeira galeria do referido museu encontramos um crânio das primeiras populações que habitaram a região, em seguida nas outras galerias há urnas funerárias, e esqueletos de crianças indígenas, há também exposição de cenas de rituais de enterramentos. O museu acaba sendo uma das narrativas oficiais do extermínio, em tudo o museu sugere a morte dos indígenas da região, fundamentada nos cânones da historiografia e arqueologia piauiense.

Outra forma de intensificar a inexistência de populações indígenas no Piauí vem da importação de índios de outros estados, para participar de datas comemorativas como o dia do índio e o descobrimento do Brasil, indígenas vindos do estado do Maranhão e também de Pernambuco, pousam em locais símbolos do estado, como o Boqueirão da Pedra Furada, e Museu do Piauí. É de presumir que se vem indígena de outros estados, fatidicamente não existe indígenas no estado do Piauí.

A imagem mostra membros da Aldeia Fulni-ô, vindos de Águas Belas, município do interior de Pernambuco, eles estão em frente à pedra furada, na Serra da Capivara. A pedra furada ao longo do tempo tornou-se um monumento do estado do Piauí, monumento no sentido de discurso/narrativa. Como instrumento de poder a pedra furada é um dos materiais da memória coletiva, ao tempo que o monumento se torna documento, cheio de interesses na tentativa de construção uma memória coesa, a narrativa da imagem é interligada ao momento de sua produção, o dia do índio, o descobrimento, datas cívicas corroboradas com a narrativa dos índios importados de outro estado (LE GOFF, 2013).

Foto 1: índios Fulni-ô na pedra furada



PESSOA, 2015. 2 Fotografia.

O Parque Nacional Serra da Capivara e o Parque Nacional Serra das Confusões se situam na narrativa do tempo passado, os cânones mostram povos oriundos do passado, que deixaram pinturas há milhares de anos atrás. Todavia, silenciam narrativas de povos do presente que viveram até pouco tempo nas áreas que compõem os dois parques nacionais. População em sua maioria desentende de indígenas.

Circunscrito a narrativa do Museu do Homem Americano, Parque nacional Serra da Capivara, e Parque nacional Serra das Confusões, retornamos a problemática do ensino pautado na memória oficial, haja vista que o livro didático nos conteúdos de pré-história corroboram com as narrativas dos dois Parques Nacionais. Vale destacar que no ensino de história do Piauí a temática indígena é somente discutida nos conteúdos de pré-história e Piauí colonial.

Em outros lugares de memória, os indígenas aparecem como assombrações do passado, na memória coletiva de alguns moradores da Cidade de São Lourenço do Piauí, há aparições de “livusias”, de índios que outrora foram mortos e enterrados abaixo de um imbuzeiro. Na pesquisa intitulada, *umbuzeiro dos defuntos: um marco na história de São Lourenço do Piauí*, os arqueólogos da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Celito Kesting e Gizelle Santos de Sousa utilizam três depoimentos orais de moradores da pequena

cidade de São Lourenço. Nos três depoimentos podemos destacar a memória herdada de seus avós. A lembrança reavivada por algumas gerações traz trazem a tona o medo das assombrações. Outras narrativas mostram que ali foram assassinados e enterrados centenas de índios, a memória traumática parece ser o grande motivador para uma tentativa de esquecimento da herança indígena.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetíveis de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993).

A pesquisa, *umbuzeiro dos defuntos: um marco na história de São Lourenço do Piauí* trabalhou com a história oral, extraímos alguns depoimentos que nos ajuda a pensar a memória traumática. No depoimento de Maria s Belém Vilanova Santos ela fala de sua memória herdada pelos avós e bisavós, e segundo essa memória herdada o imbuzeiro era o lugar onde foram enterrados índios. No local é comum aparição de assombrações, barulhos e pessoas conversando:

[...] meus avós e bisavós falavam que era lugar de índio. Devido às fileiras de pedras, eles diziam que era lá onde eles (os índios) enterravam os mortos, por isso o nome. Lá tinha umas aparências e assombrações como luzes, pessoas conversando, barulho de cavaleiros com seus cavalos. As pessoas até se recusavam a passar lá durante a noite. Eu, inclusive, passei por lá nestes dias e vi que as pedras ainda estavam lá, meio enterradas. No riacho da pedrona também tinha marcas que meus avós falavam ser de índios devido às cercas de pedra. Pode ser que eles usavam pra marcar terras. Com o tempo não tem mais não, mas tinha (KESTERING; SOUSA, 2014, p. 128).

A narrativa de Florinda Ferreira dos Santos é bem parecida com as demais narrativas, novamente é destacado o lugar como sendo de índio e que há aparições de assombrações:

Lá tem um morro de pedra. O povo diz que lá era lugar de índio, onde eles enterravam os seus mortos. Lá tinha e tem ainda assombração. A finada tia Josefa um dia passou por lá com uma cesta de mandioca. Aí, num sopapo, derrubaram a cesta. Engraçado era ela falando que as mandiocas dela eles não iam levar não. Ela fez um tição de fogo para alumiar e pegou todas as mandiocas. Lá é mesmo lugar de índio. Meus avós e bisavós sempre falavam. Não é só nesse lugar que tem restos de índios. No salãozinho, debaixo do juazeiro, também acharam ossos que pareciam ser de gente. Falavam que eram de índios (KESTERING; SOUSA, 2014, p.129).

Andreelino Farias Damasceno em sua narrativa comenta um palavra corriqueira entre os moradores da região, “livursia” (aleivosia), palavra usada para falar de assombrações, almas, zumbidos:

Antigamente tinha uns lajedos de pedra que o povo falava que eram de índios. Eles moravam lá. O nome (Umbuzeiro dos Defuntos) eu acho que é porque o povo falava que tem aleivosia lá onde eles enterravam os seus mortos. Chamam também de imbuzeiro das almas. É lá por aquelas bandas de lá que era o centro de São Lourenço. Meu pai dizia que aqui tinha uma geração de índios que foram corridos daqui e ficaram poucos. (KESTERING; SOUSA, 2014, p. 129).

As três narrativas mostram bem a complexidade da memória e o acirramento entre memória coletiva e memória subterrânea, a memória sempre está em conflito, em uma construção permanente entre o que deve ser lembrando e como deve ser lembrado, o que deve ser esquecido e como deve ser esquecido. Muitos dos portadores da memória foram descendentes diretos dos primeiros indígenas, assassinados de forma brutal. Os filhos, os netos, os sobreviventes do holocausto indígena, se propuseram a manter-se em silêncio por conta da dominação e sofrimento. A memória dos sobreviventes era e é ainda uma memória proibida, aos poucos ela ganha novos significados, novas interpretações.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação (POLLAK, 1989).

Em face dessa lembrança traumatizante, os herdeiros tentam novas interpretações ou a tentativa de amenizar o sofrimento de experiências passadas. Com a chegada da guerra contra os indígenas em solo piauiense, as narrativas mostram que muitos foram mortos brutalmente, muitos foram escravizados, e principalmente as mulheres indígenas foram feitas cativas e concubinas do seu algoz. É na conjuntura do medo, da vergonha que o trauma impõe aos

indígenas o silêncio para as gerações vindouras, as “[...] razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (POLLAK, 1989). O silêncio coletivo revela também o medo de retaliações futuras, se no passado fizeram os indígenas de cativos, o que garante isso não acontecer no futuro? As experiências passadas projetaram traumas para o futuro, a vergonha racial, o medo de perseguições recorre ao silêncio e por sua vez a tentativa do esquecimento. Os portadores da memória traumática interpretaram essa memória com diversas roupagens. A memória é viva e passa por interpretações do seu tempo.

No confronto das memórias há um delicado fio que separa e também que liga a memória coletiva com a memória subterrânea, na dialética do silêncio e do esquecimento percebemos narrativas que nos revelam a “fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável”, é recorrente a seguinte narrativa “minha vó foi pega a dente de cachorro”, e essa narrativa é o fio que literalmente está nas margens. A narrativa se processa em dois sentidos, primeiro na tentativa de buscar no passado, ou seja, nas interpretações e acontecimentos do passado referências de um passado indígena. “Minha vó”, parece ser o fio condutor em que a memória marginal reivindica o sentimento de pertencer a uma base familiar indígena, mais ou menos conscientes reforçam algo que estava adormecido.

2.2 Tradição oral e os lugares de memória

Os fios que orientaram esta pesquisa foram as memórias dos remanescentes indígenas das zonas rurais das cidades de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, Caracol, Jurema, São Braz do Piauí e São Lourenço do Piauí. As narrativas foram produzidas principalmente por meio das entrevistas concedidas por moradores de diferentes lugares de memória. No labor do campo de pesquisa, percebemos feixes de memórias, num emaranhado de fios. Laborar com esses fios, é entrar em contato com a vida dos entrevistados, e eles entrarem em contato com a vida do entrevistador. As narrativas dos entrevistados foram construídas artesanalmente, em conversas, observações do lugar, com intervenções de terceiros nas falas etc. O olhar do entrevistador no ato do levantamento das perguntas também tem uma articulação com os teóricos que instrumentalizam nosso olhar, Alessandro Portelli nos ajudar a pensar a história oral e o campo de pesquisa:

Este assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que “recolher” memórias e

performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações. A diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência que geralmente não são mencionadas quando ele conta histórias ao seu círculo imediato (PORTELLI, 2010, p.20).

Entre os lugares que percorremos conduzidos pelo o fio da memória, podemos destacar as narrativas orais do assentamento Saco, zona rural da cidade de Caracol tais narrativas foram as mais enriquecedoras para esta pesquisa. Terreno fértil e conflituoso entre a relação de história e memória, lá encontramos figuras centrais da pesquisa, a família Dias-Marreca. Os Dias-Marrecas são os descendentes mais diretos dos indígenas que habitaram a região do vale do rio Piauí. O nome Dias-Marreca vem da união entre uma indígena por nome Marreca e um homem branco por nome Manoel Dias Soares. A união entre os dois ocorreu no século XVIII, Manoel Dias Soares era filho do cabo José Dias Soares, responsável pela colonização e foi um dos responsáveis pela guerra contra os índios Pimenteiras, habitantes do vale do rio Piauí. O conflito entre indígenas e colonizadores, resultou no sequestro de Manoel Dias Soares levado a cabo pelos índios Pimenteiras. Manoel Dias Soares tinha 14 anos quando foi sequestrado, “este desapareceu nas matas por tanto tempo que todos supunham morto” como medida de vingança dos indígenas, “após mais de quarenta anos, quando ninguém o esperava mais, apareceu Manoel Dias trazendo à frente uma récula de dez ou doze filhos gerados na índia de nome Marreca, da tribo dos Pimenteiras” (DIAS, 2003, p.104). Em seu retorno Manoel Dias Soares não se adaptou aos costumes e convívio de sua família branca, devido a isso, seus parentes brancos acomodara-o juntamente com seus filhos e a índia Marreca em uma das fazendas de José Dias Soares, que hoje é o assentamento Saco, zona rural de Caracol.

O Assentamento Saco é organizadas em três núcleos residenciais, Sede, Serrinha e Calaboca e no núcleo Sede existe uma agrovila. O Assentamento fica distante 77 km de São Raimundo Nonato e 11 km da zona urbana de Caracol. As terras que hoje é o assentamento foi uma antiga fazenda do cabo José dias Soares, no transcorrer do tempo passou por outros donos, moradores e famílias diferentes. As terras foram desapropriadas a cerca de 15 anos atrás, do seu ultimo dono, Francisco Mariano, conhecido como Chico Gancho, por volta de 1996 foi criado associação dos moradores da comunidade Saco, e assim por diante pessoas de diversas localidades de Caracol ocuparam as terras da fazenda Saco, construindo pequenas choças e pequenos roçados. Algumas famílias já moravam na fazenda e trabalhava para seu antigo dono, Chico Gancho. Anos mais tarde foi regularizado pelo INCRA o assentamento

Saco (Foto 2), pegando também outras comunidades do seu entorno. Na parte que compreende a antiga fazenda mora por volta de 600 pessoas, sendo ela a maior comunidade da zona rural de Caracol.

Foto 2: entrada do assentamento Saco



ASSIS, 2016. 1 Fotografia.

A família de sobrenome Dias-Marreca, vivem espalhados principalmente pelas zonas rurais das cidades de Caracol e Jurema, há os que vivem na zona urbana de Caracol e São Raimundo Nonato, todavia, o ponto de referencia da família, ainda continua sendo a Comunidade Saco, lugar da união da família Dias com a indígena Marreca. Os traços étnicos da família Dias-Marreca, percebe-se uma mistura entre o índio e o negro. Os documentos do século XVIII já relatavam a união étnica entre índios e negros fugidos de fazendas da região.

Ao chegar à comunidade Saco, nos deparamos com um enorme “pé de juazeiro”, ponto de referencia para localizar uma comunidade que fica nas margens de uma “BR” que dá acesso ao estado da Bahia. Mas nossa primeira referência sobre o lugar foi por meio de uma fala de uma senhora que tinha uns 70 anos, moradora da zona urbana de Caracol, “lá é a terra dos caboco bravo”. À senhora que pedi informação sobre a comunidade usa o termo caboco bravo de forma pejorativa para falar dos moradores da comunidade Saco. É na narrativa “lá é a terra de caboco bravo” que iniciamos nossa problematização, primeiro porque se trata de um lugar de memória (a terra de caboco), segundo porque se trata da identidade do outro, do

visto como diferente (lá é a terra dos cabocos). A narrativa da senhora que me reportei serve para exemplificar o olhar exterior, o olhar dos outros, e como a memória coletiva atribui lugares. A narrativa “terra de caboco bravo” não encontra-se isolada, na verdade é um lugar comum, é um lugar da memória coletiva, as memórias sobre a terra dos cabos são construídas pelo o testemunho dos outros. A princípio no senso comum acredita-se num purismo da memória, que seríamos os possuidores originários das nossa lembranças. Como já vimos as narrativas da memória são construídas, não são ingênuas, e recorre nos lugares comuns a o questionamento: a memória está a serviço de quem? Talvez ser muito pretensioso em querer denunciar os abusos de memória, logo apresentaremos narrativas orais que mostram os conflitos entre memórias discordantes. As narrativas orais que problematizamos mostram bem os confrontos entre memórias.

O nosso primeiro entrevistado nada se assemelha com os traços físicos do que se pensa ser um descendente de indígenas, não tem o sobre nome Dias-Marreca, mas é do grupo familiar dos Dias-Marreca. Ronivon foi nosso guia dentro da comunidade, nos apresentou as primeiras histórias de lá. E em sua fala ele destaca como os outros moradores da zona urbana de Caracol e até mesmo do assentamento Saco veem a família dos Dias-Marreca, dentre eles o conflitos por reivindicação de memória e também negação de memória indígena.

Foi criada uma memória negativa dessas pessoas chamadas de cabocos bravos, em geral são tratadas como “indivíduos de inexpressível valor social”. Nas narrativas da família Dias-Marreca, destacam que o termo caboco é usado principalmente para relacioná-los como povo de baixo nível cultural, de baixa escolaridade e de pouca perspectiva de vida:

Eh! No entanto, eu poderia começar essa fala dizendo o seguinte: que é ... uma etnia, é uma classe, existe um termo para se designar ao se tratar de uma certa etnia, não só na comunidade Assentamento Saco, mas já vem de Caracol de uma forma geral, eu acredito que em outras áreas também aconteça algo parecido, a se referir ao um certo povo, grupo de pessoas de famílias como cabocos. Cabocos é um termo que é pejorativamente usado né, e se vem se perpetuando por muito tempo ao se tratar de pessoas que eles consideram, pessoas de baixo nível cultural, de baixa escolaridade, de pouca perspectiva de vida né, é o que se observa quando eles falam dos cabocos em si (ROCHA, 2016).

É importante destacar que a família Dias-Marreca se reconhece como povo indígena, porém, as narrativas que foram criadas, trazendo eles como pessoas de pouco valor social, acarreta diretamente na falta de autoconfiança, de orgulho e identificação como indígena. A temática do índio é silenciada por muitos moradores da comunidade:

E o interessante em se ver ... em se entender isso é que esse desarranjo enquanto a presença do indígena ou daquele cuja origem de identificação tá bem mais associado do ponto de vista histórico, as vezes nem, não só de si mesmo né, as vezes não tem esse reconhecimento de si como indígena, mas conhecendo um pouco dessa história você percebe que as pessoas tem isso, você percebe que essas pessoas mesmo eles se desvalorizam, no seguinte sentido de ... De como se diz? Na questão da auto, autoconfiança, da ... do respeito por, Como diria? Da questão de valorização de identificação, eles se sentem fragilizados, aí você justamente ver o envolvimento né, dessa relação oprimido e opressor, é interessante colocar isso, agora sim, dar pra se entender que não é algo cabível, não algo de motivo de orgulho de alguém se identificar como indígena na própria comunidade né, não é algo de orgulho, pelo contrário é algo que se você ver muito escondido né, muito colocado de lado, se muda muito de discurso quando se traz essa temática. Não é essa identificação acredito assim ela é pode ... se houver ela há no interior de alguns, no interior de algum, mas a manifestação dessa, dessa certeza de que, de pertencimento né cultural indígena, é uma coisa que ficou muito, fica muito, como diria, abstrato, acho que há uma certa negação, invés de uma aceitação, uma certa negação, acho que é bem mais possível se negar a origem indígena do que realmente assumir essa origem indígena (ROCHA, 2016)

Durantes nossos esforços para compreensão das amnésias sociais, aquilo que a sociedade decide esquecer, nos deparamos principalmente com a problemática da memória traumática. Recorre que as narrativas dos entrevistados sempre tentam explicar sua história a partir de elemento que liga a vida indígena com um trauma sofrido, esse trauma de certa forma é amenizado nos depoimentos, não raro é comum matadores de índios serem o mito fundador de determinada comunidade da região, por exemplo, uma antiga comunidade (comunidade Zabelê) que estava dentro da atual área do Parque Serra da Capivara, tem como o mito fundador a figura de Vitorino, conhecido na memória coletiva como matador de índio. Na cidade de Caracol o mito fundador é o cabo José Dias Soares e sua família Dias, José Dias Soares foi o principal matador de índio da região, muito embora as narrativas amenizem sua figura como matador e destacam mais sua imagem como civilizador da região. A serviço de quem é a memória do trauma? A serviço de quem é a memória do matador de índio? O matador de índio é também uma produção simbólica do poder dos fazendeiros. O matador de índio é filho das sombras desse passado de instalação das fazendas. Vivendo em vilas esses fazendeiros contavam as façanhas de seus parentes. Não há dúvida de que os descendentes dos índios tenham que buscar na memória do matador as lembranças de sua própria história. É dentro dessa perspectiva que será problematizado as narrativas de Zé Dias, líder da família Dias-Marreca.

Primeiramente, temos que nos situar nesse emaranhado de fios que se interligam, que se distanciam e se reaproximam. Vejamos a complexidade da “coisa”, nosso entrevistado Zé Dias é ligado diretamente ao sangue dos indígenas e também ligado ao sangue dos matadores de índio, vejamos, que o nosso entrevistado foi batizado com o mesmo nome do mais conhecido matador de índio da região (José Dias), portanto, as narrativas de nosso entrevistado, Zé Dias, está entre a memória dos grupos indígenas que foram perseguidos e está entre a história dos colonizadores que vieram conquistar as terras dos índios. A memória subterrânea mais do que nunca entra em confronto com a história oficial, a história oficial como já dito no primeiro capítulo da pesquisa foi construído pela elite, pelos herdeiros dos primeiros colonizadores.

José Dias, mais conhecido como “Zé Dias”, por algum infortúnio não foi registrado em cartório com o sobrenome Dias-Marreca, seu legado é ser um portador de memória da história e vida dos Dias-Marreca. Zé Dias é um dos líderes da comunidade, por algum tempo foi presidente do Assentamento Saco, inclusive participando da construção do assentamento. Assim como a maioria dos moradores da comunidade Zé Dias é um pequeno agricultor, cultiva milho, mandioca, feijão é um homem simples e de fala “mansa”, sua fisionomia é uma mistura do índio e o negro e alguns pequenos traços do homem branco, sua família também tenha formação étnica parecida. Em relação à sua fala, percebemos que uma de suas maiores preocupações era com a falta de chuvas na região, preocupações que tem maior praticidade como a chuva para plantio sempre ofuscam preocupações um tanto teóricas como a problemática dos indígenas. As preocupações de Zé Dias é também a preocupação de toda a comunidade que em boa parte vivem da agricultura de subsistências e de programação sociais como o seguro safra e o bolsa família. Desde 2013, a região vem passando por período de escassez de água e consequentemente queda na produção de alimentos:

aqui o nosso plantii aqui, você sabe que o nordestino aqui a situação dele, o plantii nosso aqui é feijão, é milho, é mandioca, é essas coisas, e nois tamo já a cinco anos que não tem isso de jeito nenhum, não teve lavôra, principalmente nesse ano foi do anos piores que teve, que nois chegamos aqui, esse cinco ano cada ano, as vês chove um pouco no início, dezembro, janêro, as vês feverêro, março como aconteceu esse ano, nois tivemos chuva aqui só em janêro, teve a chuva em janêro, todo mundo plantou a planta chegou a crescer um pouco, agora ficou feverêro, março, abrili, tamo terminemo agora, sem chover de jeito nenhum, quer dizer a planta num resistiu, se você andar hoje aqui nas roça você tá veno a situação que milho, parte de milho cresceu oitenta cêntimo, um metro, trinta cêntimo e morreu ali mermo que não teve mais chuva (DIAS, 2016)

Em relação à presença indígena na comunidade Saco, Zé Dias mostra em sua narrativa preocupações pessoais em relação à manutenção da família Dias-Marreca e também traz uma narrativa importante, durante a entrevista ele cita varias vezes o nome de William Palha Dias, mostrando que este Palha Dias compartilhava das mesmas preocupações de Zé Dias, quanto a manutenção da família Dias-Marreca. William Palha Dias foi um importante escritor literário em sua obra, *Caracol na História do Piauí*, ele destina um tópico que trata da família Dias-Marreca, a narrativa contida no livro trata os indígenas de forma pejorativa e enaltece a figura do cabo José Dias Soares, responsável pela colonização da região. José Dias Soares é tataravô de William Palha Dias. Zé Dias, como já dito antes, tem o sangue da índia Marreca e também o sangue dos Dias, portanto tem parentesco tanto com o Cabo José Dias Soares consequentemente com William Palha Dias.

Zé Dias fala que William Palha Dias teve uma conversa com Martins Walter, ex-prefeito de Caracol, nessa conversa Palhas Dias propôs a criação de uma agrovila para receber apenas os Dias-Marrecas, descendentes dos indígenas. A narrativa de Zé Dias mostra também sua preocupação em manter a história desses povos que habitaram a aldeia indígena no passado, e agora os Dias-Marrecas descendentes dos indígenas habitam a mesma área, que passou de aldeia para fazenda e posteriormente se tornou o assentamento Saco:

eu conversei muito com o Dotô Wilia, que foi uma pessoa daqui, um advogado, e juiz de direito quando ele chegou a falecer, e ele conversou muito cumigo já na sua idade, recentemente a uns quatro ano atrás, aí ele conversou cumigo, a esse respeito, e me falano ... conversando cumigo e mim falano. Ele tem um livro da história aqui de Caracol, aí ele mim falou: “Zé Dias! Rapaz eu quiria conversar uma coisa cum você, eu quiria dizer pra você que resgatasse o nome Dias Marreca e não dexasse esse sobrenome desaparecer, você dexasse, colocasse todo mundo e colocasse im dias essa questão, por quê quando na época o Machtim Valte [Martins Walter]” - que foi os primeiro prefeito que tiveram aqui, ele mim disse – “eu falei com Valte [Walter], que na época quando ele foi prefeito conversei cum ele que acharia qui divia fazer uma comunidade assim uma agrovila somente dessa família de gente que o povo chama caboco aqui, Dias Marreca, fizesse uma comunidade só cum esse povo, por que era uma história pra ficar essa história, por que no início aqui no Assentamento Saco, hoje onde o Assentamento Saco, era uma aldeia de índio, e nois somo pessoa descendente desses índio” (DIAS, 2016).

O propósito da criação da agrovila era para resgatar o sobre nome Dias-Marreca e não deixar que o mesmo desaparecesse, Zé Dias justifica a importância da manutenção dos Dias-Marreca: “hoje onde o Assentamento Saco, era uma aldeia de índio, e nois somo pessoa descendente desses índio”. É importante considerar essa narrativa: “nois somo pessoa

descendente desses índio”, o autorreconhecimento como indígena de Zé Dias não deixa dúvidas que os Dias-Marreca são de fato indígenas, mas não para por aí, Zé Dias traz outro elemento importante para endossar a narrativa dos Dias-Marreca como povo indígena:

[...] esses nome e resgatar essa família indígena que é uma coisa que traz muito atenção, eu tenho um tii que ele saiu daqui, Ele saiu daqui de Caracol, é irmão de minha mãe, por nome João José, que ele tá aproximadamente cum setenta ano oitenta que saiu daqui, quando foi um ano desses uns dez anos atrás, aí um fii dele procurou através aqui da rádio, telefonou pra rádio que tinha aí ni Caracol, a rádio serra das confusões, e mandou procurar uma pessoa da família dele, fulano de tal, deu o nome e tudo e a professora que trabalhava lá esposa dum rapaz que trabalhava lá, mim chamou: “Zé, eu tô aqui cum a pessoa aqui qui ligou de lá de Buri ... Butirama aqui na Bahia, e ele quer saber uma pessoa da família, pra conversar com uma pessoa da família, aí ele deixou esse número de telefone”. Aí eu liguei pra lá, quando liguei pra lá, aí Ele mim falou: “Zé Dias, rapaz é ... sou ... é seu primo, é seu tii qui mora aqui já a muitos ano e Ele tá já muito velho e tá prestes a falecer, e Ele tá dependeno dos remédio que é da FUNAI, e a FUNAI ... Ele mora numa bair ... numa comunidade indígena aqui, lá na Bahia, e tá recebeno os remédio pela FUNAI, e pricisava de uma história, de uma coisa qui trouxesse a respeito de descendência de índio pra Ele puder conseguí a receber essa medicação. Aí eu disse: não rapaz, tem problema não eu tô aqui, eu tenho aqui o livro da história que tá contano a história, tem até o nome do pai Dele, do tii Dele qui tá no livro, eu vou mandar esse livro, livro pra você (DIAS, 2016).

Na narrativa acima mostra que além da autoafirmação como indígena, Zé Dias também ajudou um tio que se encontravam numa aldeia indígena na Bahia, onde o mesmo necessitava de algo para reconhecê-lo como índio, assim, poderia fazer uso de remédios distribuídos pela FUNAI. Zé Dias envia para seu tio um livro que conta a história dos Dias-Marreca, lá encontraria o nome o dos familiares do tio de Zé Dias. Muito além de se identificar como indígena, a história dos Dias-Marreca foi usada para identificar um familiar numa aldeia fora do território piauiense. A autodeclaração e consciência de sua identidade indígena nos permite inferir que a memória subterrânea, a memória dos índios que se tentou silenciar durante centenas de anos, ainda resiste, como nos ensina Michel Pollak, as memórias subterrâneas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos” (POLLAK, 1989, p. 05).

O livro de William Palha Dias, Caracol na história do Piauí que Zé Dias faz referência conta um pouco sobre os Dias-Marreca, Palha Dias extraiu alguns depoimentos das histórias de sua família e narrativas contadas também pela família Dias-Marreca. O livro serviu para fortalecer o reconhecimento da família como indígena. Zé Dias comenta como William Palha

Dias se impressionou em saber como os Dias-Marreca retornara a viver na mesma terra que seus antepassados indígenas viveram, Zé Dias se torna presidente de uma associação em terras que um dia foi aldeia e moradia de seus ancestrais. O retorno as terras da antiga aldeia é uma forma de manutenção da história dos Dias-Marreca, como o próprio Zé Dias fala: “é uma história que num é pra acabar, e não é pá acabar”:

Ele disse: “eu mim admirar ... o que é de impressionar, o que é de impressionar é qui eu fico pensano, como eu já fiz esse livro fiquei pensano”, - que nesse livro tem até é ... nome de tii meu lá antigo que ele colocou na história, que foi dos primeiro que teve aqui nessa ... em Caracol e tudo, ele disse: “o que é de impressionar é que eu fiquei veno a situação, você vê você é descendente de índio, e lá no Saco era uma aldeia de índio que morava lá, aí você nasceu aqui no município de Caracol, e agora como presidente duma associação, saiu aqui da cidade e foi lá pra local aonde era a aldeia de índio. Quer dizer, qui isso é que mim chamou atenção é da ... de ... fazer aquela vivência desse ... resgatar, purquê a gente viu que você como descendente foi lá com um grupo de pessoa e se arranchou lá no lugar onde era a aldeia de índio, e beneficiando esse povo”, - que dizer qui isto é ... é uma história que num era pra acabar, e não é pá acabar. (DIAS, 2016).

Zé Dias continua sua narrativa destacando novamente a importância da manutenção dos Dias-Marreca em sua comunidade de origem, o reconhecimento dessa identidade indígena pelos moradores da comunidade Saco muda de figura quando se trata das autoridades políticas, Zé Dias traz à tona a falta de valorização da identidade dos Dias-Marreca como povo indígena por parte dos representantes políticos de Caracol, “eles acha que essas coisas não tem uma mínima importância, mais é a coisa que tem mais importância é uma história dessa”. Assim como nosso primeiro entrevistado, Ronivon Sousa, Zé Dias destaca a vida simples dos Dias-Marreca, invocando uma narrativa recorrente: “ eles acha que pobre não pode ter história” a narrativa de Zé Dias endossa a narrativa de outros entrevistados, que falam direta ou indiretamente da tentativa do silenciamento da memória indígena. Na própria comunidade Saco há grupos de pequenos comerciantes que tentam criar uma nova memória para a comunidade, como a mudança de nome da comunidade, propagação da inferioridade dos Dias-Marreca em relação aos outros moradores da comunidade. Em geral os descendentes dos indígenas são pessoas pobres que vivem na agricultura de subsistência e não tiveram a oportunidade de serem alfabetizados:

Aí nois viemo prá cá, e daqui ele disse que ... “Olhe, eu quero qui você procure a ... resgatar esse sobrenome e a partir daí você também colocar no povo, se a ... trabalhe tudo unido e procurar a se conscientizar com, fazer um

lugar pra que fique só essa família e fique na história”, mais infelizmente não é possível por que nossos administradores eles num vê isso, eles não vê isso e os administrador ele ... ele vai olhar pra pessoa, quando a pessoa tem uma condição evoluída que ele pode se apoderar também daquilo, e não ver a nicidade da pessoa pobre pra ter uma história, que eles acha que pobre não pode ter história, mais é da onde eles tão cresceno é com a história dos pobres, é com o nome dos pobre que eles tão cresceno, mais num tão veno isso, então a rente tem procurado a fazer isso. (DIAS, 2016).

Os códigos linguagens e as memórias dos indígenas mais velhos se estabelecem principalmente pela narrativa oral, essas memórias confinadas ao silêncio foi transmitida de uma geração a outra oralmente (POLLAK, 1989). A oralidade foi e ainda é uma estratégia pela disputa de identidade, mas, há outras estratégias, Zé Dias por exemplo é uma liderança política da comunidade.

Eu, eu soufrí muito aqui no iniço, cumo presidente da sociação inclusive agora eu tive trabalhano aqui cum ... eu trabalhei aqui uns ano com ... um grupo de pulítico que ... a rente não pode dextr fora essas coisa, e aí ... principalmente quando você não tem condição, qui muitas vezes tá dependeno dessas pessoa, trabalhei com um grupo de pulítico aqui e agora recentemente aquele grupo que eu trabalhava eu ... eu não deu mais pra mim trabalhar com eles, não por que tivesse uma desavença cum eles e nada, absolutamente não, são pessoa muito educados, pessoas que me tratam muito bem, mais você sabe, você trabalha cum tipo de coisa que chega um momento que você tem qui mudar pra outra coisa pra vê se você consegue a resgar outra coisa, a fazer outra coisa que num vinha fazeno, aí foi o meu caso. (DIAS, 2016).

A inserção no campo político é uma forma de lutar por políticas públicas para a comunidade, a própria criação do Assentamento Saco se insere nessa celeuma de disputa por memória, Zé Dias foi por muito tempo presidente da associação do assentamento, hoje seu irmão Valdemar Dias ocupa a presidência da associação do assentamento Saco. Zé Dias esclarece em sua narrativa os motivos para sua participação com grupos políticos: “a rente (a gente) não pode deixar fora essas coisa, e aí ... principalmente quando você não tem condição”. A narrativa traz a tona novamente a questão da pouca condição financeira dos moradores do Assentamento onde inserem a família Dias-Marreca. Quando falamos que o campo político é um campo de disputa por memória é também nas discussões frente a uma comunidade que tem mais de uma associação. Como mecanismo de disputa no campo político partidário foi criado outra associação dentro da comunidade, as disputas têm como aparência, apenas disputas políticas partidárias, todavia, esconde outras intenções. A disputa é por memória, a reivindicação de memória é a causa principal das disputas políticas dentro do

assentamento Saco, um dos objetivos da criação da segunda associação dentro do Assentamento foi a mudança do nome do assentamento Saco, para o nome de um antigo fazendeiro. Criar uma nova associação também foi a forma de combater as memórias dos indígenas, que até então são protagonistas da história do assentamento Saco:

Aconteceu quando se ... se teve a iniciativa, e o interessante disso que partiu ... principalmente a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco, pela história partiu de um cidadão chamado José Dias, quer dizer partiu de iniciativas tanto do governo e tudo, mas a primeira associação foi criada com a presidência de um cidadão chamado José Dias, conhecido como Zé Cabuquim. Entendeu? Que foi justamente o cara que liderou a associação de apropriação das terras né, que ia gerenciar né, essa parte administrativa né, da questão da rea ... reapropriação de terras, e enfim, de casas da própria comunidade. Sim, isso causou um descon ... um desarranjo considerável e o desconforto pra muita gente? Sim, causou, porquê o Zé Cabuquim é descendente direto, direto, dos Dias Marrecas. Entendeu? E ... é o seguinte é um caboco como eles dizem, tanto é o próprio nome, como eles dizem: Zé Cabuquim é um próprio caboco, de repente, como já venho dito antes né, pra não se alongar muito, a comunidade é feita, basicamente constituída por pessoas, com esse, fazer como o cara, com essa pendência de ... de requisitos que seria interessante se encaixar em outro, outro elite, por exemplo são pessoas de baixa renda, sem terra pra trabalhar. Entendeu? É ... negligenciado, jogado nas partes periféricas da cidade sem ter perspectiva de como viver de como produzir. Entendeu? Que viviam pelos cantos pela rua, que de repente tinham terra pra produzir, ou seja, o que se esperariam do ... duma perspectiva do ponto de vista, ou vendo um cenário de Brasil, esperaria de uma comunidade formada com pessoas, com cidadãos né, vamos dizer assim, é claro cidadãos, com esse perfil? Entenderia se que ela seria negligenciada, e que seria preconceituada, que ela seria justamente vítima né ... de apontamentos e de termos pejorativos, por conta justamente de que a base formativa desse povo já vem da própria ... da exclusão, já vem da própria exclusão (ROCHA, 2016).

A narrativa mostra as relações de disputa de memória que motivaram a criação da segunda associação do assentamento Saco, primeiro, seria um descontentamento por parte de alguns moradores do Assentamento visto que a liderança da comunidade seria Zé Dias, um homem pobre e liderança da família Dias-Marreca, a segunda associação foi criada para deslegitimar a figura das pessoas que eles chamam de cabocos, lembrando que o que o termo caboco é usado comumente de forma pejorativa.

A família Dias-Marreca é um dos fios da memória que merecem destaque para se perceber a tênue relação entre memórias concorrentes, no que diz respeito a relação entre indígenas e não indígenas. Zé Dias, nosso entrevistado mostrou-se um homem simples, como boa parte dos moradores do assentamento. A serenidade na sua narrativa em falar dos problemas que passa a comunidade por conta da seca vem com a mesma firmeza em falar

sobre os indígenas da região, o sobre nome Dias-Marreca é motivo de orgulho para seus detentores, em maior ou menor grau.

Outra comunidade que tivemos acesso a depoimentos orais trata-se do Assentamento Novo Zabelê, o nascimento do citado Assentamento vem da desapropriação do povoado Zabelê, a desapropriação dos moradores do povoado ocorreu na década de 70, para criação do Parque Nacional Serra da Capivara. O “antigo Zabelê”, como os ex-moradores chamam o povoado, tinha como mito fundador Vitorino conhecido na memória coletiva dos moradores mais velhos como matador de índio, Vitorino se torna o legítimo dono das terras por ter expulsado os índios da região. Como já mencionamos antes, tratar do elemento indígena em comunidades marcadas pelo trauma é algo extremamente sensível, isso devido à relação familiar que originou as comunidades, de onde extraímos os depoimentos é recorrente a narrativa de serem netos ou bisnetos de indígenas pegos a dente de cachorro, como também serem netos e bisnetos de homens responsáveis por matar índios.

No assentamento Novo Zabelê extraímos o depoimento de Dona Luiza Cardoso, nossa entrevistada, já com seus 90 anos de idade nos dá algumas pistas para entendemos sua vida ao passo que traz informações sobre a memória que seus pais contavam para ela. Primeiramente, ao perceber que em sua casa havia um pilão de madeira, perguntamos sobre a origem do pilão, Dona Luiza fala que foi o seu marido que fez, quando eles moravam na Cidade de Caracol. O assunto do pilão foi o elemento para ganharmos confiança da entrevistada.

Eu nasci e me criei na serra vermeia, me casei com José Pereira da Silva, mais ai não me aquetamo mais, moremo no baixão, do baixão fumo pro o Caracol, moremo 16 anos no Caracol, voltemos pra cá. Plantava, mi feijão mandioca, tinha a casa da farinha, fazia farinha. [...] nós tinha medo de sair, com medo dos caboco, nós panhava água nos caldeirão, descendo serra, subindo com as cabaças na cabeça olhando pra trás com medo das onça (CARDOSO, 2016).

A narrativa de Dona Luiza apresenta um elemento curioso “nós tinha medo de sair, com medo dos caboco”. Dona Luiza é neta de indígena, no entanto fala que tinha medo de sair, com medo dos cabocos (indígenas), o trauma da memória indígena não vem apenas pelo estigma da vergonha em pertencente a um contingente que foi subjugado, há também uma construção do medo, as elites locais incitaram, primeiramente o ódio e por conseguinte o medo. O ódio e o medo foram ferramentas criadas no campo da memória, “tinha que se ter medo dos cabocos bravos”, a narrativa do medo em que os indígenas matavam pessoas e o gado foi usada para justificar a subjugação dos indígenas.

Dona Luiza conta um pouco de sua herança indígena, a narrativa que extraímos é algo recorrente entre os moradores da região estudada, ela diz que sua avó foi pega por vaqueiros ainda criança, quando os vaqueiros se aproximaram do grupo de indígenas que estavam abaixo de uma árvore, houve uma debanda de indígenas, todavia, a criança que viria ser sua vó não escapou dos vaqueiros. Dona Luiza fala com orgulho de sua herança indígena, quando citava sua vó sempre demonstrava alegria na expressão facial “A Balbina era mãe de meu pai e foi pegada no mato pelos cachorro. Índia vea , era uma veona da saiona”. A sua narrativa era intercalada por gestos e faziam os sons de como seria a sena da sua narrativa, quando ela fala dos vaqueiros que capturaram sua vó Balbina, ela “imitava” os gestos e os sons de um grupo de vaqueiros (quió, quió, quió). Então podemos também extrair dela narrativas tanto narrativas orais quanto narrativas visuais:

A vó de meu pai, a vó de meu pai, aí os vaqueiro, os vaqueiro, iam na mata correndo atrás do gado (quió, có, quió, có, quió, có) [a entrevistada faz o som emitido pelos vaqueiros] e os caboco tava de baixo do pau, tudo comendo, assando bicho e comendo. Quando viram a zuada dos vaqueiros correram, esqueceram da menininha de baixo do pau, aí os vaqueiro foi e panhou, que é a bisavó de meu pai, aí panharam a menininha e foram criar, aí esta menininha teve uma menina e ganhou meu pai. É meu pai, Candido Cardoso Rosa [...] parece que tem assim um poquin de parentesa de índio, porque já tenho 89 anos, ainda meus cabelo ainda tá assim mei pretin[dá um leve sorriso quando fala de seus cabelos pretos] (CARDOSO, 2016).

Os depoimentos que extraímos de Dona Luiza não são isolados, são recorrentes as narrativas que indígenas eram pegos no mato ou pegos a dente de cachorro, ao falar de sua vó dona Luiza diz: “Pegaram no mato, correndo e os cachorros atrás (caó, caó, caó) até que pegaram a menininha, botaram na garupa do cavalo e carregaram, a vó de meu pai, eu não sei como ela foi criada. Contavam essas histórias de noite... meu pai, minha mãe contavam”. Percebemos que o fio da memória é tecido por grupos sociais, a recorrência dessa memória do índio pego a dente de cachorro vem na tentativa de construir uma base comum da memória indígena. Dona Luiza esclarece que seus pais contavam “essas história de noite”, a memória herdada de seus pais faz parte desse fio da memória que é construído por grupos sociais. Para Michel Pollak, a memória, “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

Minha vó, meu pai sempre contava pra nós que ela era descendente de...eles chamavam até de caboco brabo, mas era índio mesmo. Ela foi capturada no mato, parece que andava só e ai foi preciso os caçador acharam ela, ai

botaram os cachorros, eles acoaram, eles chegaram, acho que ainda tentou correr, mais ai eles sempre tentaram adomar ela, ai pegou aquela criança nova, menininha nova. Ai adomaram ela e alguém criou ela e que eu nem sei quem foi que criou ela, ai foi depois ela casou com meu avô, inclusive ela se chamava... ai batizaram ela, adomaram ela, batizaram e colocaram o nome dela de Marcolina e ela casou com meu avô que era o senhor Torquato e viveram muito tempo no Cavaleiro, lá nasceu meu pai mais os irmão dele, e a história que eu sei da minha avó é essa. (LOPES, 2016)

O depoimento acima é de senhor Bartolomeu, morador do povoado Santa Teresa, zona rural de Coronel José Dias, PI. A localidade Santa Teresa fica próxima a fazenda Cavaleiro, antiga aldeia indígena da região. Se cristalizou na memória social a narrativa do “índio pego no mato”, talvez tenha sido muito comum na época da colonização da região. Percebemos no entanto que essa memória social cristalizada serviu como fio que alimenta a herança e identidade indígena.

2.3 Memória e identidade social

A memória age no construto de identidades, é seletiva, portanto nem tudo fica gravado e nem tudo fica registrado. A memória é um fenômeno coletivo, passa por transformações e flutuações, a memória é um fenômeno construído (Pollak). Como nos ensina Pierre Nora, a memória é viva, os portadores vivem no presente. E é nessa perspectiva da memória viva que nos debruçamos sobre as negociações, as disputas, os sentimentos, as alegorias, a memória exercitada e os abusos da memória.

No decorrer da pesquisa, problematizamos questões importantes para entender como a memória age na construção de identidade, discorremos sobre as narrativas escritas e seus abusos, quanto à legitimação do extermínio dos indígenas; acima falamos sobre as nuances do trauma da memória coletiva e também a disputa e conflitos da memória, disputa entre as narrativas orais e uma memória oficial.

Assim como na história, a memória parte dos interesses do presente, na busca pela interpretação do passado, todavia, a memória é mais complexa, sua fluidez lhe proporciona uma maior facilidade nos mecanismos de manipulação, nos mecanismo de uso e abusos e portanto, cabe aqui a problematização.

Primeiramente vale destacar que os espaços de memória que escolhemos foram os locais onde vivem os entrevistados, e também espaços constituídos como formador de identidades, no caso específico trata-se de experiências em algumas escolas de São Raimundo

Nonato. Entendemos que os dois espaços de memória são importantes para perceber o construto de identidades.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2012, p. 109).

Imaginamos o seguinte caso:

Em uma escola da região, especificamente em uma aula de história, alunos são ensinados que desde o século XIX não existem mais índios no Piauí, e que os últimos indígenas foram os Pimenteiras (indígenas da região estudada), exterminados em 1815. Alguns desse alunos vivem numa antiga aldeia indígena, hoje um assentamento, esses alunos são descendentes dos indígenas e convivem no assentamento também com outros grupos sociais como negros e brancos, lá não são reconhecidos como índios e sim como caboclos. Na escola esses alunos também foram ensinados que os índios, são todos parecidos, e são ligados ao passado. Certa vez um pesquisador vai até o local onde mora esses alunos, ao questionar os alunos, sobre sua herança indígena, a resposta dos alunos não poderia ser outro. Não, eu não sou índio! O pesquisador não sensível a problemática dos abusos de memória, escreve sua pesquisa corroborando que não há indígena na região. O que percebemos é que o conhecimento acadêmico (história do extermínio) é usado nas escolas da educação básica ensinando os alunos que não há mais indígenas na região, portanto, trata-se de uma nítida construção de uma identidade não indígena. Percebemos também uma dialética do discurso agindo na constituição de uma identidade que aos poucos foi silenciada: o professor ensina a história oficial para seus alunos, as recorrências da narrativa produzida em sala de aula e em outros locais de memória legitimam o silêncio de uma memória indígena dos alunos, por sua vez os alunos transmitem para os pesquisadores as narrativas que aprenderam na escola, vejamos, então essa dialética entre professor-aluno-pesquisador-professor.

Embora a escola tenha um papel importante na construção das identidades, ela não é a única e tão pouco consiga permanentemente manter o silêncio de uma memória indígena, ou de uma identidade indígena. A identidade não é sólida como uma rocha, ela é estabelecida por negociações e renegociações. A identidade é sempre um campo de batalha, fruto de um duelo continuo de representações discursivas. Tais discursos são criados por autoridade simbólicas, conforme argumentações de Bourdieu, quem tem o poder simbólico é, portanto

sacralizado com autoridade de falar e dizer em nome de um grupo, ou instituição, ou estado. As entrevistas que fizemos no assentamento Saco com família Dias-Marreca mostram os mecanismo de subversão da memória subterrânea, é nos seios da família que as estratégias da memória e identidade são construídas por grupos que historicamente são perseguidos e silenciados.

A memória foi e é usada para reivindicação de identidade, nesse sentido a busca por uma memória também é a negação de outra memória. No passado, a memória do silêncio indígena estava a serviço das autoridades do Estado e latifundiários locais. Primeiro inicia-se busca pelos indígenas para o empreendimento do corte de cana no litoral, e é intensificado a colonização da região, os indígenas aos poucos foram perdendo as terras mais férteis. As fazendas se tornam símbolo de prosperidade, tornado o sertão piauiense grande produtor de gado bovino, os indígenas resistem atacando as fazendas, matando gado para comer ou para expulsar os invasores de suas terras. E foi justamente pelo ato de resistência dos indígenas que são criados e legitimados discurso contra eles, se intensifica a narrativa do ódio coletivo. A memória negativa dos indígenas foi construída primeiramente pelo poder simbólico do estado, interessados nas terras dos índios e depois preocupados com os atos de resistência e insubordinação, as elites locais, utilizam o aparelho do Estado e o seu discurso de autoridade para forjar o ódio coletivo contra os indígenas.

No transcorrer do tempo, as narrativas sobre os indígenas vão ganhando as formas de seu tempo, o índio não era mais o inimigo do Estado, ou pelo menos não era mais visto como selvagem que matava pessoas, em meados do século XIX, por exemplo, as narrativas já os dão como seres fadados ao extermínio e os desentendidos dos indígenas são apresentados como povo degenerado e ignorante.

Vejamos em 1856, o então padre Lima, vigário da paróquia que hoje compreende a cidade de São Raimundo Nonato, escreve para Almeida Albuquerque. Em sua narrativa o vigário fala sobre o lugar, “situada sobre catingas, entrecortada de íngremes serras, montes”; sobre os moradores, “portanto deve hoje a população exceder de seis mil almas, livres e escravos, sendo muito inferior o nº dos últimos por serem os habitantes em sua maioria paupérrimos, e especialmente de escravatura”. Ainda sobre a população da região, destaca que pelo rio Piauí e por outros pequenos riachos habitava um “povo originalmente descendentes de Indígenas, que há menos de 40 anos ocupavam muito destes lugares”. Por decreto, em 1815 não existia mais índio no Piauí. Já no século XIX, as narrativas dos discursos autorizado punham os indígenas em um tempo, o tempo passado, “o tempo do índio”. Padre Lima

continua sua fala sobre a sociedade dos arredores de sua paróquia: “a preguiça, o desmazelo são inqualificáveis, a ignorância ainda em seu auge”.

Nos tempos de hoje, as narrativas sobre os indígenas seguem ainda uma linha depreciativa, William Palhas Dias, escritor regional, diz que na pequena cidade de Caracol “habita uma casta de gente que, dada a sua maneira de vida e hábitos [...] se mostra, em tudo diferente. Gente analfabeta, de costumes primitivos e vivem os homens de pequena lavoura, da caça e da prestação braçal e gostam de cachaça [...]”. William Palha Dias, que além de escritor foi advogado e morador da Cidade de Caracol, finaliza sua narrativa dizendo que são indivíduos de “inexpressivo valor social”.

A partir das narrativas orais e da observação *in locu*, apresenta-se uma comunidade com feições e principalmente com costumes indígenas, muito embora não haja um grupo indigenista, que lute pelo direito à identidade e direito à terra indígena. Preservam-se nas famílias memórias de autoafirmação. Nas negociações alguns entrevistados buscam no passado a herança genética através da avó. No caso específico da comunidade Saco, na zona rural de Caracol/PI, o fio que conduz a memória e a identidade indígena se estabelece mais perceptível, primeiro pelo motivo da comunidade ser apresentada na memória histórica como terra dos cabocos, a família Dias-Marreca, se constituiu como o núcleo familiar mais importante para se discutir as negociações de identidade indígena, não só na região estudada, mas sim em todo estado do Piauí. Entender a constituição étnica dos Dias-Marreca é entender como os índios do Piauí negociaram a manutenção da vida indígena. Primeiramente os indígenas negociaram com os negros fugidos das fazendas, se uniram etnicamente e montaram estratégias para dificultar o avanço do colonizador sobre eles. Aos poucos os indígenas foram forçados, ou negociaram sua introdução ao convívio com elemento branco. As feições indígenas são interpeladas muitas das vezes como o sertanejo, ou caboclo. Talvez de imediato destaquemos elementos indígenas relacionados à alimentação como o cultivo da mandioca e a produção do beiju, ou o uso das plantas para cura, ou até mesmo a herança genética. Mas o que podemos destacar é a forma de transmissão da memória através da linguagem oral, a oralidade é um mecanismo inestimável nas relações sociais indígenas é por ela que o campo de confronto com a história oficial se estabeleceu.

O convívio com os entrevistados serviu principalmente para retirar qualquer dúvida sobre a presença indígena no Piauí, homens e mulheres, resistentes às intempéries da vida, muito embora a identidade não seja sólida como a rocha, a identidade indígena se assemelha como a metáfora da argila retirada da terra, se molda com o tempo, mas se mantém resistente. No caso indígena foram perseguidos, mortos escravizados, por fim silenciados, conduzidos,

permanecem vivos, resistentes, e agora muitos se afirmando como indígena como é o caso do Zé Dias da Família Dias-Marreca.

Capítulo III

3. *Ensino (d)e História indígena: abordagens, pesquisas e possibilidades de ensino*

[...] diferente de todos os demais índios, tanto por sua inteligência como por sua robustez, estatura e proporcionadas formas. Em parte alguma cheguei a observar índios com tal regularidade de feições. Seus olhos revelam inteligência e o hábito de raciocinar e refletir. De graves maneiras, nobres semblantes, se dão de importância. E com seus adornos e modos desdenhosos manifestam sua superioridade (HUMBOLDT).

Quando discutimos o ensino de história do Piauí, com primazia no ensino de história indígena, devemos nos referir principalmente a oralidade desses povos. A tradição oral é sobre tudo a herança e instrumento de resistência mais poderoso que os indígenas encontraram para manterem-se vivos na história, sim, a história escrita foi um grande instrumento de repressão da memória indígena, quando o colonizador não conseguia silenciar os indígenas com repressão física, eles usaram a escrita como forma de legitimar a perseguição, o ódio e o extermínio. Em nossa sociedade marcada pelo crivo da escrita como principal veículo da herança cultural, durante muito tempo jugou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura, sem história e sem vida. Contudo, a tradição oral dos povos indígenas manteve-se viva em um trabalho de subversão, a herança transmitida de geração a geração pela tradição oral, trabalhou na ilegalidade, na marginalidade e no silêncio por longos anos. É por meio da oralidade que a memória indígena conseguiu invadir os espaços públicos, a memória subterrânea entra num palco de disputa conta as “Sagradas Escrituras”.

Um dos principais desafios ao longo de nossa pesquisa, consiste na construção de um material pedagógico para os professores de história da região que compõe o Território de Desenvolvimento Serra da Capivara. Diante do pouco tempo e do que tínhamos em mãos como matéria prima, decidimos utilizar algumas narrativas orais extraídas das entrevistas que fizemos com os indígenas, conjugados com imagens produzidas por alguns alunos de São Raimundo Nonato. Ao tempo que discutimos possibilidades de ensino, trouxemos alguns elementos importantes para problematizar narrativas recorrentes e concorrentes, nesse sentido, convidamos os professores de história a fazerem uso dos conceitos utilizados nos três capítulos que compõe esta pesquisa, em especial e com mais clareza, conceitos e problemáticas levantadas no capítulo, *Ensino (d)e História indígena: saberes, abordagens, pesquisas e possibilidades de ensino*.

Professores, lançaremos mão de elementos indispensáveis para compreensão da proposta de ensino de história indígena da região que aqui chamamos de Território Serra da

Capivara. Primeiramente reapresentamos alguns conceitos e teóricos que nos ajudaram a discutir a temática indígena sob a égide da história, da memória e do ensino.

Em relação à escrita, utilizamos como aporte inicial, elementos da obra, *a escrita da história*, segundo Michel de Certeau (2013), a operação historiográfica é produzida em um lugar social, nesse sentido as obras escritas que utilizamos para problematizar a temática indígena estão envoltas a *estrutura de sentimentos* da época e do lugar que os autores escreveram. Professor, é importante esclarecer que as narrativas escritas se articulam com um lugar de produção socioeconômico e cultural, e que a escrita por muito tempo foi dominada por grupos sociais advindas da elite agrária do estado. A escrita não é ingênua e está ligada aos interesses dos grupos que lhe possui.

No que diz respeito à memória trabalhamos com diversos autores, entre eles destacamos Paul Ricoeur em sua obra, *a memória, a história e o esquecimento* (2012), nesse sentido Ricoeur nos chamam à atenção aos abusos de memória, segundo ele onde há uma recorrência de memória e onde há falta de memória ocorre os abusos de memória, vimos que a história escrita enfatiza de forma recorrente o extermínio dos índios no estado do Piauí, por outro lado pouco se fala sobre a resistência indígena, entendemos que a escrita da história indígena do Piauí corrobora com os abusos de memória. Outra perspectiva sobre a égide da memória se articula com o confronto de memórias concorrentes, Michel Pollak (1989) nos alerta sobre a memória subterrânea *versus* a história oficial. Por fim Le Goff nos ajuda a pensar a memória enquanto documento/monumento como resultado de uma montagem, consciente.

Com o advento da Lei n. 11.645/08 torna-se obrigatório no currículo dos ensinos fundamental e médio o estudo da história afro-brasileira e indígena. De acordo com a legislação o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena deve ter três princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Professores, nossa pretensão é promover dentro de sala de aula os três princípios pontuado acima das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, à medida que o material pedagógico que apresentamos é oferecido além das imagens, também um pequeno roteiro de leitura, indicações de leitura e verificação de leitura em forma de atividades.

3.1 Consciência política e histórica da diversidade

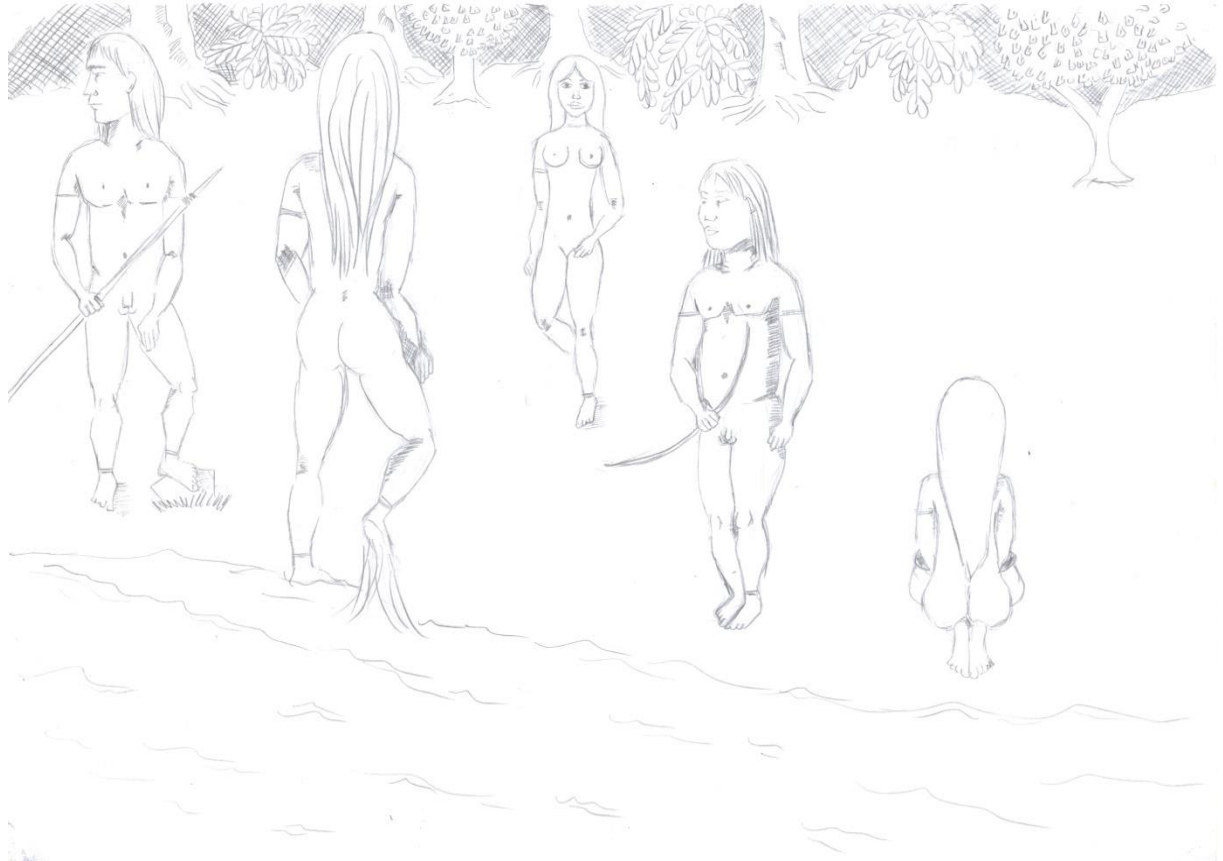
No livro, *Ensino (D)E História Indígena* (2015), organizado por Luiza Tombini Wittmann, inicialmente é levantado a problemática dos estereótipos sobre os povos indígenas, no senso comum ainda se pensa que os indígenas “estão desaparecendo, ou mesmo que eles só podem ser assim denominados se estiverem nus no interior da floresta” (WITTMANN, 2015, p. 9), há também os que pensam que todo índio é igual. No território brasileiro 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas, distribuídas tanto na zona rural como em centros urbanos. No Piauí foram 2 944 pessoas que se autodeclararam indígenas. Além disso, há no estado três etnias indígenas em processo de regularização e demarcação de terras identificados: os Tabajara-Itacoatiara em Piripiri, os Cariris, em Queimada Nova, e os Codó Cabeludo, em Pedro II. Em solo piauiense a diversidade indígena é colocada por Odilon Nunes (2007), “os índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí”, podemos citar alguns desses povos como os Tremembés, Pimenteiras, Gamelas, Jenipapos entre outros.

Professor, fizemos tais considerações sobre os estereótipos e depois considerações sobre a diversidade indígena tanto no Brasil quanto no estado do Piauí para discutirmos com os alunos nossa primeira problemática, índios do Brasil: quem são eles? E por seguinte levantar questões específicas sobre os indígenas do Piauí.

Sugerimos que o professor faça a seguinte atividade com os alunos, peça que respondam a questão, “índios no Brasil: quem são eles?”, os alunos devem escrever narrativas escritas e narrativas em forma de desenho. O objetivo desta atividade é entender como os alunos percebem os indígenas na sociedade brasileira, é comum que as narrativas dos alunos venham carregadas de estereótipos, as narrativas escritas tratam os índios como seres do passado, já nas narrativas desenhadas é recorrente o índio aparecer nú, morando em florestas, e adornados com penas na cabeça. Em um segundo momento a sugestão é trabalhar em sala de aula o vídeo *Índios no Brasil: quem são eles?*, o vídeo é do projeto Vídeo nas Aldeias, com duração de 18 minutos e está disponível no endereço: <<http://goo.gl/ungYnG>> . Encontramos o vídeo também no site do Youtube, no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=iZuFu004o1k>. O vídeo dialoga com depoimentos de varias partes do Brasil, mostrando a visão estereotipada do que se pensa dos índios, outro objetivo do vídeo é mostrar para os alunos que os indígenas, não estão congelados no tempo e se relacionam com os códigos da sociedade ocidental. Depois de apresentado o vídeo: *Índios no Brasil: quem são eles?* Faça novamente a atividade com o questionamento, Índios no Brasil: quem são eles?, com narrativas escritas e narrativas em forma de desenho.

Professor, a imagem abaixo foi desenhada a partir das interpretações dos alunos do 9º da Escola José Leandro Deusdará na cidade de São Raimundo Nonato, PI, propomos essa atividade aos alunos para compreender como eles percebiam os indígenas. Foi entregue duas folhas sem pautas, uma para eles escreverem e outra para eles desenharem, tendo em vista o questionamento levantado: índios do Brasil: quem são eles? Em relação as narrativas escritas extraídas dos alunos, percebemos que todos os alunos colocavam o índio como povos do passado, que vivam nus nas florestas. Nos desenhos que extraímos dos alunos em boa parte o índio vinha com um pena na cabeça, sempre com um arco e flecha na mão, veja professor, propusemos esse primeiro contato com a temática indígena sem dá mais informações para os alunos, a fim de perceber os principais estereótipos carregado por eles:

Desenho 1: estereótipos: índios na floresta.



(NETO, 2016. 1 desenho).

A imagem mostra cinco indígenas, aparentemente três homens e duas mulheres, estão próximos a um rio, no fundo da imagem há presença de uma vegetação indicando floresta, dois índios estão segurando armas (arco e flecha), os indígenas são apresentados com cabelos grandes e estão todos nus e carregando um pequeno adereço nos membros superiores.

Depois de analisarmos as narrativas dos alunos utilizamos o vídeo, *Índios no Brasil: quem são eles?*, a narrativa do vídeo traz vários depoimentos do senso comum, os depoimentos carregados de estereótipos são bem parecidos com as narrativas dos alunos. Depois é apresentado falas de diversos povos indígenas mostrando que os mesmo não estão presos no passado, e que participam dos códigos ocidentais, e não deixar de ser índios por usarem roupas, viverem na zona urbana, ou fazerem uso de equipamentos tecnológicos como o celular.

Na imagem abaixo percebemos algumas mudanças em relação a primeira narrativa produzida pelos alunos, agora é mostrado os indígenas trabalhando num roçado, plantando e utilizando roupas. Em relação as narrativas escritas extraídas dos alunos percebemos que boa parte dos depoimentos que extraímos, trazem agora o indígena como povo do presente, levando em consideração sua diversidade cultural.

Desenho 2: indígenas plantando



(BARBOSA, 2016. 1 desenho)

Como sugestão de leitura indicamos ao professor (a) o texto, *Ensino de História Indígena*, de Giovani José da Silva (WITTMANN, 2015), entre as paginas 35 e 46 o autor fala sobre, os indígenas, nossos contemporâneos: entre o passado e o futuro, no texto

encontramos diversas atividades a serem trabalhadas em sala de aula. Veja abaixo um fragmento do texto:

Há uma dificuldade grande, ainda de percepção, de que os indígenas, de quaisquer etnias, não vivem “congelados” no tempo e, portanto, são nossos contemporâneos. Entre a figura do índio de tanga, cocar na cabeça e arco e flecha nas mãos e a figura do índio “aculturado”, que vive no meio urbano e tem acesso à tecnologia, é melhor empreender um esforço para enxergar as populações indígenas como agentes de sua própria história, dolorosamente entrelaçado a nossa. (WITTMANN, 2015, p. 35).

No ensino de história indígena no Piauí, quando discutimos consciência política e histórica da diversidade, precisamos levar em conta que processo de organização dos grupos é muito recente, em todo estado do Piauí apenas três grupos estão organizados e em processo de reconhecimento/ou demarcação de terra. Até pouco tempo esses grupos apenas escutavam entidades como a FUNAI, universidades, e movimentos sociais. O tempo de “passividade”, ou só de apenas de escutar essas entidades vem mudando, as lideranças a partir de eventos de discussão conquistaram a possibilidade de fazerem o povo indígena falar e não apenas escutar. Na fotografia abaixo encontramos a líder Tabajara, Leila Adriana Sousa Lima.

Foto 3: liderança indígena da etnia Tabajara



FUNAI, 2015. 3 fotografia.

A fotografia retirada da liderança indígena foi feita em um dos eventos regionais entre o estado do Piauí e Ceará. Neste tipo de evento as populações indígenas dialogam com professores principalmente das universidades dos dois estados e instituições como a FUNAI

3.2 A presença indígena no Piauí: fortalecimento de identidades e de direitos

Sobre a presença do índio em solo piauiense, utilizamos o Museu do Homem Americano como proposta para iniciarmos as discussões é importante esclarecer que o referido museu tem como temática central a arqueologia. Nos ambientes que compõe o museu é exposto materiais líticos como pontas de flecha, machadinhas, pilão e mão de pilão. Também encontramos urnas funerárias e esqueletos de indígenas, bem como uma reprodução em vídeo do ritual de enterramento. No primeiro ambiente, o destaque é um crânio de uma mulher pré-histórica, o local é escuro e como trilha sonora com sons dos rituais de enterramento.

Professor, iniciaremos as discussões lançando mão da história regressiva, proposto pelos *Annales*, a partir de uma problemática do presente vamos nos debruçar sobre algumas interpretações do tempo passado. Diante de nossa experiência em sala de aula, percebemos que ainda havia resistência por parte dos alunos em compreender a existência de índios no Piauí. O Museu do Homem Americano é um importante lugar de memória, nesse sentido cabe a metáfora “subsolos da memória”, no subsolo da região do Território Serra da Capivara foram encontrados importantes elementos da cultura material como urnas funerárias e também achados de esqueletos de grupos indígenas. Professor, aqui necessitamos de uma atenção especial, lembramos que o historiador Jaques Le Goff (2013) nos ensina que os documentos/monumentos são carregados de interesses. Os achados arqueológicos expostos no museu estão dentro dessa celeuma do documento/monumento, não sejamos ingênuos, a narrativa contida no museu tratasse da presença indígena no Piauí, todavia, ela infere a narrativa do extermínio, o elemento indígena é exposto em morte e não em vida. Diante disso, propomos a seguinte problemática para os alunos, como vocês percebem o elemento indígena no museu do Homem Americano? Pesquisem sobre os índios do Piauí, escrevam ou desenhe sobre, e por fim, existe índio no Piauí?

Na imagem a baixo apresentamos um desenho de nossa visita ao museu do homem americano, concebemos o museu como uma narrativa do extermínio indígena, que nega sua existência na contemporaneidade e pretende preservar o índio no passado. Problematicar a narrativa do museu ou as narrativas, nos ajuda a mostrar aos alunos que desde a chegada dos

colonizadores até os dias de hoje se pretende silenciar os povos indígenas, o objetivo foi e é “descamotear” as narrativas presentes no museu, e em outros lugares de memória e sua recorrência em contribuir para uma amnesia social referente a temática indígena.

Desenho 3: alunos no Museu do Homem Americano

MUSEU DO HOMEM AMERICANO



(NETO, 2016. 2 desenho).

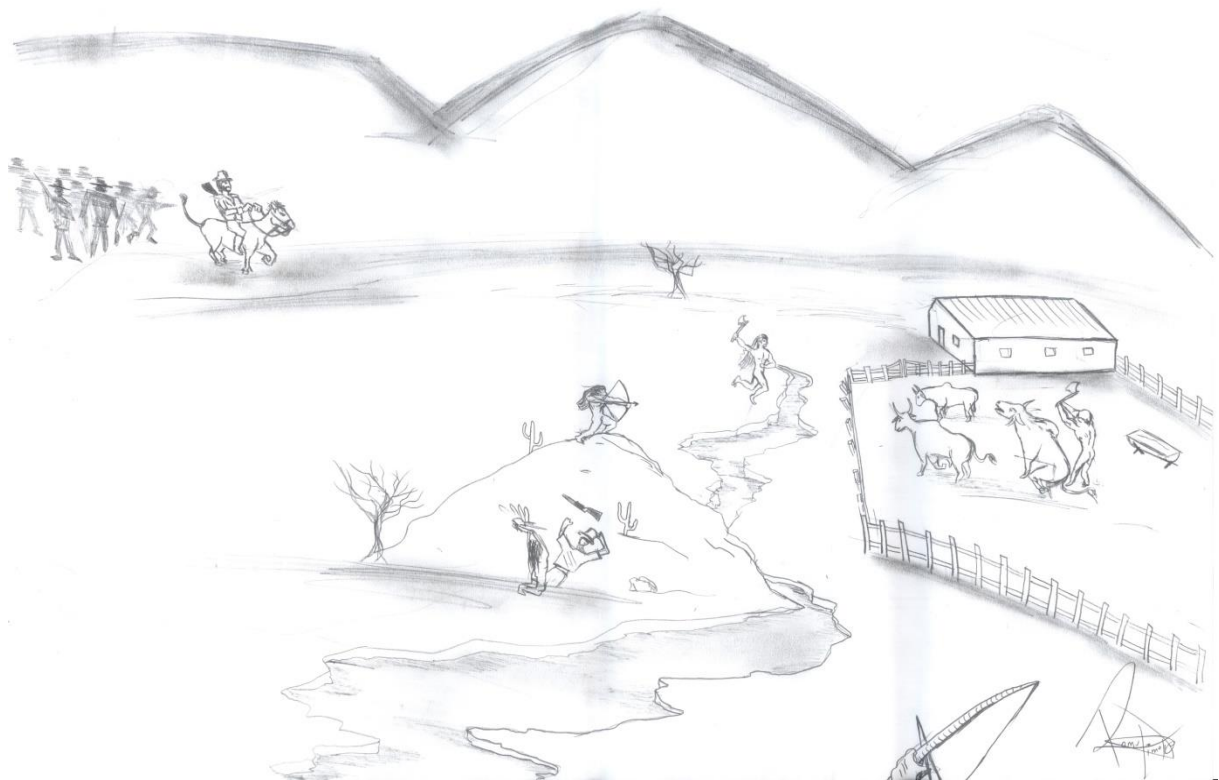
Dividimos a turma em cinco grupos e nomeamos com etnias indígenas do Piauí, o objetivo da atividade era dimensionar as referências bibliográficas que os alunos tinham acesso, diante disso, direcionamos os alunos a pesquisarem sobre os índios do Piauí, aparentemente fizeram uso de *sites* na internet. As narrativas que nos foram apresentadas pelos alunos vêm principalmente de narrativas escritas. A seguir alguns desenhos conjugados com narrativas escritas retiradas de livros:

No fundo da imagem, mostra um grupo de soldados com uma liderança da tropa montada a cavalo: “Saíram de Oeiras no dia 15 de abril e marcharam para as cabeceiras do Piauí. Não mantiveram, entretanto, contato com os Pimenteiras”. Na parte esquerda da imagem é mostrado índios dentro de uma fazenda matando gado e um fazendeiro: “invadem os Pimenteiras os currais do Alto Piauí, depredam os campos, matam gado e gente”. O

desenho é uma clara interpretação de uma passagem da obra Pesquisas para História do Piauí, de Odilon Nunes, considerado o historiador mais divulgado do Piauí:

Saíram de Oeiras no dia 15 de abril e marcharam para as cabeceiras do Piauí. Não mantiveram, entretanto, contato com os Pimenteiras que se resguardaram em terras inacessíveis, de trilhas quase intransitáveis. Regressam os expedicionários, e João do Rego apresenta um Diário da campanha que é enviado ao Capitão-General do Estado. Pouco depois, como se em represália à ostentação de forças, invadem os Pimenteiras os currais do Alto Piauí, depredam os campos, matam gado e gente, assenhoreiam-se de toda a região. (NUNES, 2007, p. 180)

Desenho 4: Guerra aos Pimenteiras



(BARBOSA, 2016. 2 desenho)

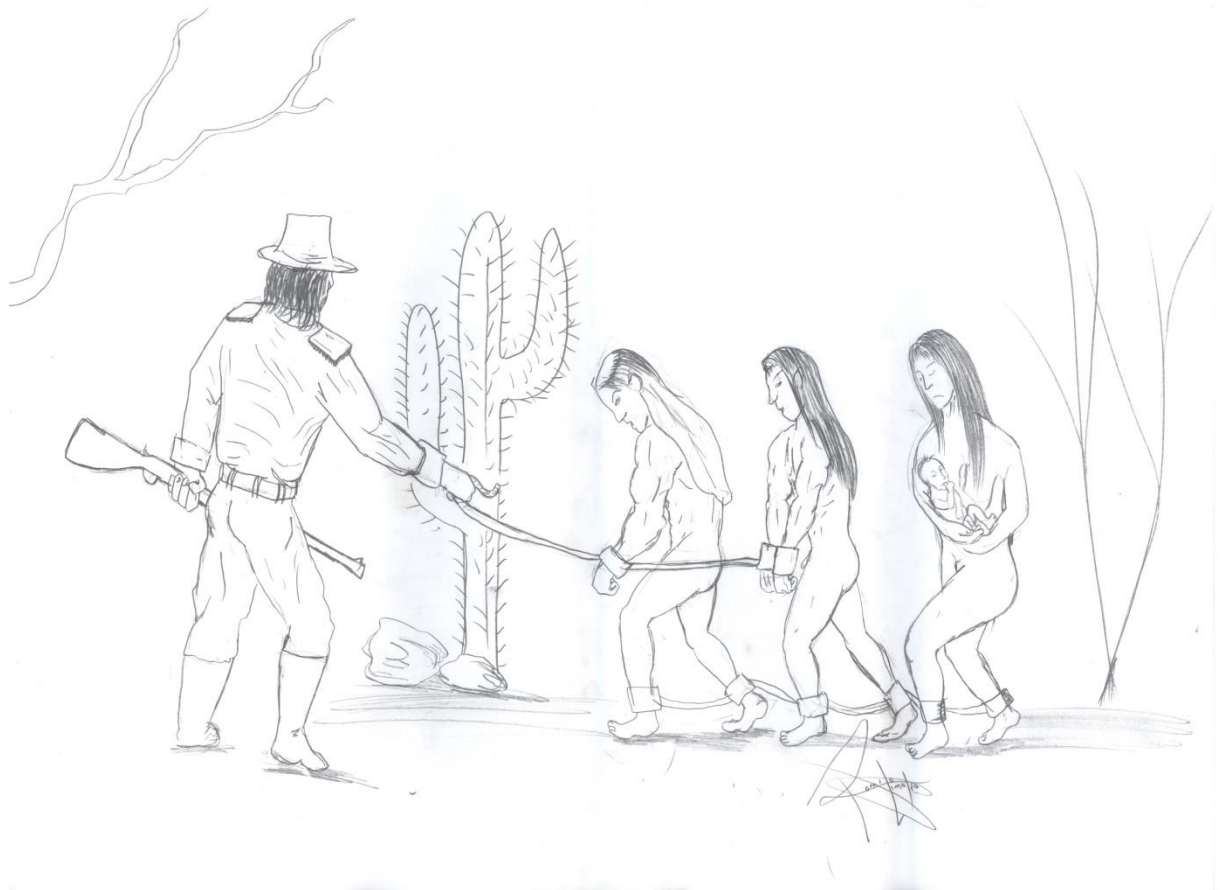
Em outra narrativa é apresentado a seguinte interpretação de uma passagem que tudo indica ser de Odilon Nunes.

A imagem mostra indígenas capturados, evidencia um soldado que está segurando uma arma de fogo e outra mão segurando a corrente que aprisiona os índio sendo que estão acorrentados tanto nas mãos como os pés, é apresentado também uma criança recém nascida que está no colo de uma mulher indígena. A cena da imagem indica movimento,

provavelmente o soldado está levando os índios cativos para fazendas. O desenho novamente indica uma interpretação de uma passagem de Odilon Nunes: “De abril a maio de 1790, Miranda consegue aprender onze índios da tribo, e Oeiras recomenda que os tratem com mimo, amor e fartura. Em seguida, Miranda remete-os para a Capital” (NUNES, 2007, p.181).

Retornam os Pimenteiras, e dessa vez com ferocidade. Matam gados e galináceos, fazem incêndios, assassinos. O Capitão Inácio Rodrigues de Miranda, que vinha prestando serviços desde as primeiras entradas, recebe ordens para preparar tropas e correr fronteiras. De abril a maio de 1790, Miranda consegue aprender onze índios da tribo, e Oeiras recomenda que os tratem com mimo, amor e fartura. Em seguida, Miranda remete-os para a Capital (NUNES, 2007, p.181).

Desenho 5: índios cativos



(BARBOSA, 2016. 3 desenho)

No fundo da imagem, apresenta-se homens armados indicando pertencer as tropas do colonizador: “Dispõe seus combatentes, espalha espias, aguarda o anoitecer, quando já sabe onde estão as rancharias do bugre. À meia noite principia o ataque que indiada repele com pode”. Como bem na passagem da citação e na imagem indica “eram armas de fogo contra

arcos e flechas. É apresentado também na imagem índios mortos: “Os atacantes assaltam as rancharias e “na ação mataram 12 tapuias, todos de guerra, e aprisionaram logo dois”.

No dia 21 descobriu nas circunvizinhanças várias roças e, pelo latir de cães, certificou-se de que tinha o inimigo à frente. Dispõe seus combatentes, espalha espias, aguarda o anoitecer, quando já sabe onde estão as rancharias do bugre. À meia noite principia o ataque que indiada repele com pode. Eram armas de fogo contra arcos e flechas. Os atacantes assaltam as rancharias e “na ação mataram 12 tapuias, todos de guerra, e aprisionaram logo dois”. Encontraram arcos, flechas, 40 redes, 24 machados, muitos cães, papagaios, periquitos, carcarás. Dividem entre batidas em busca dos foragidos. Foi infrutífera a perseguição em face do intricado das veredas através de caatingas espessas e garranchosas, de acúleos espinhos. (NUNES, 2007, p. 198).

Desenho 6: armas de fogo contra arcos e flechas



(BARBOSA, 2016. 4 desenho)

A escola é um ponto de contato importante para o fortalecimento de identidades, contudo, não é exclusivo da escola informações sobre a história ou cultura de um determinado grupo, a serem levados a pesquisarem sobre os índios do Piauí, os alunos trouxeram informações comuns, é recorrente até mesmo para professores de História ser trabalhado

apenas a história na visão dos colonizadores, visões essas compartilhadas de certa forma por Odilon Nunes, conhecido como o mais notável entre os historiadores do Piauí.

Como dito antes, levantamos alguns questionamentos primeiramente no museu, em sala aula, propusemos o debate sobre o museu, como plano de fundo, para discutir a presença indígena no Piauí, boa parte dos alunos ainda desconsideravam a existência dos índios em solo piauiense, em relação ao museu do homem americano ficou evidente, que o museu de certa forma contribuía para o pensamento de extermínio dos índios. Diante dos questionamentos fizemos as considerações nas falas dos alunos, primeiro falamos de como herança indígena é tão de intima de nós e não percebemos como elemento indígena, fizemos também algumas considerações sobre os Dias-Marreca que será discutido no próximo tópico.

Professor, a imagem abaixo são indígenas colhendo mandioca e fazendo beiju, em nossa região é comum essa prática, problematize, mostre para os alunos pistas sobre a nossa herança indígena, peça aos alunos comentarem sobre.

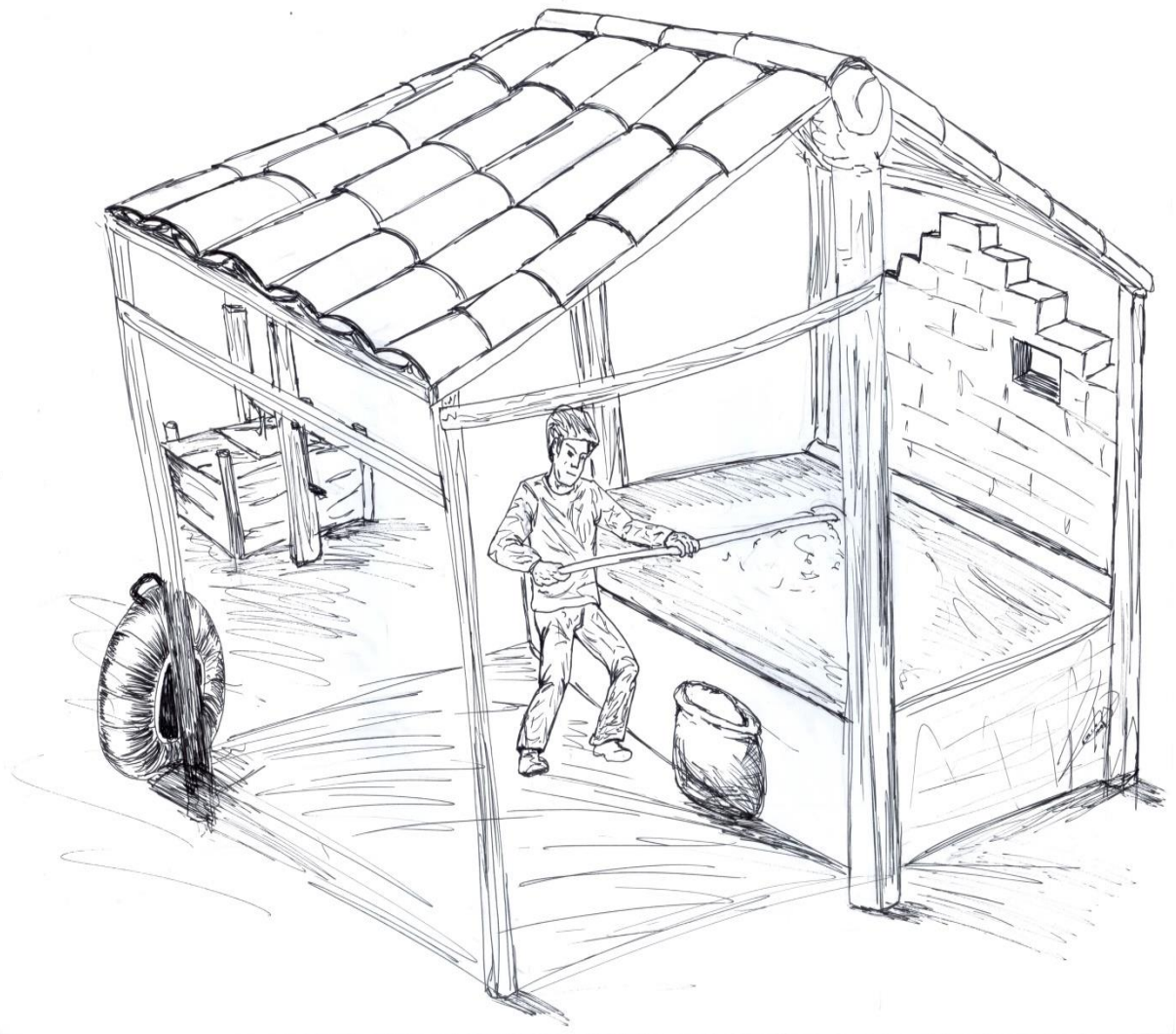
Desenho 7: indígenas plantando e preparando beiju.



(NETO, 2016. 3 desenho).

É comum nas comunidades rurais da região encontramos as casas de farinha, sendo essa atividade como o principal meio de sustento, a produção é coletiva desde do plantio da mandioca, feita tanto por homens e mulheres, em outra parte da produção participam toda família, na colheita, na parte de descascar a mandioca, moer e torrar para produzir a farinha e a farinha de tapioca.

Desenho técnico 8: indígena na casa de farinha



(BARBOSA, 2016. 5 desenho)

Professor, um dos conceitos a ser trabalhada em sala de aula será a memória, nesse sentindo é importante destacar, que a oralidade era a principal forma de transmissão de conhecimento dos povos indígenas, em geral os indígenas mais velhos da aldeia transmitiam o conhecimento para os indígenas mais novos. Nos dias hoje a oralidade é fundamental para compreensão de história esquecida pela história escrita, a imagem abaixo representa uma

indígena transmitindo o conhecimento através da oralidade, perceba que a mulher indígena foi a grande responsável pela manutenção e propagação da memória dos povos indígenas.

Desenho 9: oralidade indígena.



(NETO, 2016. 4 desenho).

Sugerimos como atividade: dividir os alunos em grupos, propondo que façam entrevistas com pessoas idosas. Professor, direcione as perguntas sobre como era a vida dessas pessoas no passado e se eles conhecem algo sobre os cabocos (indígenas), se possível levante proponha aos alunos perguntas que comparem o presente e o passado.

Como sugestão de leitura indicamos o livro, a docência em história: reflexões e propostas para ações, de Carmem Zeli de Vargas Gil e Dóris Bittencourt Almeida (2012):

Uma aproximação da educação com antropologia favorece a aproximação da cultura dessas populações, possibilitando entender que cada povo tem as suas concepções, valores e modos próprios de vida. Em comum, talvez a valorização dos mais velhos, nas palavras dos professores Kaingangues e guranis: “os velhos são nossa bibliotecas, nós escrevemos, mais eles [os mais velhos] têm a sabedoria”. (GIL; ALMEIDA, 2012, p.102).

O desenho abaixo é uma interpretação de uma de nossas entrevistadas, dona Luiza, moradora do Assentamento Novo Zabelê, aos seus noventa anos de idade nos trouxe algumas narrativas sobre sua, conta ela que a mãe de seu pai foi pega ainda criança por vaqueiros, sua narrativa além de elementos orais, podemos contar também com as expressões durante a entrevista, ao falar de sua vó índia, percebia um contentamento em sua expressão facial, no quintal de sua casa também encontramos um pilão feito pelo seu marido.

Desenho10: Dona Luiza



(BARBOSA, 2016. 6 desenho)

A vó de meu pai, a vó de meu pai, aí os vaquero, os vaquero, iam na mata correndo atrás do gado (quíó có quíó có quíó có) [a entrevistada faz o som emitido pelos vaqueiros] e os caboco tava de baixo do pau, tudo comendo, assando bicho e comendo. Quando viram a zuada dos vaqueros correram, esqueceram da menininha de baixo do pau, aí os vaqueiro foi e panhou, que

é a bisavó de meu pai, aí panharam a menininha e foram criar, aí esta menininha teve uma menina e ganhou meu pai. É meu pai, Candido Cardoso Rosa [...] parece que tem assim um poquin de parentesa de índio, porque já tenho 89 anos, ainda meus cabelo ainda tá assim mei pretin[dá um leve sorriso quando fala de seus cabelos pretos]. (CARDOSO, 2016).

Desenho 11: indígena pega por vaqueiros



(BARBOSA, 2016. 7 desenho)

3.3 Os Dias-Marreca: ações educativas de combate ao racismo e às discriminações

Professor, a discussão que queremos destacar trata-se de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações, portanto, mostraremos tanto narrativas com interpretação do passado como narrativas do tempo presente, levando em consideração a importância dos indígenas Dias-Marreca para história do Piauí.

Os Dias-Marreca são originários dos indígenas que habitaram a região sudoeste do Piauí, que aqui estamos chamando de Território Serra da Capivara. Alguns historiadores identificam como da Nação Caraíba, ocupando uma extensão que vai das nascentes do rio Piauí, rio Gurgueia, além de seu trânsito entre terras pernambucanas e baianas. Os

colonizadores os chamaram de Pimenteiras, devido a região ser conhecida como Sertão das Pimenteiras. As narrativas destacam a sua inteligência:

[...] diferente de todos os demais índios, tanto por sua inteligência como por sua robustez, estatura e proporcionadas formas. Em parte alguma cheguei a observar índios com tal regularidade de feições. Seus olhos revelam inteligência e o hábito de raciocinar e refletir. De graves maneiras, nobres semblantes, se dão de importância. E com seus adornos e modos desdenhosos manifestam sua superioridade (HUMBOLDT *apud* BAPTISTA, 2009, p.120).

Por volta do século XVII, o cabo José Dias Soares trouxe a guerra contra os índios Pimenteiras, a guerra trazida pelo invasor das terras indígenas foi cruenta, por um lado havia armas de fogo, contra arcos e flechas, contudo, os indígenas ultimaram-se de varias estratégias, como emboscadas. Em uma dessa emboscadas os índios capturaram o filho mais novo do cabo José Dias, de nome Manoel Dias, que tinha por volta de 12 anos de idade. O desaparecimento de Manoel Dias durou tanto tempo que todos supunham morto em sinal de vingança dos indígenas contra o invasor de suas terras.

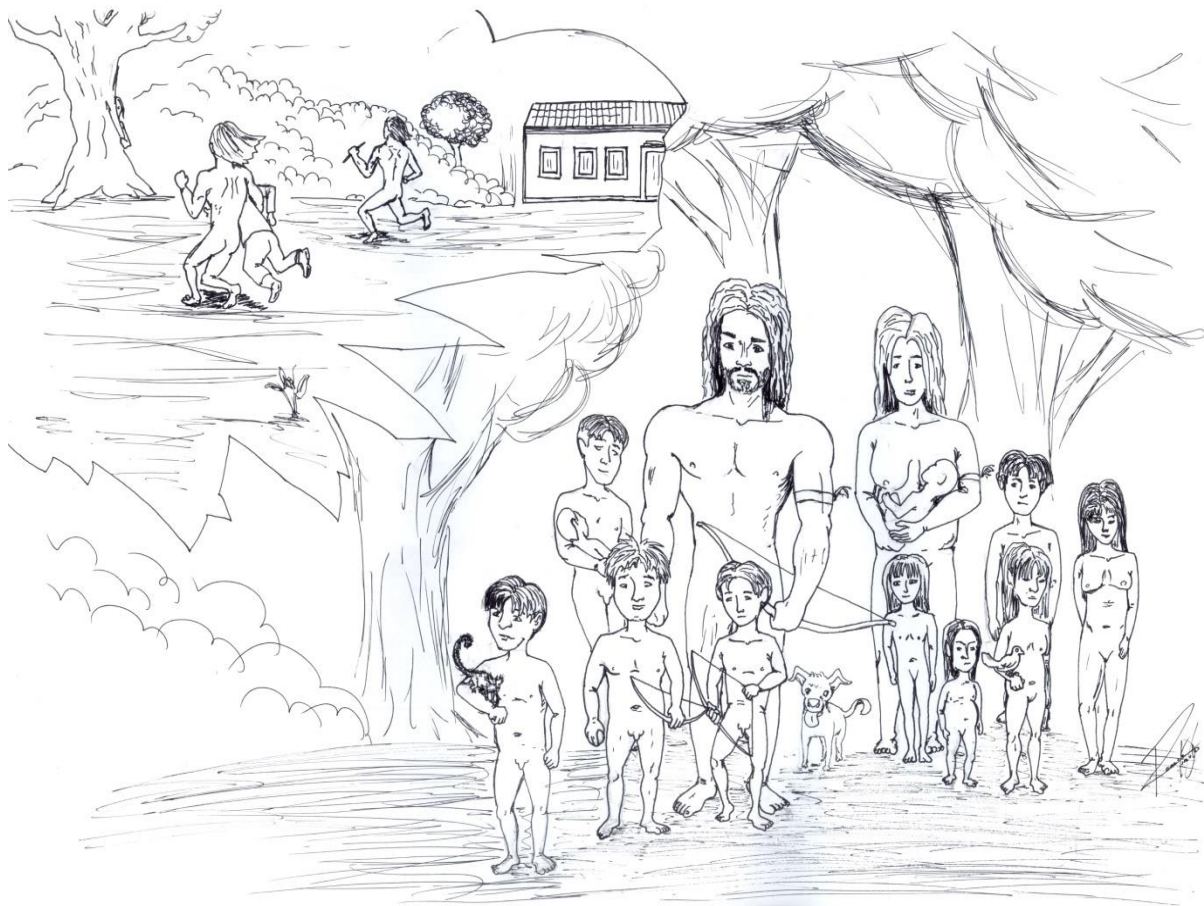
Depois de quarenta anos, ao espanto de todos, apareceu Manoel Dias juntamente com uma índia de nome Marreca, o casal trazia doze filhos. Manoel Dias não se adaptou ao convívio com seus parentes brancos. Manoel Dias juntamente com sua esposa, Marreca e seus doze filhos foram morar em uma das fazendas de José Dias. A união entre Manoel Dias e a índia Marreca originou a família Dias-Marreca. Com o transcorrer do tempo houve entrelaçamento étnico com negros que viviam em fazendas vizinhas.

Um das reflexões das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais encaminha para “a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade”. A comunidade onde reside os Dias-Marreca, tanto no passado como nos dias de hoje, estabelece conexões com grupos étnicos diversos, tanto o branco, o negro como o indígena. As imagens abaixo mostram bem a relação de diversidade étnica , primeiramente uma interpretação da origem dos Dias-Marrecos e por conseguinte um desenho dos Dias-Marreca nos dias de hoje.

A imagem foi produzida a partir das narrativas de William Palha Dias (2003) e narrativas orais extraídas de Zé Dias e Ronivon Soares. Professor é importante considerar que a narrativa de Palha Dias, traz os indígenas de forma pejorativa, neste sentido, fizemos o

cruzamento com narrativas orais extraídas dos próprios moradores da comunidade onde vivem os Dias-Marreca.

Desenho 12: Dias-Marreca



(BARBOSA, 2016. 8 desenho)

Dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais é proposto também as “condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças. Hoje os Dias-Marreca vivem na antiga fazenda que deu origem a grupo familiar indígena, que atualmente é um assentamento, residindo nele tanto o grupo indígena quanto outros grupos de pessoas. A imagem abaixo representa a atual geração dos Dias-Marreca, seu entrelaçamento com negros é evidente em algumas pessoas da família, o importante é destacar também a diversidade étnica da comunidade, onde se insere os Dias-Marreca tem que ser valorizada e criada uma memória positiva dessas pessoas. O desenho que indicamos como leitura tem como objetivo tratar da diversidade dentro do Assentamento Saco, local onde vivem boa parte

dos Dias-Marreca, mostrar também que até mesmo dentro dos Dias-Marreca a uma diversidade étnica , principalmente entre o índio e o negro.

Desenho 13: Atual geração dos Dias-Marreca



(BARBOSA, 2016. 9 desenho)

O Assentamento Saco está localizado na zona rural do município de Caracol-Pi, em sua sede encontra-se uma agrovila, onde é plantado milho, mandioca e feijão, tanto para o consumo como para o comercio nas feiras de Caracol. As ruas da

comunidade são largas, as casas são de alvenarias. Na principal rua da comunidade encontra-se uma escola pública e no meio da rua destaca-se uma frondosa árvore.

Desenho 14: Assentamento Saco



(BARBOSA, 2016. 10 desenho)

A região que hoje é o assentamento Saco, historicamente sempre foi ocupado por indígenas, primeiro com os Pimenteiras, logo depois essas terras foram ocupadas pelo cabo José Dias Soares e depois as terras volta a serem povoadas pelos indígenas Dias-Marreca. Contudo, as terras passam para mão de fazendeiros da região. Hoje a parte dos Dias-Marreca ocupam novamente as terras de seus antepassados. Professor vale destacar a participação de lideranças da família Dias-Marreca, que depois de muito luta, conseguiram a posse das terras e a criação do Assentamento e também a criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco

Um ponto pouco explorado nas aulas de História é pensar no índio como uma figura de liderança. Zé Dias tanto é líder da família Dias-Marreca, como se forjou como liderança de movimentos sociais que cominou na criação do Assentamento Saco, foi por algum tempo presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco, hoje é um dos principais defensores e divulgadores da herança indígena na comunidade e na cidade de

Caracol. Os depoimentos de Zé Dias traz consigo elementos importantes para compreendermos a vida cotidiana do Dias-Marreca, como preocupação com a seca que vem assolando a região.

Desenho 15: Zé Dias



(BARBOSA, 2016. 10 desenho)

Desenho técnico 16: Dona Pulú



(BARBOSA, 2016. 11 desenho)

Dona Pulú é a matriarca dos Dias-Marreca, mãe da liderança da comunidade, Zé Dias, contudo, a matriarca não vive no assentamento Saco, atualmente ela mora na localidade Alto do cabocos, na zona urbana de Caracol, assim como dona Pulú, há outros da família Dias-Marreca que não moram no assentamento Saco, muitos dessa grande família vivem espalhados pela cidade de Jurema-Pi e alguns poucos vivem em São Raimundo Nonato-Pi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando elegemos a temática indígena como problemática para esta pesquisa, nos deparamos com a dialética da história, memória e identidade. A memória é a grande matéria prima na construção da história e também na construção de identidade. No ensino de história do Piauí, especialmente nos conteúdos de história indígena a memória foi transformada em texto, o processamento da memória em texto/documento é um procedimento de decisão, seleção, e combinação. Essa seleção e combinação do documento foram transformadas, primeiramente, em compêndios para serem trabalhadas em sala de aula, posteriormente utilizados para formação de professores, livros como, *pesquisas para história do Piauí*, do historiador Odilon Nunes, tornou-se o principal instrumento para ensino da história do Piauí. Que história é essa contada por Odilon Nunes? Em lugar medido trata-se da história das elites agrárias, trata-se da seleção de documentos produzido por homens ligados ao aparelho do estado colonial. Por longos anos ensina-se a história das elites coloniais, encontrou-se no ensino de história o instrumento de colonizar as mentes palpitantes.

Merleau-Ponty, fala que “as redes trazem do fundo do mar os peixes e as almas palpitantes”. Se o ensino de história foi por longo tempo um instrumento das elites coloniais, porque não pode ser um instrumento de descolonização? Se o ensino há tanto tempo negou identidades indígenas, porque ele não pode seguir o caminho inverso?, como os caminhos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Os três capítulos que compõe esta pesquisa tem como intuito ser a rede que Merleau-Ponty fala e “trazer do fundo do mar as almas palpitantes”.

No primeiro capítulo sugerimos a metáfora usada por Paul Ricouer, o veleiro de três mastros, no segundo o fio da memória, por fim a rede para trazer do fundo do mar as almas palpitantes. Em nosso veleiro, navegamos por águas turvas, e profundas, a direção e a força das águas, a bem da verdade nos mostravam outros caminhos, nunca antes navegados dentro da historiografia piauiense, o ensino de história, visto outrora, por muitos historiadores, como história de segunda categoria, história relegada às águas profundas. O fio que nos conduzia nos dava pistas sobre as estruturas de sentimentos dos povos indígenas do Piauí, o estado que tem em sua essência a cultura, forjada sobre sangue e fogo. O fio latente da memória, encoberto, muitas vezes pelo estigma da herança colonizadora, hora e outra nos mostrava nos depoimentos orais, as disputas da memória entre o sangue indígena e os mitos fundadores de

boa parte das comunidades que tivemos acesso. A memória é elemento essencial da narrativa histórica e atua na construção de identidades que potencializam o pertencimento social, ou seja, potencializa as identidades. As escolas são ambientes envoltas a construção de identidades, quando nós professores problematizamos as narrativas históricas, estamos fazendo também uso do substrato da memória. A memória viva, fluída e em disputa é posto sob análise, é dividida e posta em gavetas, então é selecionado a memória que se quer ensinar, a memória torna-se história, e a história torna-se um instrumento para construção de identidades.

O ensino de história regional, em um estado que sempre enfatizou sua arqueologia pré-histórica em detrimento de “outras histórias”, alimentou a narrativa, em que nossa herança indígena está no subsolo dos Parque Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, é isso que indica o desfecho do livro de Monsenhor Chaves, *o índio em solo piauiense*, todavia, acreditamos que as reflexões lançada nesta pesquisa, possibilitaram outros entendimentos sobre os indígenas do Piauí. O nosso grande desafio foi “traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação (Mestrado em Ensino de História), e gerar conhecimento de forma clara que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais da área”.

A ausência de estudos sobre a história dos índios do Piauí, tendo em vista a história ensinada foi uma das maiores lacunas no currículo de história do Piauí, as consequência foram danosas para uma população etnicamente indígena. Tais lacunas contribuíram para criação de vários estereótipos dificultando a criação de uma identidade positiva, a memória feliz, como diz Paul Ricoeur. Além disso, as ausências de pesquisas, no tocante ao ensino de história indígena acabou de permitir imagens preconceituosas e desinformadas, contribuindo para profusão de ideias equivocadas e também reforçando um visão eurocêntrica das experiências do nosso passado (CAMPOS; CLARO, 2013).

Nesse sentido, buscamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como um parâmetro para discutir, em nosso terceiro capítulo caminhos para o ensino de história indígena, versando sobre o princípio de “consciência política e histórica da diversidade” destacamos que as sociedades são formadas por grupos étnicos distintos, possuindo cultura e história próprias. Em relação ao fortalecimento de identidades e de direitos, nos debruçamos na tentativa de descamotear o processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcidas. Por fim, o objetivo central foi contribuir com ações educativas de combate ao racismo e às discriminações.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Rafael da Silva. Assentamento Saco, 2016. 1 Fotografia.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. 2. ed. Teresina: APL;FUNDAC;DETRAN, 2009.
- BARBOSA, Rômulo Timóteo Macêdo. . Interpretação dos indígenas 2016. 9 desenho técnico)
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade
- CARDOSO, Luiza. Depoimento. Depoimento. São Raimundo Nonato-PI : 2016. Entrevista concedida a Rafael da Silva Assis.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3 - ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- CHAVES, Monsenhor. **O índio no solo piauiense** In: Obra completa. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. **História dos Índios do Piauí**. Teresina, EDUFPI/GRAFICA DO POVO: 2011.
- DIAS, José. Depoimento. Caracol-PI : 2016. Entrevista concedida a Rafael da Silva Assis.
- DIAS, William Palha. **Caracol na história do Piauí**. 4ª ed. Teresina, 2003.
- FUNAI. Liderança indígena da etnia Tabajara. 2015. 1 fotografia.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittercouert. **A docência em história: reflexões e propostas para ações**. Erechim: Edelbra, 2012.
- LOPES, Bartolomeu Pereira. Depoimento. Depoimento. Coronel José Dias-Pi : 2016. Entrevista concedida a Rafael da Silva Assis.
- NEGREIROS , Rômulo Macêdo Barreto de. **As trilhas da morte no sertão das pimenteiras – pi (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território**.
- NETO, José Ribeiro dos Santos. Interpretação dos indígenas. 2016. 1 desenho técnico.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História, n.10, São Paulo: EDUSC, 1993.
- NUNES, Odilon. Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife-PE, 2007.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3 (1989), p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Capinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, Ronivon de Sousa. Depoimento. Caracol-PI : 2016. Entrevista concedida a Rafael da Silva Assis.
- SEPLAN. Mapa dos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí, 2016.
- SILVA, Aracy Lopes da (Org). **A temática indígena na sala de aula**: subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SILVA, Giovani da. Ensino de História indígena. In:WITTMANN, Luisa Tombini (Org). **Ensino (d)e história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 21-46.
- SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença**: A Perspectiva dos estudos culturais. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WITTMANN, Luisa Tombini (Org). **Ensino (d)e história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.